

EM FOCO

Manifestação de Mulheres - porque sim.



É imperioso alargar o número de mulheres que queiram mudar as condições de vida.

■ Luísa Araújo

Pág. 20

A cor da conjuntura

Nesta conjuntura, que de laranja passou a rosa, as duas cores predominantes sincronizam-se à volta do chamado desígnio nacional

■ Sérgio Ribeiro

Pág. 22

Telecomunicações Iludir

a opinião pública para favorecer o capital

Pág. 18

MANIFESTAÇÃO

EM LISBOA

8 de Março

Marquês de Pombal - Restauradores, às 15 horas

Afirmar a igualdade

Promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres e pela Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN.

Pág. 12

Nota da Comissão Política

A política do Governo PS, a situação da Mulher e o 8 de Março

Pág. 7

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 6 de Março de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1214 • Director: Carlos Brito

76.º aniversário do PCP

Para a acção para o futuro

Direcções essenciais apontadas por

Carlos Carvalhas no comício do Porto

Pág. 5 e 6

76º aniversário PCP

1921-1997



O comício realizado no Barreiro, na passada sexta-feira, com a participação de Carlos Carvalhas, foi uma das importantes iniciativas já integradas nas comemorações do 76º aniversário do Partido Comunista

COMÍCIO-FESTA em Lisboa com

CARLOS CARVALHAS

Sexta-feira, 7 de Março às 21 horas no Pavilhão Carlos Lopes

*

Espectáculo com a Brigada Victor Jara



Anos passados memórias presentes

Confraternização de militantes das organizações da Juventude Comunista com Álvaro Cunhal

Editorial Portador da esperança

EDITORIAL

Portador da esperança



No Porto, com a presença de Carlos Carvalhas, milhares de comunistas comemoram o 76º aniversário do PCP

RESUMO

26

Quarta-feira

Apesar dos ânimos aquecidos, a Comissão Política do Partido Socialista acaba por ratificar o projecto de acordo entre PS e PSD para a revisão constitucional ■ Supremo Tribunal de Justiça rejeita pedido de extradição do basco José Luis Telletxea Maia ■ Os deputados franceses debatem a Lei Debré sobre a imigração, enquanto no país aumentam os protestos contra este diploma xenófobo ■ Mesut Yilmaz, líder opositor turco, apela à formação de um governo de consenso, «a fim de evitar golpe de Estado».

27

Quinta-feira

Conselho de Ministros aprova decreto-lei que altera o estatuto da Carreira Docente, no que respeita à progressão em resultado da aquisição de habilitações complementares ■ Parlamento mexicano condena o sistema de «certificação» dos EUA para avaliação da luta contra a droga por ser «acto unilateral» e prejudicar autodeterminação ■ Na Colômbia, a explosão de uma camioneta armadilha mata sete pessoas e fere 46 ■ Partido Democrático, no poder na Albânia, confirma recandidatura de Sali Berisha ■ Yasser Arafat condena decisão israelita de construir colonato judeu em Jerusalém oriental.

28

Sexta-feira

Vital Moreira demite-se de presidente da Comissão de Revisão da Constituição e do seu lugar de deputado do PS ■ Comerciantes e residentes da zona ribeirinha do Porto cortam trânsito no tabuleiro inferior da Ponte D. Luís como protesto pela proibição de estacionamento automóvel na zona ■ Tribunal da Relação de Lisboa confirma a extradição de Guglielmo Di Giovinne, irmão do alegado chefe da Mafia calabresa Emilio Di Giovinne, também extraditado ■ Trabalhistas conseguem vitória esmagadora sobre os conservadores na eleição de Wirral South.

1

Sábado

Com a presença de Carlos Carvalhas, PCP realiza no Porto comício comemorativo do seu 76º aniversário ■ Revolta popular na

cidade de Vlora, na Albânia, provoca nove mortos e 30 feridos, nas últimas 48 horas ■ Os oficiais de justiça, contra o sistema de turnos, decidem passar a trabalhar apenas uma hora aos fins-de-semana ■ Jornada de protesto da CGTP inicia-se com a Marcha pelas 40 horas de mil trabalhadores entre Pevidém e Guimarães.

2

Domingo

Termina deslocação do Presidente da República, Jorge Sampaio, à China ■ António Guterres defende em Paris o voto dos emigrantes para as eleições presidenciais, nos termos do acordo negociado com o PSD ■ Duas centenas de pessoas manifestam-se na Póvoa do Lanhoso contra a construção de um aterro sanitário em Pedralva ■ Parlamento de Tirana decreta o estado de emergência em toda a Albânia ■ Cinco centenas de tractores fazem um «buzi-não» frente ao centro de armazenamento de Gorleben, Alemanha, de protesto contra chegada de resíduos nucleares.

3

Segunda-feira

Jornalistas decidem comunicar ao Sindicato as ameaças e agressões verbais de que estão a ser alvo na cobertura do julgamento do grupo de skinheads acusados do homicídio de Alcindo Monteiro ■ Tribunal de Lamego inicia o julgamento dos dez GNR acusados de tráfico de drogas ■ Mais de 150 mil refugiados ruandeses fogem ao avanço dos rebeldes zaienses ■ No encontro que mantém com Yasser Arafat, Bill Clinton denuncia o projecto de construção do colonato em Jerusalém oriental mas recusa tomar posição sobre o seu estatuto definitivo.

4

Terça-feira

António Guterres termina visita de três dias a Paris ■ Começa julgamento do «gang do multi-banco» ■ Portugal defende na Conferência Intergovernamental a introdução no Tratado de Maastricht de uma lista de direitos fundamentais a ser respeitados por todos os países da UE ■ O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, insiste no envio de uma força de paz internacional para o Leste do Zaire ■ Ecologistas atacam comboio de resíduos nucleares e bloqueiam as estradas de acesso ao centro de armazenamento de Gorleben.

Uma feliz coincidência faz com que a presente edição do «Avante!» chegue às bancas no dia em que se celebra o 76º aniversário do PCP.

É claro que as organizações partidárias não esperaram por esta data para iniciar as comemorações e o nosso jornal pode assim noticiar numerosas iniciativas já efectuadas por todo o país, com especial destaque para os grandes comícios do Barreiro e do Porto e para Assembleia da Organização Regional de Braga que também se inseriu no processo das comemorações.

No seguimento das orientações do XV Congresso as comemorações desenrolam-se em torno da ideia central de que «um PCP mais forte e interventivo é a primeira e essencial condição para a conquista de um novo rumo para Portugal», como Carlos Carvalhas salientou ao discursar no Porto.

Valorizando o passado heróico e o património de valores em que se alicerçaram as características essenciais do PCP no plano político, ideológico, de classe, a sua firme atitude internacionalista e a perspectiva do socialismo e do comunismo que norteia a sua acção, as comemorações prestam também uma grande atenção aos problemas do presente e do futuro, com um forte acento nas respostas às questões mais relevantes da actualidade política nacional.

O Secretário-Geral do PCP sintetizou assim estas duas vertentes indissociáveis: «Com legítimo orgulho no património da vida e luta do PCP celebramos o 76º aniversário virados para a acção e para o futuro, para a reflexão e luta ideológica, para a projecção dos valores da esquerda, para a transformação da vida.»

Desde sempre portador do projecto de uma vida e de um futuro melhores para o nosso povo, é para o PCP que se dirige hoje a esperança de um número crescente de portugueses penalizados pela política de direita e decepcionados com a governação do PS.

Dão plena razão a estas esperanças as mais recentes grandes batalhas em que o PCP tem estado envolvido, nomeadamente: pela semana das 40 horas e contra a burla governamental nesta matéria; por um referendo sobre a adesão de Portugal à UEM e contra a moeda única; por uma justa, eficaz e fundamentada despenalização da interrupção voluntária da gravidez e contra o aborto clandestino; pelo combate à subversão de princípios essenciais do regime democrático-constitucional que está a ser preparada pelo acordo PS-PSD sobre a revisão da Constituição.

A matéria da revisão da Constituição tem, a vários títulos, uma especial gravidade e marca toda actualidade política nacional.

O acordo feito entre o PS e o PSD adquire, pelo processo adoptado - o de uma conspiração à margem da instância própria da Assembleia - e pela vastidão e profundidade das alterações que pretende introduzir no texto constitucional, o carácter de um verdadeiro atentado ao regime democrático português.

Está ainda longe de se conhecer toda a matéria acordada entre os dois partidos e há até diferenças entre os textos que um e outro divulgaram às respectivas bancadas parlamentares. Fala-se também de cláusulas secretas tanto em relação à organização do poder político, como em relação à organização económica, o que assume os contornos de um escândalo.

Com toda a razão Carlos Carvalhas desafiou, já no passado dia 28, o primeiro-ministro António Guterres, a esclarecer

perante o país a totalidade dos acordos. O silêncio de Guterres é especialmente comprometedor.

Independentemente do que se vier a apurar em relação a outras matérias, basta o texto que a direcção do PS divulgou internamente para se poder afirmar que se trata de uma verdadeira subversão de princípios básicos do regime.

Esta subversão é particularmente evidente no propósito de alterar a forma de eleição dos deputados da Assembleia da República, adulterando ou eliminando de modo efectivo o princípio de representação proporcional, o que é agravado pelo simultâneo propósito de reduzir o número de deputados.

É evidente que os dois partidos pretendem, desta forma, assegurar-se da possibilidade de elegerem tantos ou mais deputados com menos votos e que pretendem ao mesmo tempo reduzir, por esta via «administrativa», a representação parlamentar do PCP.

Mas não se ficam por aqui as consequências desta conspiração do «bloco central» em relação à legislação eleitoral. Se ela viesse a vingar diminuiria a representatividade da Assembleia da República em relação a importantes segmentos da opinião pública, deixaria sem representação ou com representação bastante fragilizada importantes regiões do país e constituiria um empurrão para a bipartidarização do sistema político.

Esta bipartidarização seria ainda mais negativa por se traduzir no rotativismo de dois partidos bastante semelhantes, que não se distinguem por posições políticas de fundo ou por princípios programáticos, mas apenas pelos interesses que servem e pelas clientelas a que estão ligados.

Seria um dispositivo para uma ainda maior estagnação política e económica do país e o terreno fértil para o desenvolvimento da corrupção.

O que se pode dizer do PS e do PSD, entre outras coisas, é que, com

este acordo, sonham com um sistema em que seja mais difícil fiscalizá-los, dentro das instituições.

Tem todo o cabimento, pois, o apelo lançado pela Comissão Política do PCP, na conferência de imprensa da passada terça-feira, «a todos os democratas, a todos os que querem um sistema de poder justo e equilibrado, a todos os que querem a garantia constitucional dos direitos fundamentais e dos direitos dos trabalhadores para que se empenhem no combate à revisão acordada pelas direcções do PS e do PSD».

Em vésperas do 8 de Março, o comunicado da Comissão Política, apresentado por Fernanda Mateus, conferiu uma atenção especial aos problemas da mulher, à sua situação na sociedade portuguesa e às suas principais reivindicações e lançou também um apelo à participação na manifestação promovida pelo MDM e pela Comissão Nacional de Mulheres da CGTP, para o próximo sábado.

Esta manifestação surge no quadro de ascenso das movimentações sociais, em que se destaca a semana de luta dos trabalhadores da administração local e quando já está em activa preparação a manifestação do próximo dia 22 de Março, pelo emprego, por aumentos de salários, pela garantia dos direitos e pelas 40 horas, como foi anunciado em conferência de imprensa da CGTP-IN, na passada segunda-feira.

É nesta situação de ameaças e de luta que se efectua as comemorações dos 76 anos do PCP. Elas contribuem de forma muito importante para conter as ameaças, não só desmascarando-as e combatendo-as no terreno político, mas incentivando e encorajando o desenvolvimento da luta contra elas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
- 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis - 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
- 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL:
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linbó - 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Atenção às ovelhas Dolly!

Bem dizem que a produção de clones humanos é antiética e deve ser proibida. Bem dizem que vai contra o "respeito pela identidade específica do indivíduo". Bem o dizem - mas aqui, em Portugal, já se fabricam clones humanos.

A revelação veio a público nas últimas semanas com o debate na AR sobre o aborto e com o acordo de revisão constitucional fora da AR. Marcelo Guterres e o seu clone gémeo, Rebelo Guterres, com os seus comportamentos, comprovaram sem sombra de dúvida que estamos perante produtos de código genético rigorosamente idênticos, nascidos duma matriz comum. Como as ovelhas Dolly: criaturas que são cópia exacta umas das outras.

Outros casos tinham já indiciado traços genéticos comuns no PS e no PSD, em questões de fundo como a moeda única, a legislação laboral, a regionalização, a política económica, etc.

Observadores menos informados, mais desatentos, ou mais benevolentes, têm apresentado esses comportamentos do PS como "cedências à direita". A repetição e a acumulação do fenómeno já permite porém refutar essa teoria. Não se trata de **cedências**. São, sim, expressões das **coincidências**

duma matriz comum: a política de direita, que produz no PSD e no PS duas políticas gémeas, rigorosamente idênticas. Como as ovelhas Dolly.

Personalidades que decerto estão bem a par dessa manipulação genética, como o prof. Freitas do Amaral, já vão levantando uma ponta do véu, talvez para ir preparando a opinião pública. "Este governo do PS governa economicamente à direita, e **não podia deixar de o fazer**" - declarou ele à Antena 1 no passado domingo. É que ele, sabe. Sabe que o Governo PS tem o mesmo código genético do governo PSD e, por isso, os seus comportamentos **não podem** deixar de ser iguais. Como nas ovelhas Dolly.

Não interessa forçar mais a alegoria. Importa, sim, sublinhar, e com força, que, quer eticamente quer socialmente, a **clonagem política** é tão condenável, tão inaceitável e tão perigosa como a clonagem biológica de seres humanos.

Trata-se de uma perversão monstruosa que, degradando a identidade específica das forças políticas, atinge profundamente a própria natureza da democracia, desfigura a acção política e desvitaliza a sociedade.

As teses especulativas que pretendem impor no mundo o "pensamento único" (capitalista) geram também estas práticas monstruosas da "política única", elaboradas na sombra dos gabinetes e dos corredores, e apresentadas depois como fruto dos "consensos possíveis". As manobras vergonhosas que geraram o "acordo" sobre a revisão constitucional são exemplo acabado destes processos.

Felizmente há quem não aceite o "pensamento único" e não se submeta à "política única" dos consensos de ovelhas clonadas.

Há o PCP e há o reacender das lutas sociais, há o grande campo dos que não se resignam à marcha forçada para a desfiguração da democracia e a formatação da sociedade em modelos cada vez mais asfíxias e injustos.

E há também, certamente, na crescente indignação e no protesto contra estas práticas degradantes, terrenos novos para abrir caminho às alternativas necessárias, que não estão fora do nosso alcance.

■ Aurélio Santos

Uma questão de lugares

Com o verbalismo que todos lhe reconhecem, o sr. Narciso Miranda comentou para a comunicação social que o acordo estabelecido entre o seu partido e a direita "é excelente para Portugal e uma grande vitória do PS".

Questionado, então, sobre os motivos por que tal "excelência" nacional e tão "grande vitória" partidária tinham causado um descontentamento tão grande no seio do próprio grupo parlamentar do PS, a finura de espírito e a capacidade argumentativa do edil matosinhense revelou-se no seu melhor.

Disse assim: "Eles (os deputados do PS) têm é que começar a pensar que é preciso criar uma grande estabilidade e criar condições para que o Governo se mantenha porque, no plano teórico, se isso não acontecer, eles perdem o lugar"; "porque depois quem vai para lá (para a AR) são os ministros e os secretários de Estado e até alguns presidentes de câmara que, se perderem as eleições, vão para lá"; "e então, os que mais estão a contestar, se calhar, perdem o lugar".

A vida parlamentar perdeu, pois, daqui por diante, todo o mistério que lhe restava. No que respeita, obviamente, ao partido do Governo.

Votam os deputados do PS, sem tugar nem mugir, o Orçamento do Estado? Abanam gravemente as cabeças, em sinal afirmativo, mesmo quando algum dislate brota, irreprimível, da bancada do executivo? Juram e trejuram que o branco é preto, quando for o caso de defender a acção do governo ou de secundar, caninamente, qualquer proposta sua?

Pois como é bom de se ver, não se tratará de qualquer opção política, livre e consciente, dos senhores deputados do PS. Nada disso. Mas tão-só de instinto de sobrevivência, da vontade de não "perderem o lugar" que os amarra às cadeiras de S. Bento.

Imagine-se por uns momentos o que seria o espectáculo, coberto em directo pela comunicação social, de ex-ministros e ex-secretários de Estado, mais uns tantos ou quantos ex-presidentes de câmara, invadirem em massa a Assembleia para irem ocupar, se necessário à cotovelada e ao empurrão, os lugares atribuídos aos actuais deputados do PS!

Não acabou assim, o sr. Narciso Miranda, por desvendar o mais importante argumento que milita a favor da estabilidade governativa?

■ Edgar Correia

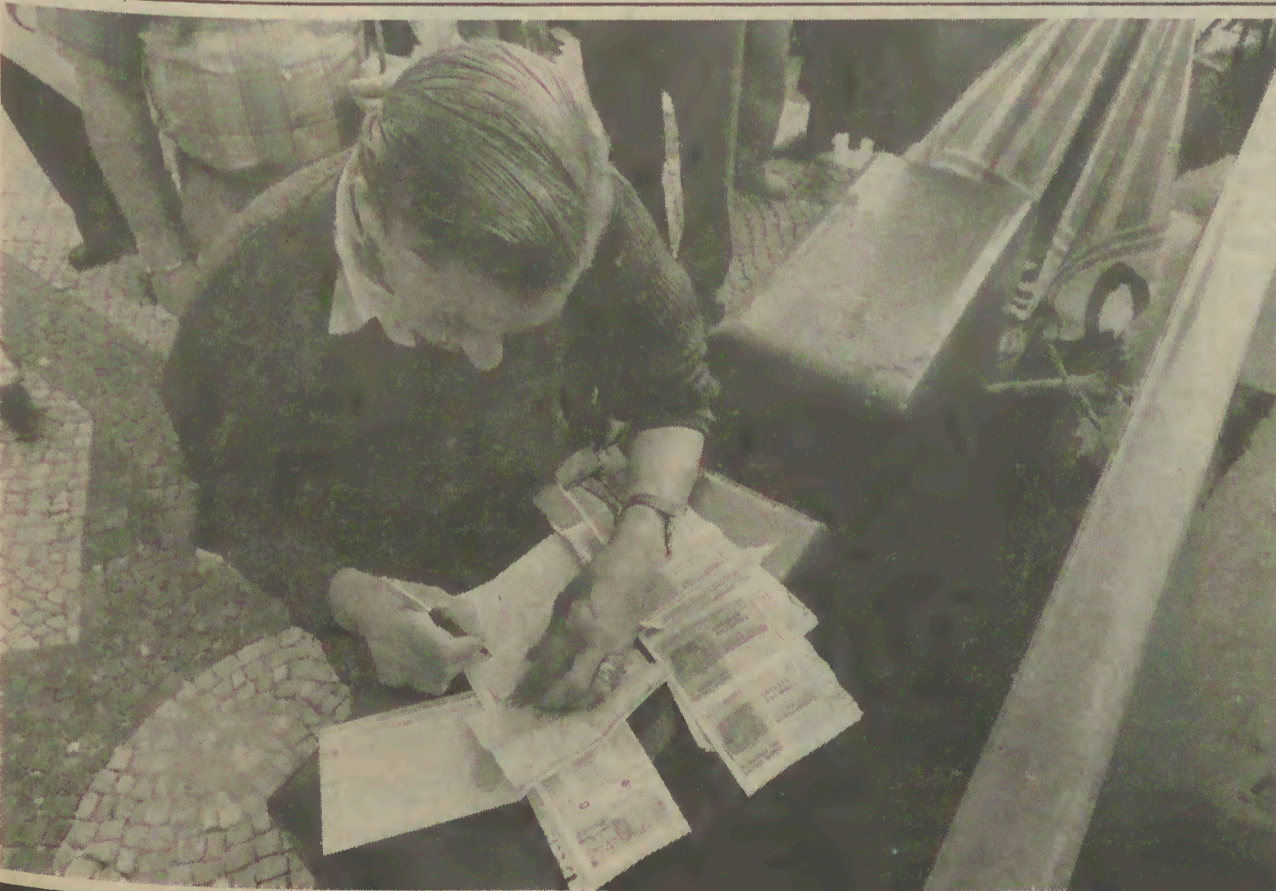


Foto: Jorge Caria

Ilusões

Sonhos que a sorte tece

O produto CRIMINOSO bruto

O "Produto Criminoso Bruto" atinge, a nível mundial, a astronómica soma de 1000 biliões de dólares anuais. Quem o afirma é o *Financial Times* na sua edição de 14.2.97, citando as intervenções numa Conferência internacional de especialistas no tema. Para se ter uma ideia do que representam essas receitas da criminalidade organizada a nível mundial, refira-se que o mercado mundial das telecomunicações, actualmente tão em voga devido aos gigantescos lucros que a sua privatização em muitos países irá gerar, corresponde a um valor anual de "apenas" 600 biliões de dólares.

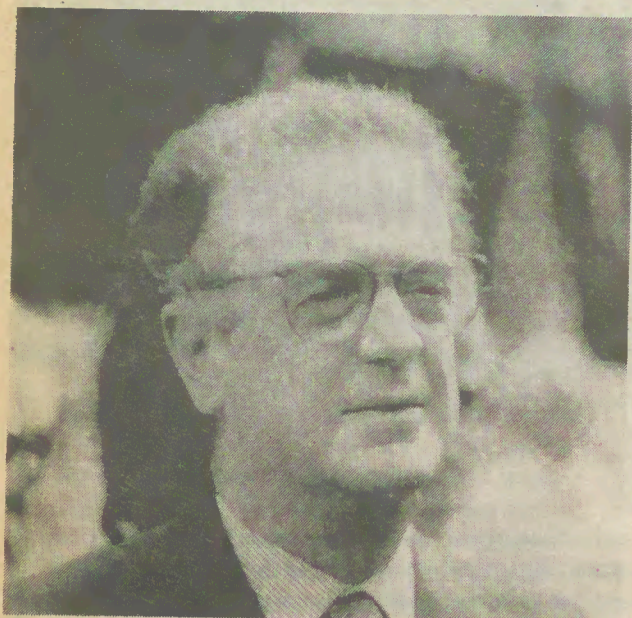
Campeões nessas receitas criminosas são, como não podia deixar de ser, os infalíveis Estados Unidos da América, onde metade (reza o *FT*) dos 170 biliões de contos "sujos" acima referidos são "produzidos". Mas essa realidade não impediu os EUA de arrogantemente distribuírem, há poucos dias, certificados de "bom comportamento no combate à droga" aos países do mundo, nem se colocando sequer a questão de saber se o "Professor" por acaso não é também o "passador-mor"... A questão é pertinente, uma vez que (ainda segundo o *FT*) "o 'Produto Criminoso Bruto' cresceu nos Estados Unidos de \$100 biliões em 1986, para \$500 biliões no ano passado, sendo o tráfico de droga gerador de \$400 biliões anuais". E ainda: "os lucros da mafia dos EUA tornam-na na 20ª mais rica organização do mundo - mais rica que 150 Estados soberanos".

Estes números dão que pensar por aquilo que ajudam na compreensão do capitalismo nos dias de hoje. O poder económico sempre esteve na raiz do poder político. Onde vão parar os referidos 1000 biliões de dólares anuais? O *Financial Times* informa que "muitas dessas receitas ilegais foram branqueadas através dos mercados financeiros mundiais (...) tendo ido parar aos seguros, acções e títulos e a investimentos imobiliários", admitindo ainda que "25 por cento das transferências diárias de dinheiro" correspondam a "transacções duvidosas". O mesmo *FT* acrescenta que a mafia russa (orgulhosa criação da "comunidade internacional" após a queda do Muro de Berlim) terá cerca de 10 biliões de dólares depositados nos bancos suíços. E que os cartéis da droga da Colômbia "branquearam" os seus biliões "através do sistema bancário". "Em cada fase do processo, os bancos e as instituições financeiras são um veículo essencial para essas transacções". Ou seja, acrescentamos nós: se de um dia para o outro viesse a desaparecer o "dinheiro sujo", o sistema financeiro internacional entraria em colapso, muitos bancos abririam falência, a derrocada das bolsas seria inevitável. Será que essa realidade ajuda a compreender a notória falta de entusiasmo mundial no combate ao tráfico de droga? E de onde vêm esses 1000 biliões de dólares? De muitas e variadas fontes, certamente, mas vejamos algumas também referidas pelo *Financial Times*: "estima-se que 60 biliões de dólares saíram da Rússia para centros financeiros no estrangeiro, durante os últimos cinco anos"; e ainda em relação à Rússia: "41 000 empresas, metade dos bancos do país e 80 por cento das *joint ventures* que envolvem capital estrangeiro podem estar ligadas a grupos criminosos (...)" estima-se que a economia clandestina corresponde a 40 por cento da actividade económica russa". Será que essa realidade ajuda a compreender a famigerada política económica imposta pelo Ocidente à Rússia?

E será que tudo isto tem alguma coisa a que ver com a manchete do *Financial Times* desse mesmo dia, dando conta de que pela primeira vez na história o índice da bolsa de Nova Iorque, o *Dow Jones*, havia ultrapassado os 7000 pontos? Há apenas quatro anos esse índice estava em metade desse valor. Rezam os dogmas que as bolsas reflectem as realidades económicas. Mas nem nos países em rápida expansão a riqueza produzida pela economia "oficial" duplicou nos últimos quatro anos. Talvez o que tenha duplicado é a pilhagem das riquezas mundiais pelo imperialismo triunfante. "Respeitável" e "criminoso". Alguém sabe ao certo onde estão as fronteiras?

■ Jorge Cadima

SEMANA



Termina visita à China do Presidente da República

O Presidente da República, Jorge Sampaio, termina com assinalável êxito a sua visita oficial à República Popular da China, viagem que teve como tema dominante o processo de transferência do território de Macau para a administração chinesa, o que se verificará em 1999, conforme decorre dos acordos estabelecidos entre os dois países. O Chefe de Estado português, que tem a responsabilidade directa do território de Macau, fez-se acompanhar de diversificada comitiva representando as mais diversas áreas de actividade no nosso país, resultando desta

sua visita um desenvolvimento e aprofundamento nas relações entre Portugal e a República Popular da China, com expressões concretas nos diversos acordos de cooperação bilateral assinados nas áreas económica, científica e cultural. As declarações, quer do Chefe de Estado Português quer do seu homólogo chinês, assinalaram o firme propósito dos dois países no sentido de que o processo de transição da soberania de Macau decorra da melhor forma, na salvaguarda dos interesses de ambas as partes.

Recusa de extradição gera polémica com espanhóis

O Supremo Tribunal de Justiça recusou o pedido de extradição do basco José Luís Telletxea Maya, detido há seis meses no nosso país por posse de documentos de identificação viciados, proferindo um acórdão onde se considera ter ficado «a descoberto a natureza política» do caso, não tendo as autoridades espanholas feito prova das suas acusações. O Governo de Aznar pretendia a extradição de Telletxea Maya sob a acusação de ser um «membro terrorista» da ETA, facto que o Supremo Tribunal de Justiça considerou não provado. A extradição havia sido determinada por uma sentença do Tribunal da Relação de Lisboa, agora anulada no recurso interposto ao Supremo. As autoridades espanholas reagiram deslocadamente em relação ao caso, quer acusando os tribunais portugueses de «falta de coordenação» quer ameaçando reinstalar o controlo de fronteiras com o nosso país.

Albânia à beira da guerra civil

Todo o Sul da Albânia está mergulhado no caos em situação de pré-guerra civil, com as populações amotinadas a invadirem e a destruírem edifícios públicos, enquanto as autoridades locais entram em debandada, havendo já mais de uma dezena de mortos a registar nos confrontos. Entretanto, em Tirana, a capital, o presidente Sali Berisha foi reeleito no cargo por entre fortes contestações, tendo ordenado de imediato o recolher obrigatório em todo o país, medida de difícil aplicação, pelo menos na zona Sul. Os protestos populares têm vindo a subir de tom há algumas semanas, na sequência da burla monumental verificada com os depósitos de poupanças que deixaram sem um tostão dezenas de milhares de albaneses.



Todo o Sul da Albânia está mergulhado no caos em situação de pré-guerra civil, com as populações amotinadas a invadirem e a destruírem edifícios públicos, enquanto as autoridades locais entram em debandada, havendo já mais de uma dezena de mortos a registar nos confrontos. Entretanto, em Tirana, a capital, o presidente Sali Berisha foi reeleito no cargo por entre fortes contestações, tendo ordenado de imediato o recolher obrigatório em todo o país, medida de difícil aplicação, pelo menos na zona Sul. Os protestos populares têm vindo a subir de tom há algumas semanas, na sequência da burla monumental verificada com os depósitos de poupanças que deixaram sem um tostão dezenas de milhares de albaneses.

Todo o Sul da Albânia está mergulhado no caos em situação de pré-guerra civil, com as populações amotinadas a invadirem e a destruírem edifícios públicos, enquanto as autoridades locais entram em debandada, havendo já mais de uma dezena de mortos a registar nos confrontos. Entretanto, em Tirana, a capital, o presidente Sali Berisha foi reeleito no cargo por entre fortes contestações, tendo ordenado de imediato o recolher obrigatório em todo o país, medida de difícil aplicação, pelo menos na zona Sul. Os protestos populares têm vindo a subir de tom há algumas semanas, na sequência da burla monumental verificada com os depósitos de poupanças que deixaram sem um tostão dezenas de milhares de albaneses.



Metade dos portugueses sem segurança no emprego

Segundo dados oficiais vindos esta semana a público, recolhidos por um grupo de sociólogos do Ministério da Qualificação e do Emprego, quase dois milhões de portugueses - cerca de metade da população activa - não têm um emprego

permanente nem uma relação salarial clássica, havendo uma gigantesca proliferação de situações de trabalho precário, a tempo parcial, feito em casa, etc. Chegou-se ao absurdo de haver contratos por 24 horas, renováveis dia a dia. O

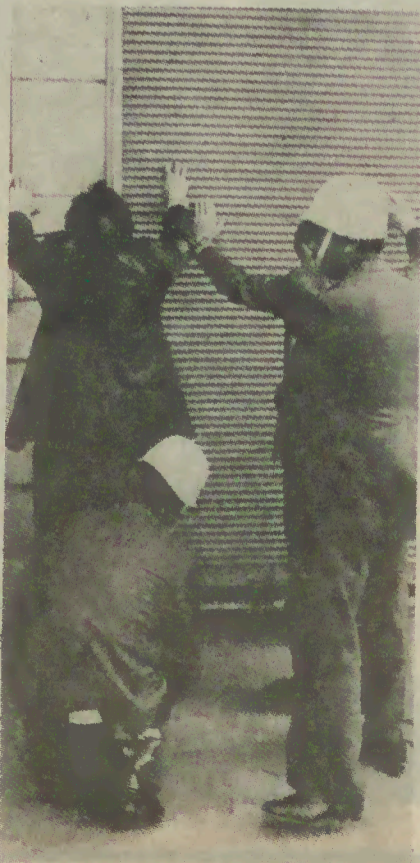
estudo constatou que, entre as pessoas consideradas desempregadas pelos critérios oficiais, têm cada vez maior peso as que eram estudantes antes de se declararem nessa situação, tendo subido igualmente a percentagem de desempre-

gados que dispõem de níveis de escolaridade mais elevados, bem como os que concluíram cursos de níveis médio e superior. Entretanto, a economia não se está a mostrar capaz de absorver estes novos quadros que saem das universidades em bus-

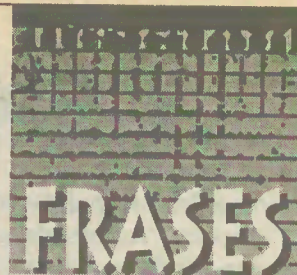
ca do primeiro emprego, o que é visto pelo estudo como o reflexo do reduzido dinamismo do sector privado português que, nos últimos anos, tem contribuído modestamente para o aumento do investimento.

Militares turcos impõem medidas contra fundamentalistas

As chefias militares da Turquia reuniram-se com o governo chefiado por Necmettin Erbakan, islamista, a quem exigiram que tome medidas de prevenção contra o que consideram ser os esforços do Irão para desestabilizar o regime turco. O regime iraniano é classificado pelos responsáveis militares turcos como «um Estado terrorista que tenta exportar o seu sistema», sendo acusado de apoiar, financeira e ideologicamente, a subversão islamista na Turquia. As chefias militares turcas apresentaram as suas reivindicações numa lista de 20 pontos publicada em vários jornais do país, onde exigem a aprovação de novas leis e a estrita aplicação de algumas já existentes mas que não têm estado a ser cumpridas, como é o caso da



proibição de usar o vestuário islâmico, a prevalência do casamento civil sobre o religioso e a proibição de usar a religião para fins políticos. As estações de rádio e canais de televisão que pertencem aos islamistas serão também colocadas sob apertada vigilância e é proibida toda a propaganda pró-«charia» (a lei islâmica). A venda de armas será também alvo de um maior controlo, tal como as empresas pertencentes aos islamistas, que têm sido uma das principais fontes de financiamento do Refah, partido islamista turco actualmente no poder. O cumprimento destes 20 pontos será controlado através de um sistema dirigido pelo general İlhan Kilic, secretário-geral do CNS (Conselho das chefias militares turcas).



“Se (o primeiro-ministro) quer reduzir a nossa representação parlamentar administrativamente, espere pela resposta; se quer declarar guerra à esquerda e ao PCP, tê-la-á.”

(Carlos Carvalhas, no comício de aniversário do PCP no Porto, citado em «Público», 02.03.97)

“A redução do número de deputados conduz à bipolarização.”

(Jorge Miranda - «A Capital», 03.03.97)

“Oficiante exímio das missas do consenso, António Guterres lá domesticou o partido e a bancada parlamentar. (...) O plenário da Assembleia da República ficará reduzido, como dantes, a uma figura de retórica. O espectáculo está programado e não deverá reservar surpresas. Até quando?”

(Vicente Jorge Silva, “Diário Público” - «Público», 01.03.97)

“Parece que este acordo foi um Tratado de Tordesilhas feito entre os dois maiores partidos para repartirem o território eleitoral.”

(Helena Roseta, PS - «Diário de Notícias», 01.03.97)

“Esta terceira revisão constitucional foi em parte feita a partir da agenda do PSD, visto que o documento agora revisto contempla muitas das teses ou das posições mais queridas aos social-democratas (...). Um saldo tanto mais notável quanto, pela primeira vez na história da democracia, esta revisão foi feita com o PSD inteiramente na oposição.”

(Maria João Avilez - «Público», 02.03.97)

“Guterres é de uma tal sonsize que a gente nem tem por onde se revoltar. Nem sei o sentimento que se pode ter em relação a ele. É de tédio, de desgosto.”

(Maria Belo, PS - «Tal & Qual», 28.02.97)

“Nessa cultura (da imagem que nos rodeia), as diferenças entre representação “verdadeira” e representação credível são tão pouco importantes (sic) como as que separam o real “verdadeiro” do virtual verosímil. Goste-se ou não, é esse o universo em que passámos a viver.”

(António Borga, subdirector de Programas da SIC - «Público», 28.02.97)

“Os problemas do país resolvem-se com serenidade.”

(António Guterres, 1º Ministro, citado em «Público», 28.02.97)

“Conhecem o PCP? Já viram alguma vez os comunistas darem tiros de pólvora seca?”

(Carlos Carvalhas, aos jornalistas, no Porto, citado em «Público», 02.03.97)

Carvalhas no comício de aniversário no Porto



Um cinema do Terço cheio, com gente bem disposta e atenta que ali foi para ouvir o secretário-geral do PCP. O motivo era a comemoração do aniversário do Partido e por isso as canções de luta e resistência foram um bom começo.

Já na véspera, sexta-feira, o «Avante!» tinha estado no Barreiro onde, também em ambiente de festa e luta, centenas de pessoas assistiram ao comício com Carlos Carvalhas, que assinalou os 76 anos do PCP.

A sessão na capital nortenha foi aberta por Teresa Lopes que chamou a atenção para duas batalhas em que os comunistas estão particularmente

empenhados. A primeira, é a assembleia da Organização Regional, marcada para o próximo dia 22 deste mês, que para além de eleger os organismos de direcção deve reforçar a capacidade de intervenção do Partido no distrito. A segunda, são as eleições autárquicas cuja preparação já começou. Teresa Lopes salientou a necessidade de afirmar o projecto da CDU e de valorizar o trabalho dos eleitos abrindo caminho a uma campanha dinâmica e confiante, para a conquista de muitos e novos eleitores.

Manuel de Freitas, da DORP e dirigente da Federação Têxtil, seguiu-se-lhe no uso da palavra para evocar o início da poderosa luta dos trabalhadores do sector pelas 40 horas, que coincidiu precisamente com o primeiro dia do 15º Congresso do PCP, já lá vão três meses. Daí para cá, referiu, a torrente imparável da luta demonstrou que os trabalhadores têm a razão do seu lado. Contudo, Manuel de Freitas apontou o dedo ao principal responsável - o Governo PS que prometeu as 40 horas só para ganhar votos.

Ainda antes da intervenção do secretário-geral, falou o jovem Tiago Coelho, da JCP, que explicou algumas das diferenças assumidas pelos jovens comunistas: «Ser diferente é um golpe de ousadia. É exigir mais emprego, é acabar com a exploração, é acabar com o racismo, é saber lutar contra a toxicoddependência... É lutar, avançar e descobrir.» Tiago lembrou mais adiante a posição de Guterres contra o aborto, falou dos falsos moralismos e das falsas promessas do PS que afinal não está a resolver os graves problemas da juventude.

Do discurso de Carlos Carvalhas publicamos de seguida os principais excertos:

Virados para a acção e para o futuro

(...) É assim que com legítimo orgulho no património da vida e luta do PCP queremos hoje e aqui prestar homenagem e manifestar o nosso profundo reconhecimento às gerações de comunistas que com a sua militância, abnegação, generosidade, heroísmo e sacrifícios sem conta fizeram este grande Partido cuja razão de existir é a de servir os trabalhadores, o povo e Portugal.

É assim que com legítimo orgulho no património da vida e de luta do PCP continuamos a bater-nos pelas grandes causas que lhe deram sentido; que continuamos a bater-nos contra a exploração, as injustiças e prepotências, sempre vinculados aos ideais da democracia, da liberdade e do progresso social.

É assim que com legítimo orgulho no património da vida e luta do PCP celebramos o 76º aniversário virados para a acção e para o futuro, para a reflexão e luta ideológica, para a projecção dos valores da esquerda, para a transformação da vida.

É assim que com legítimo orgulho no património da vida do PCP continuamos a luta com grande confiança na actualidade e modernidade dos nossos ideais e do nosso projecto humanista de democracia e socialismo.

E hoje nesta cidade do Porto, de grandes tradições operárias e de luta pela liberdade e pela democracia aqui estamos firmes e serenos, combativos e tolerantes, orgulhosos da história, do projecto e do nome deste grande Partido, o Partido Comunista Português.

Após o nosso Congresso já se passaram factos suficientes que continuam a evidenciar:

1º que o PS não cumpre as promessas que fez em campanha eleitoral;
2º que apesar dos discursos de retórica social, o Governo continua a fazer pagar o fundamental da factura da sua política aos trabalhadores, aos reformados e pensionistas, à juventude e aos pequenos e médios empresários;

3º que continua com uma política de concentração da riqueza e de privilégios em relação ao capital financeiro (190 milhões de contos de benefícios fiscais na política fiscal para 1997; e 60 milhões de contos de indemnizações aos latifundiários, privatizações);

4º que com os dogmas monetaristas e a política neoliberal de Maastricht se tem continuado a travar o normal crescimento da economia, a aumentar o desemprego e o trabalho precário e a debilitar o aparelho produtivo nacional;

5º Que nas questões mais essenciais e fundamentais não há diferenças entre a política do PS e do PSD funcionando estes dois partidos como um autêntico bloco central não formalizado.

De facto, depois dos discursos piedosos sobre a pobreza em quadra natalícia, o ano de 1997 começou com o Governo a brindar o povo português com sucessivos aumentos de preços de bens essenciais que, só por si, já absorveram os aumentos dos trabalhadores da Administração Pública, as reformas e os aumentos da maioria dos assalariados. Ao mesmo tempo agravou-se a situação do desemprego e do desemprego de longa duração, com particular incidência nos jovens e mulheres em consequência de uma política que continua a penalizar o aparelho produtivo, a promover a actividade especulativa e a valorizar artificialmente o escudo.

Mas os factos recentes, «Resolução sobre os critérios de Maastricht» na Assembleia da República, privatizações, interrupção voluntária da gravidez, oposição a um referendo sobre a moeda única, revisão constitucional, puseram ainda mais em evidência a convergência de políticas e de interesses entre o PS e o PSD.

A «Resolução» aprovada na Assembleia da República pelo PS e pelo PSD é exemplar. Com ela, o PS, contrariando tudo o que tinha vindo a

dizer declarou que foi a política económica do PSD que ao longo destes anos sustentou o caminho para a moeda única, recuperando e branqueando a política cavaquista.

Por sua vez, o PSD, ao confirmar na «Resolução» que os Orçamentos do governo PS continuavam essa política e estavam no bom caminho, veio dizer aquilo que já se sabia, isto é, que o discurso oposicionista em relação ao PS é pura encenação para captar descontentamentos pois em tudo o que é fundamental os dois partidos estão inteiramente de acordo.

O que os separa não são as medidas e as políticas. O que os separa são os «tachos» e os «jobs», os lugares à mesa do Orçamento que não chegam para as clientelas dos dois partidos.

Por isso, entre muitos outros, Tavares Moreira, o ex-membro do governo de Cavaco Silva e ex-governador do Banco de Portugal, declarava há uns meses ao Expresso: «Não vejo que haja grande diferença entre a



política económica deste Governo e a dos últimos governos. Podem existir diferenças no discurso, de método e de estilo, mas não encontro diferenças nas políticas, por muito que procure...»

A luta é o caminho

O desenvolvimento da luta de massas continua a estar na ordem do dia. Não por decisão ou decreto, mas antes como caminho indispensável para fazer frente à actual política do Governo PS.

Desenvolvimento da luta em torno da redução do horário normal de trabalho para as 40 horas, contra o arbítrio daqueles que para além de tentativas de eliminar as pausas como tempo de trabalho normal, já ensaiam uma nova fase de flexibilização dos horários organizando os tempos de trabalho de forma a aumentar a exploração dos trabalhadores, designadamente pondo-os a fazer horas extraordinárias pagas a singelo.

Fomos o único Partido que esteve de forma solidária e combativa com os trabalhadores e com a sua luta. Mas fomos também a única força polí-

Virados para a acção e para o futuro

76º
aniversário
PCP

1921-1997



tica que tomou iniciativas na Assembleia da República ao propor, sem artifícios, a redução para as 40 horas e mais recentemente um projecto de lei que visa a clarificação de conceitos de horários de trabalho como uma contribuição para a luta e para reforçar a razão que assiste aos trabalhadores.

Animámos o desenvolvimento do protesto e da indignação para que os trabalhadores combatam o desemprego e defendam o emprego com direitos, para que se batam pela valorização dos seus salários e da contratação colectiva que o Governo em nome da moeda única quer pôr em causa.

E tal como fizemos durante o consulado cavaquista e aos seus pacotes laborais, caso o Governo PS, em conivência com as Confederações patronais e a UGT, avance com o pacote laboral que está desenhado no documento da Concertação Estratégica, terá não só a denúncia como a luta do PCP quando estiverem em causa direitos e conquistas dos trabalhadores portugueses.

E porque também no processo de revisão constitucional e em particular no negócio feito entre o PS e o PSD se pretende restringir o direito à greve e eliminar da Constituição laboral o direito fundamental ao controlo de gestão pelas Comissões de Trabalhadores, daqui fazemos um apelo a todos os trabalhadores que se identificam com os ideais de Abril para que lutem contra mais esta convergência do PS com a direita, para que seja garantida na Lei fundamental a intervenção democrática dos trabalhadores e os seus direitos, para que como cidadãos defendam o projecto político, económico e social que a Constituição perspectivou para Portugal.

Para nós a seriedade, a ligação aos problemas reais do povo e do país, o incentivo à intervenção efectiva dos cidadãos, a afirmação de valores e convicções marcam a nossa forma diferenciada de estar na vida política. Por isso com firmeza e repulsa, combatemos e combateremos a politiquice e os "troca-tintas".

É por isso para nós inqualificável que o Secretário-Geral do PS tendo defendido na oposição as 40 horas venha depois como Primeiro-Ministro a encontrar uma artimanha para que tal compromisso não tenha concretização prática.

É para nós inqualificável que o Secretário-Geral do PS e Primeiro-Ministro de Portugal tenha umas palavras quando recebe os sindicalistas para depois quando está com os empresários, como fez agora no Europarque em Santa Maria da Feira, vir dizer que as pausas não são consideradas tempo efectivo de trabalho, contrariando inclusivamente o parecer emitido pelo Provedor da Justiça.

Ainda ontem um deputado do Partido Socialista dizia à ministra do Emprego: "Final, enganámos os trabalhadores!"

Estamos certos que os trabalhadores da têxtil e do vestuário, do calçado e da metalurgia e de muitos outros sectores que porventura tenham ido no "canto da sereia", das suas falinhas mansas, lhe darão a resposta pela luta e pelo voto. E também a todos os trabalhadores aqui lhes dizemos que podem contar com o Partido Comunista Português nas instituições e fora delas. Nós também nos juntamos à indignação dos trabalhadores que têm afirmado alto e bom som: 40 horas sim, vigarice não!

O desemprego, a liquidação do nosso aparelho produtivo, a ruína da nossa agricultura e das nossas pescas e a submissão aos burocratas de Bruxelas não são fatalidades.

A moeda única não é nenhum desígnio nacional. Desígnios nacionais são o emprego, o desenvolvimento, o bem-estar do povo, a defesa da soberania e independência nacionais.

Quais são os argumentos além dos interesses do capital financeiro para continuarmos com a marcha acelerada e forçada para a moeda única sacrificando o nosso desenvolvimento e as nossas actividades produtivas?

Aliás, o Primeiro-Ministro já devia ter esclarecido o povo português acerca do que tem sido noticiado, de que a Portugal Telecom é moeda de troca para o país entrar no Euro em 1999. Isto é, se a venda da Portugal Telecom aos alemães da Deutsche Telecom e dos franceses da France Télécom, é a moeda de troca para que Kohl e Chirac nos destaquem dos restantes países do Sul da Europa para que Portugal integre a moeda única em 1999.

A venda ao desbarato da Telecom é uma vergonha e se ainda por cima é para ser moeda de troca então estamos perante um duplo escândalo. (...)

Basta de hipocrisia

(...) O comportamento do Primeiro-Ministro, no caso da reforma das mulheres e das 40 horas, na interrupção voluntária da gravidez e agora no acordo da revisão constitucional mostra com clareza que o dito diálogo e as palavras doces não passam de cortina de fumo para fazer passar a política de direita.

O comportamento do Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do PS no debate sobre a interrupção voluntária da gravidez fazendo pressão sobre os deputados da sua bancada para que o projecto do PCP e o projecto assinado por 54 deputados do PS não fossem viabilizados é o responsável pela continuação de uma legislação hipócrita, que não defende o feto e que empurra a mulher para o aborto clandestino.

Mas o Secretário-Geral do PS que no passado votou o projecto do PCP e que agora mudou de opinião sem dar qualquer argumento, com a sua atitude só conseguiu inviabilizar os projectos de lei com os votos do PP e do PSD tendo assim uma dupla derrota: a sua e a do seu Partido. Mas quem ficou prejudicado foram as mulheres do nosso país.

Estamos convencidos que milhares e milhares de jovens, que milhares e milhares de mulheres que votaram PS não esquecerão o seu acto

mesmo que em tempo eleitoral o Secretário-Geral do PS venha a demonstrar jesuiticamente arrependimento como o fez no totonegocio.

É que, como diz o nosso povo «cesteiro que faz um cesto, faz um cento!».

E também não é com uma reunião do Conselho de Ministros marcada para 8 de Março, anunciando umas medidas sobre os problemas das mulheres que o Primeiro-Ministro disfarça as suas atitudes. A hipocrisia tem limites.

Inaceitável e intolerável é também o seu comportamento em relação à Revisão Constitucional feita fora da Assembleia da República. Aí o temos agora, e mais uma vez, a dar o dito pelo não dito e a puxar dos seus



galões para que o seu grupo parlamentar "aceite" as suas convergências com a direita.

As afirmações do Primeiro-Ministro de que nunca marginalizaria a Assembleia da República e que nunca faria acordos de cúpulas foram várias, como várias foram depois as declarações de altos responsáveis do PS.

Lembremos entre outras a resposta do PS ao PSD na Assembleia da República, em 18 de Abril de 1996. Nessa sessão Marques Mendes do PSD afirmava na Assembleia da República: "Se realmente se pretende rever a Constituição, só há um caminho possível, que é definir um calendário célebre para a sua concretização e promover um entendimento político entre os dois partidos indispensáveis à sua viabilização" e acrescentava ainda Marques Mendes: "convidamos o PS, e em particular o seu líder e Primeiro-Ministro, a discutir e a estabelecer com o PSD, ao mais alto nível e de forma rápida, um entendimento político em relação às questões essenciais que estão em causa nesta revisão constitucional".

A este convite Jorge Lacão respondia solenemente como se pode verificar nas actas do Diário da República: "fique pois a saber, Sr. Deputado Marques Mendes, que vos convidamos a assumirem plenamente as vossas responsabilidades, a darem o vosso contributo para a modernização do sistema político, empenhando-se activamente no processo de revisão constitucional e não em negócios, ao nível das super-estruturas partidárias, mas num debate político aberto para o prestígio das instituições democráticas, porque é para prestigiá-los que se faz a revisão constitucional." Grande prestígio!!!

Pelo que hoje se sabe e está à vista teria sido mais sério que Jorge Lacão tivesse ainda acrescentado: "fique, pois, a saber, sr. Deputado Marques Mendes, que isto é só conversa fiada!"

E de facto foi só conversa fiada pois não foi preciso muito tempo para que as cúpulas se juntassem em segredo marginalizando a Assembleia da República. O que o "bloco central" pretende é distribuir benesses a dois. (...)

PCP – oposição de esquerda – partido de alternativa

(...) Somos pela prática quotidiana nas instituições e fora delas oposição de esquerda ao governo PS. Somos o grande partido da esquerda que sem hesitações levanta bem alto as bandeiras de Abril e as bandeiras da esquerda. O partido que aos mais variados níveis de intervenção e nas mais diversas esferas manifesta o seu empenho construtivo nas soluções dos problemas do povo e do país. Ilustramos este nosso empenho construtivo nas dezenas de projectos de lei que apresentamos na Assembleia da República; nas medidas e propostas concretas que apresentamos nas diversas comissões parlamentares; na convincente contribuição dos militantes para o fortalecimento das organizações sociais; na importante obra que desde há vinte anos realizamos no Poder Local democrático.

Portugal precisa de outra política e esta passa pelo reforço do Partido Comunista Português.

Não ignoramos nem as dificuldades nem os obstáculos, nem os silenciamentos e as deturpações que teremos que vencer no difícil e complexo processo de construção de uma alternativa democrática. Mas sabemos também qual o caminho a seguir. Sabemos também que os trabalhadores e o povo precisam de uma alternativa democrática que ponha fim ao rotativismo, à alternância mascarada de alternativa, que acabe com o jogo de se mudar a cor dos governos para que se mantenha sempre o essencial da mesma política. Portugal precisa de outro rumo.

Aos comunistas, aos homens, jovens e mulheres de esquerda não faltarão nem convicções, nem ânimo, nem audácia de pensamento e de intervenção para que o país conquiste uma nova política e uma alternativa democrática.

Voltados para fora e para o futuro

Nos tempos que temos pela frente é necessário continuar a reforçar e a rejuvenescer as fileiras do Partido e a dinamização da vida partidária e mobilizar e aproveitar melhor todas as capacidades e energias.

Mas é também da máxima importância virar o Partido para fora, aprofundar e desenvolver o diálogo e a acção comum com os outros sectores democráticos e de esquerda e independentes e dar toda a nossa atenção em relação às lutas de massas e aos problemas mais sentidos pelos trabalhadores e pela população.

Assim ao celebrarmos com justo orgulho o 76º aniversário do nosso Partido. Com a nossa identidade e o nosso património político e ideológico continuamos despertos para a mudança e para as novas realidades para a mobilização das inteligências, capacidades e vontades que devem incorporar o projecto de esquerda, que esteja à altura dos desafios com que Portugal está confrontado à beira do século XXI.

O PCP orgulha-se de ter sido e continuar a ser o grande protagonista da luta contra a política de direita, a grande força que se bateu e se bate pela abertura de novos horizontes de esperança e de mudança, a grande força que honra os seus compromissos, os seus deveres e as suas responsabilidades para com os trabalhadores e o povo português, a grande força que continua na primeira linha de combate pela defesa da soberania e da independência de Portugal, pela grande causa da democracia e do socialismo.



No Barreiro. Aspecto do Comício com Carlos Carvalhas realizado na colectividade «Os Penicheiros», onde o grupo Andarilho animou os primeiros momentos da sessão

Nota da Comissão Política 8 de Março Um dia de luta contra a discriminação da mulher

Na passada terça-feira, a Comissão Política do PCP promoveu uma conferência de imprensa sobre aspectos da situação política e social, com especial destaque para problemas que afectam gravemente as mulheres portuguesas. A declaração, que reproduzimos, foi apresentada por **Fernanda Mateus**.

1. A Comissão Política do Comité Central do PCP, na continuação das diversas posições assumidas nos últimos dias sobre o processo de revisão constitucional, insiste na denúncia da extrema gravidade política do acordo PS/PSD. A Comissão Política do PCP alerta os homens e mulheres de esquerda, os democratas e o povo português para o seu significado e para as suas consequências.

O PCP reafirma que o acordo PS-PSD representa:

- um atentado ao regime democrático, através de golpes na democraticidade e no pluralismo do sistema político e eleitoral;
- a tentativa de marginalizar e reduzir o peso do Partido Comunista Português nas instituições da República através de enge-

to, o debate sobre a moeda única, traduzido em documento comum, sobre a aplicação da legislação das 40 horas (de que se destaca o aval do primeiro-ministro António Guterres, em encontro com a CIP e a AIPortuense, à interpretação da lei favorável ao grande capital), e o processo de privatização do abastecimento de água no concelho de Setúbal, com a eliminação administrativa do concurso para concessão desses serviços, de empresas portuguesas de capitais públicos e privados (em tudo idêntico ao que ocorreu por decisão de Cavaco Silva em Mafra).

2. A Comissão Política sublinha que a política de concentração da riqueza, de benefícios ao capital financeiro, de mar-

Esta situação exigia que fosse enfrentada com seriedade e rigor. Exigia um novo rumo na política que tem vindo a ser seguida.

Não é com um Conselho de Ministros de marketing político nas vésperas do dia 8 de Março anunciando algumas medidas, que se apaga o essencial das medidas de um Governo que tem discriminado e marginalizado as mulheres e um número crescente de famílias.

3. O PCP reafirma que a concretização da igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres impõe a realização de uma política que tenha como prioridades:

- a efectivação do direito ao trabalho com direitos;
- a promoção da qualidade de vida e a elevação do poder de compra;
- a efectiva redução do horário de trabalho para 40 horas;
- a diminuição da idade da reforma das mulheres para os 62 anos;
- o respeito pela função social da maternidade que impeça a discriminação da trabalhadora-mãe;
- a generalização do planeamento familiar e educação sexual, e a adopção de medidas legislativas que ponham fim ao flagelo do aborto clandestino.

4. O PCP considera, ainda, essencial a adopção de medidas de protecção às mulheres vítimas de violência, o que torna urgente a regulamentação da lei 61/91, por si proposta e aprovada por unanimidade na Assembleia da República, que prevê designadamente a organização das esquadras com pessoal especializado, a criação de uma linha SOS, e de casas de abrigo e medidas de âmbito penal.

Recordamos que o projecto de lei que reforça os direitos das associações de mulheres e a consagração do estatuto de parceiro social aguarda a sua votação final.

5. A Comissão Política do PCP saúda as mulheres portuguesas na passagem da comemoração do Dia Internacional da Mulher e exorta a que este dia represente um dia de luta contra as discriminações a que a mulher está sujeita no trabalho e na sociedade em geral.

A Comissão Política do PCP apela à participação na manifestação promovida pelo MDM e Comissão Nacional de Mulheres da CGTP e à afirmação inequívoca pelas mulheres da sua aspiração e luta pela concretização da igualdade e pelo exercício dos seus direitos.

A Comissão Política do PCP considera que o direito das mulheres à igualdade, intimamente ligado à sua luta emancipadora é condição para a democratização e humanização da sociedade e o livre desenvolvimento das capacidades criativas e produtivas das mulheres e tudo fará para que ele se concretize.

Revisão Constitucional Um atentado à democracia

Em conferência de imprensa realizada sexta-feira da passada semana, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, criticou severamente o acordo de bastidores entre PS e PSD para consumir mais uma revisão constitucional. Para o dirigente comunista trata-se de «um atentado à democraticidade e pluralismo do sistema político», como se pode ler na declaração que transcrevemos de seguida.

1. Os mais recentes acontecimentos em matéria de revisão constitucional confirmam que se verifica uma vasta e intolerável convergência entre o PS e o PSD. Estamos perante um atentado à democraticidade e pluralismo do sistema político e do sistema eleitoral, da Assembleia da República, das câmaras municipais, com marginalização da Comissão Eventual de Revisão Constitucional e da AR. A remissão de algumas matérias para futuras maiorias de dois terços não pode ser um motivo de tranquilidade, antes é uma razão para inquietação, porque se trata de criar novas «coberturas» constitucionais para os novos acordos que o PS e o PSD vierem a estabelecer no futuro (ou já estabeleceram, mas não querem revelar). Os círculos eleitorais uninominais nem sequer são agora qualificados como de candidatura. Trata-se, pura e simplesmente, de violar a proporcionalidade. Em qualquer caso, no mínimo **trata-se da confissão de um projecto de acordos constantes e permanentes entre os dois partidos.**

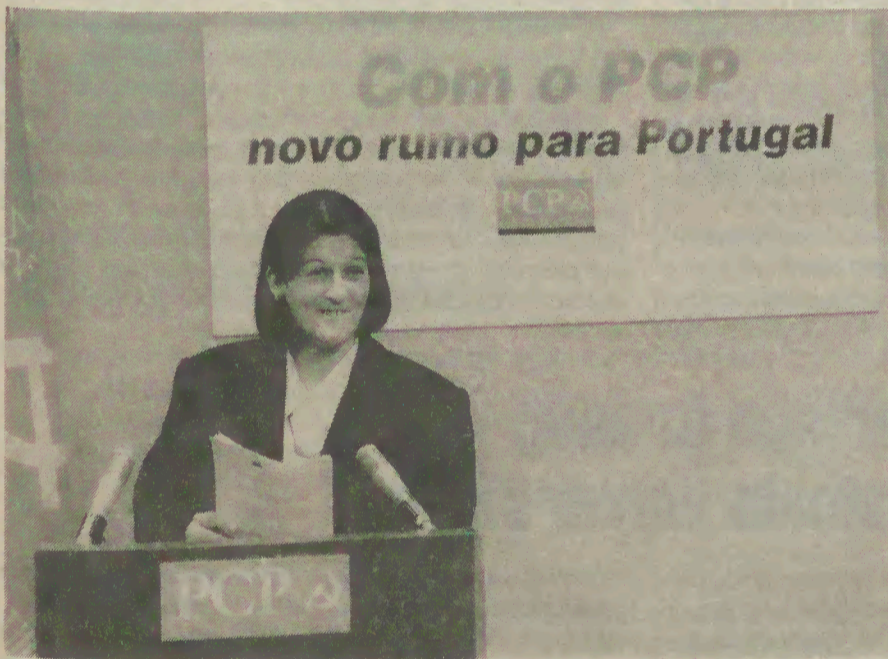
2. A tudo o que já se conhecia vão-se somando novos motivos de preocupação. Com efeito, existem informações indelmentáveis de que, para além dos aspectos já referidos pela comunicação social, o acordo PS-PSD e contrariamente ao que sempre disse o Secretário-geral do PS, **envolve também o compromisso mútuo de um entendimento sobre alterações à Constituição económica e social, designadamente no respeitante às incumbências prioritárias do Estado e à «superação da obrigatoriedade constitucional de sectores de actividade vedados à iniciativa privada», a pretexto de uma alegada «actualização e modernização» das normas constitucionais.** Existem também informações de que o acordo abrange restrições do direito à greve, um dos mais importantes direitos fundamentais inscritos na Constituição. Abrange ainda a entrega de actividades públicas essenciais ao sector privado, como na área da segurança social.

Tendo em conta que o projecto apresentado pelo PS não abrangia tais propostas, é inteiramente legítimo denunciar que, com a atitude agora adoptada, o que se desvenda é a cedência do PS à chamada operação de «limpeza semântica» da Constituição desde sempre reclamada pelo PSD, como aliás consta, exactamente com esta linguagem, do preâmbulo do projecto de revisão constitucional deste partido. O PCP recorda que, **por detrás desta alegada «limpeza semântica», o que o PSD sempre pretendeu foi eliminar da Constituição tudo o que tenha as marcas de Abril, da especificidade e identidade da democracia portuguesa e do seu reconhecimento do papel do sector público e dos serviços públicos em coexistência com os outros sectores e do papel do Estado na garantia dos direitos económicos, sociais e culturais.**

3. Os contornos deste acordo são, aliás, em grande parte, indeterminados. **A referência a cláusulas secretas é um motivo adicional de preocupação. O PCP exige a clarificação e o pleno esclarecimento do país nestas e noutras questões. Como se compreenderá, não é legítimo que se escondam eventuais cláusulas do acordo como as que sejam relativas aos poderes do Presidente da República, ao estatuto do sector público ou outras.**

O PCP desafia o engenheiro António Guterres a tornar claro perante o País a totalidade dos acordos, no plano constitucional e não constitucional, que estabeleceu com o PSD. Trata-se do mais elementar dever democrático.

4. O PS tem multiplicado as suas convergências e coincidências, em diferentes sectores, com as orientações e práticas do PSD. Com este acordo, vai mais longe. O Secretário-geral do PS, com este acordo, fez uma verdadeira declaração de guerra ao PCP e à esquerda. Por isso, o PCP apela para que todos os democratas, todos os que querem um sistema de poder justo e equilibrado, todos os que querem a garantia constitucional dos direitos fundamentais e dos direitos dos trabalhadores, se empenhem no combate a este acordo e para travar a revisão acordada pelas direcções do PS e do PSD.



Fernanda Mateus, membro da Comissão Política do PCP apelou à participação das mulheres na manifestação convocada pelo MDM e pela CGTP-IN para o próximo sábado

nharias eleitorais e dispositivos legais de distorção da vontade dos eleitores;

- a satisfação das reivindicações do grande capital e da direita em matéria de direitos sociais e económicos e na organização económica.

Com a concretização do acordo PS/PSD, importantes marcos e conquistas do 25 de Abril seriam varridos da Constituição da República.

O PCP renova o seu apelo a todos os democratas, a todos os que querem um sistema de poder justo e equilibrado, a todos os que querem a garantia constitucional dos direitos fundamentais e dos direitos dos trabalhadores para que se empenhem no combate à revisão acordada pelas direcções do PS e do PSD.

A Comissão Política não pode deixar de anotar e sublinhar que a convergência PS/PSD na revisão constitucional, se insere numa objectiva série de convergências e de acordos num importante conjunto de matérias políticas, ocorrida nas últimas semanas.

Convergências e acordos que atravessaram o debate sobre a legalização do abor-

cha acelerada e forçada para a moeda única se continua a traduzir no plano social pelo agravamento do desemprego e pelo aumento de precariedade com o peso principal no desemprego feminino e juvenil.

As mulheres têm sido particularmente atingidas por uma política que nas questões mais fundamentais não se distingue daquela que a maioria dos portugueses quiseram ver derrotada.

A não diminuição da idade da reforma dos 65 para os 62 anos, a burla praticada em torno da redução do horário de trabalho para as 40 horas, a pressão do Secretário-Geral do PS para a não aprovação dos projectos de lei do PCP e dos 54 deputados do PS sobre a alteração da lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, a estagnação e a diminuição dos salários reais, e das reformas, o flagrante aumento do custo de vida, o aumento do desemprego e do trabalho sem direitos ilustram com clareza o não cumprimento de promessas pelo governo PS e a continuação de uma política injusta, de acentuação das desigualdades que atinge particularmente as mulheres.

Coimbra 4.ª Assembleia no sábado

No próximo sábado, os comunistas do concelho de Coimbra realizam a sua 4ª assembleia. Eleitos os 88 delegados, em 17 assembleias descentralizadas, num processo que decorre desde finais de Janeiro, o trabalho preparatório evidenciou os progressos e as fragilidades do Partido no concelho. O projecto de resolução política, distribuído por via postal a todos os inscritos, está agora enriquecido com muitas opiniões e observações de militantes.

Quais são então as grandes questões que se colocam ao trabalho do PCP no concelho de Coimbra?

Primeiro, as que se prendem com o actual momento político. Constatamos que há um imenso campo à esquerda para o PCP crescer e fortalecer a sua influência. No plano laboral e no plano autárquico, no movimento juvenil, o ambiente de descontentamento cresceu bastante, as lutas e protestos multiplicam-se, há melhores condições concretas para o Partido intervir. Não me refiro apenas às «potencialidades», essas sempre houve. O debate nas organizações dá conta de progressos sensíveis na recepção da mensagem do PCP, em especial nas empresas, mas também em populações e sectores de opinião que manifestam uma nítida tendência de descolagem em relação à política do PS.

Segundo, as que se prendem com a necessidade de renovação das organizações e das formas de intervenção do Partido. Continua a haver um grande desfasamento entre a influência real da força política PCP e a pequena força organizada de militantes que dão suporte a essa actividade. Maus momentos passados levaram a um grande enconchamento de muitos militantes e à fragilização da intervenção de muitas organizações que pararam ou passaram a funcionar com muito menos camaradas. É uma situação que leva tempo a vencer, que passa pelo reatar de muitos contactos, mas não só. Nalguns casos, e são bastantes, a reactivação das células e de comissões de freguesia está a ser conseguida essencialmente com novos militantes, mais jovens e mais «frescos», menos desgastados por anos e anos de combate e alguma desilusão. É um trabalho que exige um grande equilíbrio, para manter uma ligação com todos os inscritos, mas para que o núcleo mais activo e renovado de cada organização não desanime por ter de «arrastar» o enorme peso de dezenas ou centenas de inscritos que não comparecem.

Terceiro, a questão da autonomia das organizações ou da libertação de uma excessiva dependência relativamente ao responsável ou funcionário que a fazia «funcionar». Também aqui se trata de um processo demorado, mas que regista avanços. A assunção plena das responsabilidades pelos comunistas de uma freguesia ou de uma célula por tudo o que o Partido lá faça obriga a novos hábitos, a uma contenção dos responsáveis, a uma certa ruptura com critérios de eficácia imediata. Mas dá frutos. É bom ver uma Comissão de Freguesia fazer os seus próprios porta-a-porta, editar o seu próprio boletim e distribuí-lo aos milhares. É bom ver uma célula de empresa fazer o seu próprio convívio, o seu comunicado aos trabalhadores da empresa.

Finalmente, a Comissão Concelhia que temos tido e aquela que propomos daqui para a frente. Propomo-nos passar de um órgão restrito e muito executivo para um órgão bastante mais largo, que discuta mais política e reúna mais espaçadamente. Queremos ganhar com a participação de novos quadros, quer porque se destacaram na actividade quer porque trazem conhecimentos e experiências profissionais que podem enriquecer muito o debate dos grandes problemas políticos, económicos, sociais, culturais e ambientais do concelho. Esta componente mais política do órgão dirigente não é nem deve ser incompatível com as tarefas e o seu controlo de execução. Exige um executivo muito ligado às maiores organizações, exige grupos de trabalho para as iniciativas, para a preparação cuidada das discussões a fazer, para o acompanhamento aos eleitos municipais.

Naturalmente que as lutas, as eleições autárquicas, a comunicação do Partido, as questões financeiras vão também estar em debate no próximo sábado. Podemos, em Coimbra, construir uma organização partidária mais forte, mais ligada a tudo o que se passa no concelho. É isso que queremos e é isso que interessa a todos os que querem e precisam da alternativa à esquerda.

■ Jorge Gouveia Monteiro



Assembleia da ORBraga Partido mais forte e interveniente

Foi sob um sol acolhedor que um grupo de bombos e uma escola de jogo do pau receberam festivamente, à boa maneira do Minho, os delegados, convidados e dirigentes comunistas, em que se destacava a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que no passado domingo se deslocaram a Cabeceiras de Basto para participarem na 4ª Assembleia da Organização Regional de Braga.

Com mais de 200 presenças, a 4ª Assembleia decorreu no salão dos Bombeiros de Cabeceiras de Basto, concelho situado no limite do distrito de Braga e das terras do Minho. A escolha do local foi realizada por José Manuel Marques, membro da DORB, que presidiu à primeira sessão, e na intervenção de abertura afirmou que o PCP pretendeu dar assim «o testemunho solidário do combate dos comunistas pelo desenvolvimento da região do Basto - sempre ignorada e desprezada pela política de direita de sucessivos Governos - onde no final do século XX ainda se demora um hora e meia para percorrer 50 quilómetros».

Sintetizando o balanço da actividade do Partido no distrito durante os últimos dois anos, José Antunes, responsável para ORBraga, explicou as principais propostas de orientação e as medidas de direcção e organização contidas no projecto de resolução apresentado. José Antunes chamou ainda a atenção para as especiais responsabilidades dos comunistas de Braga, perante todo o Partido e o País, tendo em conta que é o segundo distrito com maior número de operários industriais, e também o segundo onde a CDU, nas últimas eleições autárquicas, apresentou mais listas de freguesia.

A resolução aprovada e as intervenções dos participantes sublinha-

ram o ambiente de luta e as movimentações sociais dos trabalhadores do distrito pelas 40 horas, sendo particularmente saudada a grande marcha-manifestação dos trabalhadores têxteis de Pevidém a Guimarães realizada na véspera da Assembleia.

Os comunistas de Braga deram nota do espírito de confiança e empenhamento que marca já a preparação das eleições autárquicas. Da tribuna da Assembleia foram salientados os exemplos do bom trabalho das juntas de freguesia da CDU e os objectivos de reforço das posições do PCP e da Coligação nas autarquias do distrito.

O sucesso eleitoral da CDU passa assim pela apresentação de listas a todos os órgãos municipais

e pelo aumento do número de listas para as assembleias de freguesia. O PCP propõe-se aumentar o número de vereadores nos executivos municipais, conquistar novas presidências de junta, aumentar o número de eleitos nas assembleias municipais e de freguesia e reforçar a votação da CDU em geral.

O fortalecimento orgânico do Partido e a realização da meta de 7 mil contos a recolher pela organização no âmbito da Campanha Nacional de Fundos, foram outros aspectos discutidos.

No plano das medidas de direcção aprovadas, destaca-se como a principal novidade a eleição de uma Direcção Regional composta por 20 membros, e pela eleição de novo órgão - o Conselho Regional - constituído por mais 30 camaradas eleitos e pelos membros da DORB, estes por inerência.

A Direcção Regional é o organismo responsável por todo o trabalho partidário e a sua composição assenta nos coordenadores das principais organizações concelhias e em camaradas com responsabilidades noutras organizações do Par-

tido na região, locais e profissionais e nas áreas de trabalho consideradas prioritárias.

A criação do Conselho Regional corresponde a uma necessidade de continuar reforçar o envolvimento e contribuição política de um conjunto mais vasto de quadros, destinando-se funcionar como um órgão de debate e consulta sobre as grandes questões e problemas políticos do distrito.

A Assembleia aprovou também um apelo aos comunistas e trabalhadores em geral que salienta a necessidade da sua mobilização a partir dos locais de trabalho, na luta pelas suas reivindicações, em defesa da efectiva redução dos horários de trabalho semanal para 40 horas, pelo fim do trabalho ao sábado no sector têxtil e na luta contra a flexibilidade e polivalência.

O apelo refere ainda a luta pelo emprego e salários dignos, contra o encerramento e falências de empresas, valorização do sistema público de segurança social e promoção da contratação colectiva como condição fundamental para a melhoria das condições de vida.

Marinha Grande assinala aniversário

Os comunistas da Marinha Grande reuniram-se no passado sábado num jantar de convívio para assinalar o 76º aniversário do PCP. Com a presença de mais de 200 pessoas, o momento foi aproveitado para chamar a atenção para os principais aspectos da realidade económica e social do concelho e para as batalhas

eleitorais que se aproximam, com destaque para as autárquicas.

A intervenção feita em nome da Comissão Concelhia aponta a grandes dificuldades no sector do vidro e cristaleiro, mas sublinha que também sectores como os moldes plásticos estão em crise, com reflexos alarmantes na vida dos trabalhadores. Contudo, é a cristalaria que mais preocupações levanta, uma vez que tarda a reestruturação em tempos prometida pelo Governo PS e que agora parece ter abandonado.

Os resultados estão à vista. A Roque e Vidros paralisou a sua laboração há algumas semanas e o seu encerramento irá lançar para o desemprego mais várias dezenas de trabalhadores. Na Ivima, as incertezas sobre o futuro aumentam; na MP Roldão os trabalhadores excedentários que frequentam a formação não vislumbram uma solução de emprego; enquanto a Emimolde, que durante muitos anos foi a segunda maior empresa de moldes da Marinha Grande, está hoje reduzida a escassas dezenas

de trabalhadores e mesmo assim corre o risco de encerrar.

A gestão camarária do PS foi também alvo de duras críticas, sendo caracterizada como «autoritária, arrogante e antidemocrática». Os comunistas da Marinha Grande recordaram que apesar da vitória socialista ter sido obtida por escassos 170 votos, uma vez no poder o PS afastou a CDU do trabalho quotidiano da autarquia, aliou-se ao PSD e arredou a população da participação e do conhecimento das grandes questões do município. «Nestes três anos, a gestão PS descapitalizou em centenas de milhares de contos a Câmara, mas as obras ninguém as vê; floresce o clientelismo e o compadrio e assiste-se à utilização de dinheiros públicos para fins pouco transparentes».

É neste quadro que os comunistas estão empenhados em recuperar para a CDU a maioria na Câmara Municipal: «É uma batalha para travar e vencer» e para isso a Coligação irá apresentar às eleições um programa e listas com a qualidade necessária para derrotar o PS.

CAMARADAS FALECIDOS

José Ernesto Rodrigues

Faleceu no passado dia 14 de Fevereiro, com 83 anos de idade, José Ernesto Rodrigues. Natural de Lisboa, foi lutador antifascista desde a sua juventude tendo conhecido as prisões da ditadura. Actualmente estava organizado na Freguesia de São Domingos de Rana, no concelho de Cascais.

Roque Joaquim Valadão

Faleceu recentemente na ilha das Flores Roque Joaquim Valadão, com 71 anos de idade. Agricultor, natural e residente na freguesia dos Cedros, concelho de Santa Cruz, e apesar de doente há longos anos dedicava grande entusiasmo e esforço à actividade do Partido e da CDU, tendo integrado muitas listas de candidatos da Coligação. Roque Valadão era pai de Paulo Valadão, deputado do PCP na Assembleia Legislativa dos Açores.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

ALMADA Governo lesa concelho

O Plenário de Quadros do PCP realizado no dia 24 passado em Almada, depois de analisar a política anti-social e de «estricta submissão à Moeda Única» do Governo PS, debruçou-se sobre o trabalho autárquico e as próximas eleições para as autarquias. Congratulando-se com a actividade autárquica desenvolvida, designadamente com o lançamento da Pista de Atletismo na Sobreda e a Cobertura da Vala da Costa, os comunistas solidarizam-se com a autarquia no seu repúdio pela posição do Conselho de Ministros, de «ratificação parcial» do PDM de Almada, «arbitrariedade» que lesa profundamente o concelho e os seus habitantes.

Sobre o Metropolitano Sul do Tejo, o PCP criticou a postura do Governo que, depois de ter ignorado esta obra no Orçamento do Estado para 1997, pretende agora ignorar também o trabalho já realizado pelas autarquias, deixando antever novos atrasos que penalizarão fortemente as populações de Almada, Seixal, Barreiro e Moita.

SANTARÉM Uma oportunidade perdida

Foi com «estupefacção» que a Comissão Concelhia de Santarém do PCP tomou conhecimento do encerramento da Fábrica de Calçado Ribatejano, que atrai para o desemprego 320 trabalhadores, na sua maioria mulheres, informa a nota enviada por esta estrutura à comunicação social. A razão dessa surpresa reside no facto de, em 23 de Janeiro passado, a sua gerente ter garantido, em declarações a um jornal local, que «a fábrica se encontrava de boa saúde e em plena laboração».

Preocupados, os comunistas sublinham o facto de terem encerrado em pouco tempo, na mesma zona industrial, a FORD e uma fábrica de calçado e de, simultaneamente, se estarem a perder oportunidades de instalação de novas empresas e de criação de postos de trabalho, como aconteceu com a Fábrica de Transformação de Carnes (600 postos de trabalho), que vai ser instalada em Torres Novas.

«Situações como esta», para além «de revolta e indignação», confirmam o «falhanço» da gestão PS na Câmara Municipal, diz ainda o PCP. E lamentando que a «autarquia não diga uma palavra» e não apresente «medidas, propostas e linhas estratégicas de desenvolvimento» para inverter a situação, condena a administração da Fábrica de Calçado Ribatejano por pretender pagar apenas 50% das indemnizações devidas aos trabalhadores.

CASCAIS Selada lixeira de Trajouce

Notícias vindas a público dizem que a lixeira de Trajouce, que serve os municípios de Cascais, Oeiras e Sintra, começou a ser selada com vista ao início de obras para a criação de um aterro sanitário, acontecimento que se traduz na prática pelo depósito no aterro de Laveiras das 700 toneladas de lixo diariamente recebidas em Trajouce.

A Comissão de Freguesia de Paço de Arcos do PCP, aconselhando o secretário de Estado do Ambiente a informar-se sobre a situação do aterro de Laveiras antes de dizer que ele tem condições, afirma ter mesmo «fundadas dúvidas» que haja hoje em Laveiras qualquer aterro. «Uma coisa é o que foi construído» - e nunca tendo sido usado está há anos exposto à degradação ambiental -, «outra, aquilo que hoje existe», diz, alertando a população de Caxias/Laveiras para a nova situação e lembrando a luta travada contra a lixeira de Laveiras.

LAVRADIO População quer Centro de Saúde

Ao dizer que a construção do Centro de Saúde do Lavradio está para breve, o Governo e os seus porta-vozes nesta localidade pretendem desmobilizar a população na luta que há longos anos vem travando por este objectivo. A denúncia cabe à Comissão de Freguesia do Lavradio do PCP que, em comunicado, dá aos lavradienses o que entende ser «um esclarecimento necessário». Esta luta - diz a estrutura local do PCP -, para além de muito participada, tem unido os lavradienses, independentemente das ideias políticas partidárias ou crenças religiosas que professam. Daí que, como em anos anteriores, os deputados comunistas tenham este ano proposto a inclusão no PIDDAC de um reforço de 90 mil contos a juntar à verba de 60 mil já inscritos, para perfazer os 150 mil que foram prometidos pelo Governo PS para 1997.

Tal proposta foi, no entanto, reprovada pelo PS e pelo PP, o que leva o PCP a considerar que «basta de palavras» e a reafirmar a sua disposição de lutar ao lado das populações na sua exigência pela construção do Centro de Saúde.

Campanha Nacional de Fundos já tem resultados

Decidida pelo Comité Central do PCP, a Campanha Nacional de Fundos de 200 mil contos começou oficialmente no passado sábado, coincidindo com a realização do comício de aniversário do PCP na cidade do Porto e com outras iniciativas realizadas noutras regiões do País.

Como seria de esperar, a campanha teve um destaque especial no comício do Porto, onde para além dos apelos feitos da tribuna foi distribuída uma carta aos presentes e funcionou uma banca. No final, a organização registou a entrega de 241 contos.

Um dia antes, no Barreiro, também no decorrer de um comício que contou com a presença de Carlos Carvalhas, a recolha efectuada totalizou 90 contos.

Mas também fora de Portugal, pouco depois de ter sido anunciada, a iniciativa registou de imediato contribuições significativas. É o caso da Direcção da Organização para a Emigração que logo na primeira reunião para discutir os objectivos da campanha se congratulou com o empenhamento de oito militantes organizados fora da Europa, que fizeram uma primeira entrega de um cheque de 425.265\$60.

Recorde-se que a campanha de Fundos decorre até final deste ano e se destina a custear as despesas inerentes ligadas com as próximas eleições autárquicas.

Como materiais de apoio foram editados um cartaz, uma carta/apelo, cupões de diversos valores e listas de fundos. A carta/apelo, que será enviada a camaradas e amigos, salienta a importância do reforço da votação e do aumento do número de eleitos do PCP e da CDU na defesa «do Poder Local democrático», «dos interesses locais das populações, do seu bem-estar e qualidade de vida», assim como de «um novo rumo para Portugal».

Um destacável - onde consta o número de conta da Campanha: nº0680/002022431 na Caixa Geral de Depósitos -, permite aos destinatários da carta contribuir para a campanha e optar pela forma de contribui-

ção que mais lhes convier.

Para além desta carta/apelo, circularão listas de recolha de fundos nos locais de trabalho, de residência ou de convívio, existindo ainda à venda cupões no valor de 500, 1.000, 5.000, 10.000 e 50.000 escudos.

O cartaz, onde de um fundo vermelho se destaca a palavra de ordem «Dar mais força à CDU», promove a Campanha nos Centros de Trabalho do Partido e em alguns locais seleccionados pelas organizações.

O sucesso de experiências anteriores, designadamente da campanha dos 150 mil contos - cuja meta em 1995 foi ultrapassada -, o facto de se tratar de uma campanha descentralizada, em que os fundos conseguidos reverterão quase intei-

ramente a favor das organizações e para cobrir as respectivas despesas, são factores de confiança no que diz respeito ao arranque e desenvolvimento desta iniciativa.

Contribuir para esta Campanha Nacional é uma forma de manifestar apoio à CDU. Por outro lado, a campanha testemunha bem o modo transparente, responsável e diferente como o PCP prepara a recolha dos meios indispensáveis à sua actividade política. Um procedimento ímpar na cena política portuguesa.



Primeiro-Ministro em Coimbra Uma visita de «contornos eleitoralistas»

Em períodos de paragem, de desemprego ou quando se reformam, é nas Majoeiras - «autênticos baldios dos povos da orla marítima» - que os pescadores há muitos anos encontram o seu modo de sobrevivência, tendo chegado esta pesca a ser licenciada, ainda há poucos anos, diz, em nota à imprensa, a Direcção da Organização Regional do PCP de Coimbra.

Condenando a decisão do Governo PS, de pôr as capitânias de Figueira da Foz e de Aveiro a perseguir os pescadores, a aplicar-lhes multas de 30 a 60

contos e a apreender-lhes as artes, o PCP exige que uma tal política seja revista, designadamente com o arquivo dos processos de multa e a devolução aos pescadores das artes que lhes foram apreendidas.

Denunciada havia sido já também a grave situação que os produtores de leite atravessam e que irá ser substancialmente agravada se, como foi informado pela União Europeia e o seu Comité Especial da Agricultura, o acordo comercial que se seguirá ao acordo do Uruguay Round, tiver como factor fundamental a

baixa dos preços da produção. «Será a machadada final para o desaparecimento da produção de leite, em Portugal», dizem os comunistas, perguntando ao Governo o que pretende fazer para defender a produção nacional.

A Regionalização - extremamente benéfica para os agricultores - não tem avançado aos ritmos anunciados, as obras de rega e drenagem no Vale do Mondego continuam muito atrasadas e em relação à produção do arroz, contrariamente ao que havia sido prometido, continua a

não haver uma campanha de fiscalização ao arroz embalado em Portugal com proveniência estrangeira. «Prometer é fácil!» considera, assim, o PCP -, «cumprir é que é palavra que parece não existir no dicionário do Partido Socialista e do engº António Guterres».

Quanto à visita do primeiro-ministro ao distrito, considera a DORC do PCP que ela é uma operação de «contornos eleitoralistas», sediada no Governo Civil, cujo titular é também dirigente do PS. Nessa dupla qualidade - denunciam os comunistas - tem nos últimos meses usado os fundos públicos, sem critérios transparentes. As peripécias em torno do descerramento do Convento de Santa Cruz, a súbita aceleração de algumas obras municipais e a proclamação há dias dos objectivos eleitorais do PS, apontam também nesses sentidos.

Entretanto, os problemas mais importantes do distrito continuam por resolver, como é o caso das Obras do Mondego, da reflorestação da área ardida no interior serrano, da ampliação da rede pública do ensino pré-escolar, do reforço de verbas para a acção social escolar da Universidade de Coimbra. Também o desemprego continua a aumentar, com algumas empresas a fechar, pairando sobre outras a incerteza, como é o caso da FOZNAVE e da ESTACO.

Sesimbra PS procura bloquear Câmara

É com preocupação que a Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP vê o comportamento dos eleitos do Partido Socialista que, a exemplo de anos anteriores, procuraram bloquear a acção da Câmara. Na votação do Plano de Actividades e Orçamento para 1997, os socialistas demoraram quinze dias a entregar a declaração de voto, provocando assim o adiamento da entrega do documento na Assembleia Municipal. Não bastando isto, o presidente da Assembleia Municipal (também socialista) não incluiu o Plano de Actividades na ordem de trabalhos da Assembleia convocada para 28 de Fevereiro, o que, adiando a sua discussão para Março ou Abril, se traduzirá por atrasos na concretização de importantes obras para o concelho.

A Concelhia do PCP desmente ainda que o Governo Socialista tenha transferido para a Câmara ou para o concelho centenas de milhares de con-

tos para habitação social e esclarece que o financiamento do Programa de Habitação Social em curso no concelho é financiado em 10% com fundos da União Europeia (FEDER), 40% com financiamento bancário e 20% com verbas da Câmara Municipal.

Os comunistas referem ainda que o grosso da verba incluída no PIDDAC para Sesimbra diz respeito às obras «eternamente inacabadas» do Porto de Sesimbra, não contemplando a conclusão da variante do Porto de Abrigo mas prevendo, sem que se perceba a urgência, milhares de contos para o Porto de Recreio.

Por fim, o PCP recorda que a reconstrução da estrada de Cabo Espichel é projecto que vem do governo anterior e que surge na sequência de uma candidatura que a Câmara Municipal se viu obrigada a fazer, face ao estado de total degradação atingido por esta estrada.

MIRANDELA

Uma gestão de fachada

A Comissão Concelhia de Mirandela, reunida para analisar a actual situação política local, preparar as próximas eleições autárquicas e programar as iniciativas para 1997, deu nota à comunicação social das conclusões a que chegou. Na opinião da Concelhia de Mirandela, o balanço à gestão autárquica é negativo, indicando que não houve construção de habitação social e não foi fomentado o emprego; continuam por despoluir a ribeira de Carvalhais, Mourel e o rio Tua; a linha férrea do Tua continua a caminhar para o encerramento e não foram cumpridas as promessas relativas ao agora chamado Agro-Industrial do Nordeste; que se mantém no essencial a qualidade da água. Uma gestão que assentou, no fundamental, em obras de fachada, diz o PCP, responsabilizando o PSD pela situação e o PS pela sua convivência com esta política. Entretanto, ao afirmarem que nas suas candidaturas estão representadas todas as correntes políticas, incluindo os comunistas, o PS e o PSD estão de forma abusiva a fazer crer que há comunistas a integrá-las, quando, na verdade, o PCP não se revê em qualquer destas candidaturas e tem o propósito de, no âmbito da CDU, apresentar uma verdadeira candidatura alternativa.

SETÚBAL

Corte de subsídios é desumano

A agricultura não pode ser penalizada novamente, afirma a Comissão para a Agricultura da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, considerando o actual Ministério da Agricultura, o PSD e a CAP, responsáveis pelas limitações dos subsídios aos cereais para os produtores portugueses. Os produtores de cereais investiram na cultura de cereais mediante a promessa de subsídios. O corte abrupto nos mesmos agora anunciado, depois do investimento feito e dos compromissos assumidos, não tem, pois, justificação, «é desumano e lesa gravemente a economia das explorações agrícolas», diz o PCP. O ministro da Agricultura, justificando o corte como um «mal menor» e afirmando que «o sacrifício impostos aos 5000 agricultores» evita «que 170 mil o tenham que fazer», está a fugir às responsabilidades e a atirar poeira aos olhos dos eleitores que votaram no PS. «Os subsídios à produção cerealífera», tal como foi acordado pelos governos PSD e PS, para além da limitação injustificada na base de 2,9 toneladas/ha, não representam qualquer estímulo à produção, sendo antes «um motivo de regressão», que mais adiante servirá para justificar o «recurso à importação», alerta de novo o PCP.

COIMBRA

Governo acentua instabilidade

A posição assumida na Assembleia de Credores pelos representantes do Governo - designadamente a Fazenda Pública que votou contra e a Segurança Social que se absteve -, a par da decisão do Ministério Público de recorrer do despacho do juiz que aprovou a deliberação da Assembleia de viabilizar a Estaco, estão na origem das dúvidas e hesitações dos investidores e clientes da empresa, acentuando a instabilidade desta, denuncia a célula do PCP. Por isso a nova Administração ainda não tomou posse, não se avança com investimentos e, face à imagem criada, as vendas vão caindo, dizem os comunistas, endossando para o Governo a responsabilidade de tomar as medidas necessárias para inverter a situação e salvar a Estaco da falência. «Caso contrário, assume a responsabilidade de ser o [seu] covão.» A célula do PCP critica igualmente a administração da Estaco e o respectivo Grupo proprietário (Grupo Melo) pela situação criada e exige que também o Governo Civil e a Câmara de Coimbra concentrem esforços para salvar a mais importante empresa do sector cerâmico do distrito.

ARAZEDE

CP deve manter linhas

O PCP tem tido ao longo dos anos uma intervenção permanente em prol da freguesia, diz a Comissão de Freguesia de Arazede do PCP, referindo a proposta apresentada na Assembleia da República de elevação de Arazede a Vila, a acção em defesa da manutenção da linha férrea e das indústrias de serração da freguesia na Assembleia da República. É, pois, «com orgulho da acção realizada» que a CDU apresenta a sua lista de candidatos às eleições para a Junta de Freguesia. Entretanto, os comunistas alertam para a necessidade de modernização e revitalização da ligação ferroviária Pampilhosa-Figueira da Foz e afirmam que o estudo anunciado pelo Governo, de reconversão de linhas na CP, não pode significar o seu encerramento nem ignorar que esta ligação ferroviária serve quatro concelhos. Lembrando ainda que enquanto se procedeu à electrificação da linha da Beira Alta foram deixados ao abandono os 50 km da Figueira da Foz à Pampilhosa, o PCP considera necessário assegurar um adequado transporte ferroviário às populações e mercadorias, por estar provado ser este o «meio de transporte mais rentável, menos poluidor e de maior eficácia.»

Deficiência em debate

«É preciso uma nova atitude»

«Deficientes no distrito do Porto - Presente e Futuro» foi tema de um debate realizado pelo PCP no Porto, de onde resultou um conjunto de elementos que, não sendo um trabalho acabado, contribui para o combate pela melhoria da qualidade de vida da pessoa deficiente.

O levantamento de problemas e o equacionamento de preocupações e propostas/ideias de trabalho que esta iniciativa suscitou permitem sistematizar algumas conclusões.

Os conceitos de deficiência evoluíram, dizem os comunistas, não abarcando apenas as congénitas mas também as adquiridas.

Quanto ao triângulo educação-reabilitação-saúde, que acompanha o deficiente, só se verifica alguma evolução na área educativa, com algumas respostas até aos dezoito anos. A partir desta idade, contudo, o deficiente passa a ser um problema da família.

«É errado olhar para o deficiente apenas enquanto criança. É preciso ver para além da escola», defendem os comunistas, considerando necessária a

existência de serviços públicos devidamente apetrechados - nomeadamente Centros de Ocupação para multideficientes -, de um censo da deficiência e de uma «nova atitude» da sociedade face ao deficiente.

Na opinião do PCP, é preciso aprofundar a investigação em novas tecnologias, a inovação e renovação do sistema protésico, o aumento do seu financiamento e a sua libertação de impostos.

Por outro lado, é urgente descentralizar os serviços em pequenas unidades de reabilitação distribuídas pelos vários concelhos do distrito e rever o regime de Segurança Social de apoio - designadamente em relação aos descendentes que têm um apoio muito precário - e o valor das pensões.

O distrito do Porto é um dos mais atingidos pela sinistralida-

de laboral, afirma ainda o PCP, considerando que o actual sistema de avaliação de incapacidades para efeitos de indemnizações, por estar entregue às companhias de seguros, é complicado e moroso. Também em relação à pré-profissionalização e formação profissional/emprego para deficientes, a insatisfação é muito grande. O ensino integrado não funciona e a manipulação dos números à volta desta realidade não convence.

Contudo, para o PCP, o traço mais comum, relativamente a esta problemática, é «o distanciamento, a insensibilidade e até a incapacidade de projectar o desenvolvimento das cidades em função dos cidadãos», sendo muito heterogéneo o relacionamento das autarquias do distrito com a deficiência. É necessário um maior empenhamento das autarquias, nomeadamente no que respeita à eliminação das barreiras arquitectónicas e urbanísticas e ao desenvolvimento das actividades lúdico-culturais.

Outro contributo importante para a integração do deficiente

na sociedade seria a criação de uma rede mínima de transportes públicos (um autocarro por linha).

Todas as instituições que intervêm nesta luta - públicas, de solidariedade social e privadas com fins lucrativos -, têm o seu espaço, público e função. É condenável, pois, que o Governo continue a orientar-se por decisões avulsas, sacuda para o âmbito das IPSS/Misericórdias as suas responsabilidades e estimule com subsídios da Segurança Social o aparecimento de todo o tipo de unidades privadas de reabilitação/educação.

«Os dinheiros públicos devem ser orientados para causas públicas e não para sustentar negócios privados», afirmam os comunistas ao mesmo tempo que defendem a adopção de uma atitude de respeito, apoio e diálogo com as Organizações Não Governamentais, o respeito pela sua autonomia face ao poder e um quadro jurídico-legal de financiamento das associações que «põnha termo aos sacos azuis e ao compadrio político.»

Reunião de Quadros em Aveiro

Elevar a participação e o envolvimento de um número maior de activistas do Partido e das organizações de base nas diversas questões políticas e organizativas que se colocam no ano em curso, eis, em síntese, o principal objectivo do Encontro Distrital de Quadros promovido no passado sábado pela Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP.

Ao encontro, realizado no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, compareceram militantes de quase todos os concelhos do distrito, merecendo nota de destaque a presença de quadros jovens em número significativo.

António Salavessa, responsável pela DORAV, pôs em relevo na sua intervenção de abertura a

importância das próximas eleições autárquicas, sublinhando a propósito as diferenças para o trabalho geral do Partido entre «ter ou não ter freguesias de maioria CDU», «ter ou não ter vereador para a intervenção em cada concelho ou eleitos nas assembleias municipais, nas juntas e nas assembleias de freguesia».

Por si realçados foram ainda alguns dos objectivos que se colocam às organizações do Partido em Aveiro, com destaque, referiu, para o reforço da sua intervenção política, bem como da DORAV, a par de uma resposta mais eficaz às diversas batalhas políticas e de um melhor desenvolvimento da luta



de massas contra a política de direita.

Sérgio Teixeira, da Comissão Política, a quem coube o encerramento dos trabalhos, denunciou a existência do que considerou «um efectivo bloco central formado pelo PS e PSD», o qual, salientou, está «desenhado em torno de várias questões como seja a revisão da Constituição, a moeda única e todo um conjun-

to de políticas de fundo na área económica e social».

Tal facto, ainda na perspectiva de Sérgio Teixeira, «aliado ao conteúdo concreto dessas políticas viradas para a satisfação dos apetites do patronato», revelam, em sua opinião, que «afirmar o PCP como o único grande partido de esquerda não é uma manifestação de sectarismo, antes a constatação de uma realidade».

PCP/Açores

CDU é garante da democracia

Como foi noticiado pelo «Avante!» da semana passada, na sua última reunião o Conselho Regional dos Açores do PCP aprovou dois documentos, um sobre o VI Congresso e outro relativo às próximas eleições autárquicas.

Como objectivos para o 6º Congresso, o PCP/Açores estabeleceu a definição das orientações políticas específicas adequadas à actual realidade política regional, a mobilização da área de influência do Partido para as tarefas políticas da actualidade - designadamente as eleições autárquicas e o reforço da intervenção dos trabalhadores e dos cidadãos na vida cívica e política da Região -, a revisão do Programa Regional do PCP e o reforço e renovação da estrutura orgânica e de direcção do Partido.

Quanto às eleições autárquicas, foi aprovada uma resolução onde se afirma serem

estas eleições as primeiras a ser realizadas depois das modificações que se verificaram no poder político, e que se consubstanciam «na queda do PSD e na formação de um Governo Regional do PS sem maioria absoluta».

O grande objectivo é - «mais do que pretender que as eleições autárquicas sejam uma qualquer «2ª volta» das regionais - reforçar a presença nas autarquias de «eleitos que defendam a independência e as competências do poder local, incentivem o diálogo com as populações e assumam a resolução dos problemas dos cidadãos».

A derrota do PSD veio permitir que os órgãos do poder local sejam mais pluralistas e participados, dizem ainda os comunistas açorianos, defendendo que a presença da CDU em muitos desses órgãos

será a garantia democrática «quer da independência das autarquias face ao poder regional» quer da realização «de uma verdadeira democracia participativa local».

Assim, o Conselho Regional dos Açores do PCP definiu como objectivo central, a atingir na preparação das autarquias de 97 na Região Autónoma dos Açores, «a concorrência através de listas da CDU a todas as autarquias concelhias e no maior número possível de freguesias».

Tal objectivo não impede, contudo, a consideração de situações particulares que - visando a defesa de interesses locais - recomendem entendimentos prévios com outras forças políticas diversas e cidadãos, consideração que o Conselho Regional remete para a DORAA.

PODER LOCAL

CDU apresenta candidatos

Prossegue, por todo o País, a apresentação de candidatos da CDU, em actos públicos que têm juntado número significativo de apoiantes.

Bragança

António Alberto Morais e Fernando dos Santos Pilão são os candidatos CDU, respectivamente, para a Câmara Municipal de Bragança e Câmara Municipal de Mirandela.

António Alberto Morais, 48 anos, sociólogo, é Técnico Superior do Parque Natural de Montesinho, onde tem desenvolvido importante trabalho na área associativa e cultural. É membro da Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP.

Fernando dos Santos Pilão, 36 anos, advogado, foi membro da Assembleia Municipal de Mirandela nos mandatos 1989/93 e 1993/97. É membro da Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP e responsável da Comissão Concelhia de Mirandela.

Na Declaração de candidatura, referem-se como objectivos - a afirmação de Bragança como ver-



António Morais

dadeira capital do Nordeste Transmontano; mais competências e meios para os municípios; uma Lei de Finanças Locais mais favorável; descentralização de meios e competências para as freguesias; regionalização e criação da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Ponte de Sor

Jorge Rebeca, que anteriormente já foi presidente da Assembleia Municipal de Ponte de Sor, é o candidato CDU à presidência da Câmara Municipal.



Fernando Pilão

Na sessão pública de apresentação da sua candidatura, Jorge Rebeca comprometeu-se a desenvolver "uma estratégia global, integrada, compatibilizando os interesses do ordenamento e do ambiente, a promoção das infra-estruturas básicas, em plena articulação com as exigências do desenvolvimento económico.

O candidato CDU aposta na "colaboração com o tecido empresarial" e no incremento da actividade cultural, desportiva, social e educativa, em articulação com colectividades, clubes, associações e instituições de ensino.

Barrancos

António Pica Tereno, é o candidato da CDU à Câmara Municipal de Barrancos.

Independente, 48 anos, António Pica Tereno exerce também actualmente as funções de presidente da Câmara de Barrancos. É licenciado em História. Foi dirigente sindical no Sindicato



António Pica Tereno

dos Trabalhadores dos Telefones de Lisboa e Porto. É membro da Comissão Regional de Turismo da Região de Turismo Planície



Jorge Rebeca

Dourada e da Associação de Defesa do Património "Núcleo dos Amigos do Concelho de Barrancos».

Vialonga

Carlos Alberto Braga, actual presidente da Junta de Freguesia de Vialonga, é o candidato CDU à presidência da Junta.

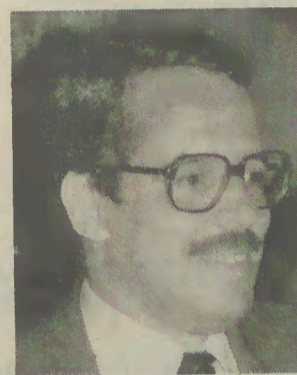
Operário metalúrgico, 48 anos, Carlos Braga tem vindo a ser eleito para a Junta de Freguesia de Vialonga e para a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, desde 1976. É membro do PCP desde 1976 e foi durante vários anos membro da Comissão de Trabalhadores da Mague e seu coordenador.

A sessão de apresentação decorreu no restaurante "Lavagante Azul" e contou com a presença de várias dezenas de apoiantes.

Vila Franca de Xira
Continuar o projecto CDU

Daniel Branco, Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, é o cabeça de lista da CDU no Concelho. A apresentação pública da sua candidatura decorreu no passado dia 26 de Fevereiro, no Lezíria Parque Hotel. O acto contou com a presença de mais de duas centenas de apoiantes dos mais diversos estratos sociais, representativos da população do Concelho. José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central, representou o PCP.

Daniel Branco, 51 anos,



Engenheiro Técnico de Eletrotécnica e Máquinas pelo Instituto Industrial de Lisboa, é membro do Partido Comunista Português desde 1975 e actualmen-

te membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa e do Comité Central do PCP.

Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira desde 1980, é também Presidente da Junta Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa, desde Maio de 1992.

Na sua intervenção na apresentação da candidatura, Daniel Branco garantiu o seu empenhamento em continuar a obra e o projecto da CDU no Concelho, em prol da melhoria da qualidade de vida das populações.



PCP-PEV

Loures
Um vínculo com as pessoas

Demétrio Alves na apresentação da candidatura

A recandidatura de Demétrio Alves, actual presidente da Câmara Municipal de Loures, como cabeça de lista da CDU, teve lugar no passado dia 27, no restaurante "A Horta", com a participação de dezenas de apoiantes, diversas personalidades do município e representantes das diferentes forças políticas, componentes da Coligação Democrática Unitária. Uma iniciativa que contou com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Licenciado em Engenharia Química, com Mestrado em Planeamento Energético, Demétrio Alves participa em diversos órgãos de Associações de Municípios e de Conselhos junto de Organismos da Administração Central e é membro do executivo da Comissão Concelhia de Loures e da DORL (Direcção da Organização Regional de Lisboa) do Partido Comunista Português.

Na apresentação pública da

sua recandidatura - expressão da obra realizada pela CDU -, Demétrio Alves, sublinhou essa "forma de fazer, de ser e estar na política, que é a nossa", exemplificando com a forma de trabalhar da CDU em Loures.

"É com as pessoas, com

as suas organizações e com o território que estabelecemos os vínculos fundamentais que determinam a nossa governação. São os seus interesses legítimos quem mais ordena" - sublinhou.

"As soluções achadas caso a caso procuram sempre corresponder às resultantes de maior equidade social, económica, cultural e ambiental apontando para referenciais de perenidade sociocultural e sustentabilidade físico-económica."

Oeiras
CDU apresenta linhas programáticas

A CDU/Oeiras apresentou, 6ª feira passada, Arnaldo Pereira, como seu candidato à presidência da Câmara Municipal de Oeiras.

Uma iniciativa que decorreu no restaurante Caravela d'Ouro, em Algés, e que contou com a presença de diversas personalidades, dirigentes do movimento associativo do Concelho e representantes das forças políticas que compõem a coligação. Em representação do PCP esteve José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central.

António Arnaldo Pereira, licenciado em História, é membro do PCP desde 1974, pertencendo à respectiva Comissão Concelhia de Oeiras.

Em 1993, foi eleito nas listas da CDU para a Câmara Municipal de Oeiras, tendo-lhe sido



Apresentação da candidatura CDU em Oeiras

atribuída a gestão dos pelouros do Desporto e dos Centros Históricos, bem como responsabilidades no acompanhamento de projectos para a orla ribeirinha e a Fábrica da Pólvora de Barcarena. Representa também a Câmara Municipal de Oeiras na Direcção da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico e no Conselho Geral da Universidade Atlântica.

Na apresentação da candidatura, Arnaldo Pereira apresentou as

linhas programáticas fundamentais da CDU, com destaque para: uma gestão mais rigorosa, participada e transparente; uma política de habitação social; uma política ambiental; uma política de reabilitação dos núcleos históricos e áreas urbanas degradadas; uma política de respeito escrupuloso pelo PDM e ainda uma política preocupada com os problemas das populações e mais disponível para a cooperação com o movimento associativo.

CNA denuncia 10% dos agricultores com 90% dos subsídios

Os preços do leite, os problemas em torno do gado bovino, a necessidade de desendividamento da agricultura, são alguns dos problemas abordados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em conferência de imprensa realizada no Porto em fins de Fevereiro. Problemas abordados de par da denúncia das responsabilidades da CAP na actual situação da lavoura.

Neste encontro com a imprensa, a CNA reafirmou que os preços do leite, na produção, não podem sofrer mais baixas, pois "os rendimentos dos pequenos e médios produtores já estão abaixo do suportável", competindo ao governo "garantir apoios à recolha de leite, à modernização das ordenhas e ao desendividamento", de par da fiscalização e contenção das importações, particularmente importante face à grande pressão das multinacionais e outras grandes empresas importadoras de leite.

A CNA reafirma ainda a "necessidade de o governo pro-

ceder à retirada do gado bovino" a preços compensadores e apoiar os Agrupamentos de Defesa Sanitária.

Uma outra questão fundamental é a necessidade de desendividamento dos agricultores. A CNA considera que a nova linha de crédito bonificado, destinado ao desendividamento "contém apoios que apenas virão garantir um alívio relativo e a curto prazo" e que "ao fim do prazo das bonificações, os agricultores ficam mais endividados e foi a Banca quem afinal lucrou mais uns milhões".

Na denúncia do papel que a CAP vem desempenhando nos graves problemas que afectam a agricultura portuguesa, a CNA sublinha que "a CAP tem participado em tudo o que é *negócio agrícola*" e refere exemplos concretos, como o acordo, com o anterior governo, relativo às quotas de produção e produtividade impostas aos cereais, que "estão agora na base dos cortes sofridos nos subsídios respectivos", a sua associação às celuloses, quer para fazer baixar os preços da madeira, quer patrocinando um estudo sobre a fileira florestal em que se propõe "graves limites ao direito de propriedade dos pequenos e médios produtores florestais", ou ainda o apoio à penetração em Portugal das multinacionais do leite/lactícínios.

O quadro de dificuldades que tem vindo a ser referido pela CNA, coincide aliás com dados

recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que, no seu relatório sobre as *contas económicas da agricultura na última década*, mostra, nomeadamente, que a participação do sector no Valor Acrescentado Bruto da economia desceu de 5,9 por cento em 1987 para 2,7 por cento em 1995 e que, desde 1991, os investimentos anuais dos agricultores na modernização das suas explorações não têm parado de baixar.

Uma realidade que, entretanto, não atinge todos em igual medida. Como a CNA uma vez mais denunciou neste encontro com a imprensa, a CAP "foi conivente com a reforma da PAC de 1992 e com um sistema de distribuição de apoios financeiros em que **90% dos dinheiros destinados ao sector foram engolidos por menos de 10% das explorações**".

JCP promove debates

A JCP-Algarve está a realizar - até 14 de Março - uma campanha pelo referendo sobre a participação de Portugal na Moeda Única.

Ao longo destes dias serão recolhidas assinaturas para um abaixo-assinado nacional e distribuído um documento, em que são abordados os custos socioeconómicos da adesão do nosso país à Moeda Única.

Neste documento, a JCP-Algarve salienta consequências imediatas dessa opção, como "o aumento do desemprego, a desvalorização dos salários e pensões, a degradação da educação e saúde" e sublinha que, depois da adesão "importantes políticas financeiras passarão a ser decididas pelo Banco Central Europeu, à margem das instituições e órgãos de soberania portugueses". Pelo que Portugal ficará "ainda mais atado às vontades e políticas dos países mais poderosos da UE".

A JCP-Algarve defende uma política alternativa, "assente na aproximação e convergência real das economias e níveis de vida, com mais emprego, respeito pelos direitos sociais, defesa do ambiente, aprofundamento da democracia e solidariedade internacional entre os povos".

Solidariedade com Timor

"Viver e morrer por Timor", foi o mote para uma noite de animação e debate, organizada pela JCP/Valongo, no passado dia 22 de Fevereiro, no Auditório Vallis-Longus, e que contou com cerca de uma centena de participantes.

À festa, animada pelo grupo de danças e cantares timorenses, *Tat-mai-lau*, seguiu-se um debate, com a participação de Olímpio Branco da Fretilin, Lurdes Bessa da Renitil, Susana Duarte da secção internacional da JCP, Ana Viegas e Paulo Cunha da JCP/Valongo, e ainda a presença de dois jovens estudantes timorenses.

A resistência e luta do povo maubere, a recente atribuição do Prémio Nobel da Paz a duas personalidades timorenses, o papel da comunidade internacional na resolução pacífica do problema e a cumplicidade das grandes potências no perpetuar da ocupação, foram algumas das questões abordadas.

O testemunho de um jovem timorense, que viveu no local o massacre do Cemitério de Santa Cruz, foi um momento alto nesta iniciativa de solidariedade.

Temos direito aos direitos

Realizou-se, no passado sábado, a 5ª iniciativa no âmbito da Campanha Distrital junto dos jovens trabalhadores de Setúbal, a decorrer durante o mês de Março sob o lema "No mundo do trabalho, temos direito aos direitos".

Esta iniciativa teve lugar na Freguesia de Alhos Vedros, e consistiu num café-concerto - música, uma exposição, troca de ideias sobre o mundo laboral e os reflexos da moeda única no nosso país, envolvendo centena e meia de participantes.

Prostituição em debate

A prostituição foi tema de um debate organizado pela JCP/Gaia, no Centro de Trabalho de Vila Nova de Gaia do PCP, e que contou com a presença de cerca de 60 jovens de áreas e sectores diversificados e a participação de uma psicóloga com trabalhos académicos sobre esta questão.

A iniciativa - como refere a JCP/Gaia em comunicado de imprensa - surge da necessidade de "iniciar o debate e reflexão sobre um fenómeno que tem vindo a adquirir novas proporções e novos rostos", desde a prostituição tradicional "às casas de massagem, *call-girls*, passando pela prostituição masculina, travesti e associada à toxicod dependência".

Nas conclusões do debate refere-se a necessidade de "impulsar o estudo/investigação do fenómeno prostituição, no sentido de melhor o conhecer e compreender, tendo em conta os diversos rostos e contextos de que se reveste, e as reais necessidades desta população" e de criar estruturas de apoio e intervenção "na óptica da dignificação da pessoa que se prostitui".

MANIFESTAÇÃO

8 de Março

MARQUÊS DE POMBAL
RESTAURADORES
15 H



8 de Março Manifestação em Lisboa

Este ano, pela primeira vez em Portugal, o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, vai ser comemorado com uma manifestação, em Lisboa, do Marquês e Pombal aos Restauradores.

Uma iniciativa do Movimento Democrático de Mulheres - MDM e da Comissão Nacional de Mulheres - CGTP-IN, com que se pretende reafirmar que "é tempo de lutar pela efectiva igualdade de direitos e oportunidades, pela aplicação da legislação específica, pelas 40 horas semanais no máximo, pelo emprego, contra a desregulamentação e a perda ou violação de direitos sociais e laborais".

No folheto de divulgação da Manifestação do 8 de Março, lembra-se que "são urgentes políticas económicas e sociais geradoras de emprego, da melhoria da qualidade de vida e do aprofundamento do direito à saúde, à habitação, ao ensino, à segurança social".

Reforço da organização

Têm vindo a realizar-se, por todo o país, Encontros Distritais da JCP.

Lisboa

O reforço da organização, que se traduz pelas mais de 400 inscrições feitas a nível distrital desde o 6º Encontro, realizado em Outubro de 1995 - é a principal conclusão do 7º Encontro Distrital.

No Encontro, que contou com a presença de 100 jovens, definiu-se como principal prioridade, para o ano em curso, o aumento da votação na CDU - em particular o reforço das maiorias de que a CDU actualmente dispõe, a luta pela conquista da presidência da Câmara Municipal de Sintra e o aumento do número de eleitos em todas as outras autarquias do Distrito.

Aveiro

O balanço da Campanha Nacional "Por uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade", a falta de informação nas escolas, as fracas condições de funcionamento dos estabelecimentos do ensino, e a questão polémica que é o acesso ao Ensino Superior, foram os principais temas abordados no I Plenário Distrital de Aveiro da Organização do Secundário da JCP.

O Plenário concluiu que é necessária uma postura cada vez mais dinâmica da JCP na denúncia dos problemas que os estudantes do Ensino Secundário têm de enfrentar, sendo preocupação maior os Exames Nacionais "que determinam o acesso ao Ensino Superior".

Évora

A JCP/Évora realizou o seu Encontro Distrital no passado dia 8 de Fevereiro, na Associação Artística de Portel.

No Encontro foi sublinhado o "notável reforço da organização" e abordadas as seguintes questões: Interrupção Voluntária da Gravidez, União Europeia e Moeda Única, Ensino Secundário e Superior, Regionalização, Toxicod dependência, SMO, Timor, XIV Festival da Juventude e dos Estudantes 97, a realizar em Cuba, Juventude/CDU, incremento do trabalho informativo.

Os jovens comunistas aprovaram um Manifesto em que denunciam a acção da direita e da sua política, que "criaram e agravaram no Alentejo graves injustiças sociais" e reafirmam a necessidade de lutar por "continuar Abril" - uma "luta difícil, mas necessária e apaixonante".



Reunião de jovens comunistas em Évora. Uma das múltiplas iniciativas desenvolvidas pela JCP por todo o país

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

João Amaral sobre o acordo PS/ PSD «Indecoroso e vergonhoso»

Prémio Timor-Leste



O projecto de resolução que cria o "Prémio Timor-Leste", a atribuir pela Assembleia da República, baixou, sem votação, na passada semana, a comissão

eventual para o acompanhamento da situação em Timor-Leste. Com esta decisão, que mereceu a concordância de todas as bancadas parlamentares, o projecto de iniciativa socialista aguarda agora por um prazo de 20 dias pelos contributos das restantes bancadas com vista à sua redacção final. O Prémio Timor-Leste da Assembleia da República destina-se a galardoar os jovens estudantes portugueses e estrangeiros dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos ou do ensino secundário, que, individual ou colectivamente, através de trabalhos literários, históricos, artísticos ou científicos contribuíram para a afirmação dos Direitos do Homem, em particular dos do povo timorense. O prémio, de carácter anual, será entregue sempre a 07 de Dezembro (dia da invasão de Timor-Leste por tropas indonésias) e não terá natureza pecuniária.

Explicações de Grilo não esclarecem



A Comissão Parlamentar de inquérito para averiguar o caso da Universidade Atlântica não ficou totalmente esclarecida com as

explicações sobre a matéria prestadas na passada semana pelo ministro da Educação, tendo deliberado ouvir outras entidades ligadas ao processo. O inquérito parlamentar, pedido em Julho de 1996 por deputados da bancada laranja, surgiu depois de o Ministério da Educação ter reconhecido a Universidade Atlântica, decisão que foi questionado por alguns sectores, designadamente pelo PSD e pela autodenominada Universidade Lusófona. Em causa está o facto de alguns membros do governo socialista, entre eles a secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente, estarem directamente envolvidos - incluindo a nível financeiro -, na entidade instituidora da Atlântica. Além do caso particular da Universidade Atlântica, que impulsionou o processo, a comissão, composta por 22 deputados de todos os partidos com assento parlamentar, pretende averiguar todos os pedidos pendentes no Ministério da Educação ou objecto de decisão nos últimos 12 meses para reconhecimento ou autorização de funcionamento de instituições ou curso do ensino superior particular e cooperativo.

Política dos três "R" no Parlamento



O Parlamento aprovou um projecto de deliberação do Partido "Os Verdes" que prevê "a adopção de papel reciclado e o seu crescente uso pelos

serviços" e pelos deputados, designadamente em materiais como envelopes, agendas, boletins, convocatórias, reprodução e edição de documentos, entre outros. Para o partido proponente, trata-se de aplicar na Assembleia da República a política dos três "R" (reduzir, reciclar, reutilizar), medida em sua opinião tanto mais necessária quanto é certo que "todos os anos se gasta mais papel no Parlamento", não existindo "nenhum serviço que utilize papel reciclado". Aprovado por unanimidade, o projecto de deliberação prevê ainda "a realização de uma vasta campanha de informação e sensibilização junto dos serviços acerca das razões pelas quais este procedimento deve ser adoptado pelo Parlamento" e a "definição de regras para a recolha selectiva do papel e cartão usados dentro da Assembleia da República".

O deputado comunista João Amaral classificou de "indecoroso e vergonhoso" o acordo de revisão constitucional firmado entre o PS e o PSD, considerando que o mesmo, para além de ser a "negação do que se passou na Comissão", constitui um acto destituído de qualquer legitimidade. Expressando a indignação da sua bancada pela marginalização de que a Assembleia da República foi alvo em todo o processo, acusou ainda os dois partidos de terem dado o dito por não dito, ao repescarem alterações que foram em Comissão "absolutamente excluídas".

"É um acordo indecoroso, vergonhoso, indignificante da Assembleia, da vida democrática, dos direitos dos partidos e do direito dos cidadãos à transparência da vida política", acentuou João Amaral, em declaração política proferida no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da semana transacta.

O acordo em causa, responsável por uma onda de mal-estar que perpassa a bancada

socialista e que motivou já reacções de aberta contestação por parte de alguns dos seus deputados, traduz igualmente, no entender do parlamentar comunista, clamorosas cedências do PS "em questões essenciais", por si sempre recusadas ao longo dos anos, mas desde há muito reivindicadas pelo PSD como forma de "fortalecer a sua influência" e melhor se posicionar na "conquista do poder político em todos os órgãos de soberania electivos".

Comparando as principais rubricas do acordo com o que se passara na CERC, o deputado do PCP tirou o que considerou ser a "única conclusão possível: o acordo é a negação do que se passou na Comissão" e, além disso, "foi marcado pela opacidade". João Amaral lembrou que na CERC o PS recusara a redução do número de deputados para depois, "num quadro obscuro de cedências", acabar por satisfazer os apetites do PSD. Justificado estava assim, no entender do parlamentar do PCP, o entusiasmo com que Marcelo Rebelo de Sousa comentou o acordo de revisão constitucional, falando inclusive nas "grandes conquistas" alcançadas.

"Obviamente, grandes conquistas e vitórias para o PSD", comentou João Amaral, antes de chamar a atenção para a circunstância de as alterações

à Constituição acordadas pelos dois partidos conduzirem, se vierem a ser aprovadas, "inexoravelmente a profundos entorses do sistema de representação proporcional", o qual, advertiu, "ficará gravemente ferido".

O acordo permitirá concretamente ao PS e ao PSD "potenciarem a sua representação parlamentar, mesmo que com o mesmo número de votos", observou João Amaral, numa referência à redução do número de deputados prevista no acordo, do qual resultaria, acrescentou a "diminuição administrativa da representação parlamentar do PCP, mesmo contra a vontade dos eleitores, e o aumento percentual da representação dos dois partidos do bloco central, transformados assim em partidos unicos".

Assinalado pelo deputado comunista foi ainda o facto de o entendimento alcançado

"abrir espaço a uma eleição menos genuína do Presidente da República", naquilo que é "um velho jogo da direita portuguesa", que, recorde-se, sempre se bateu pela consagração constitucional do voto dos emigrantes nas presidenciais.

E dirigindo-se directamente aos deputados do PS, perguntou: "É ou não verdade que a vida democrática fica mais pobre com tais métodos de trabalho, de marginalização da Assembleia, de falta de transparência?"

Daí que, para João Amaral, "a única alternativa para reconduzir o processo de revisão constitucional à sua matriz correcta" seja, do seu ponto de vista, "abandonar definitivamente este ou qualquer outro acordo e regressar à Comissão Eventual de Revisão Constitucional (CERC), para aí trabalhar com transparência".

Em causa posição da EPAL Governo cede a grupos estrangeiros

A decisão do Governo de impedir a EPAL de se apresentar a concurso público para concessão da exploração de serviços em Setúbal foi interpretada pelo Grupo Parlamentar do PCP como uma "cedência às pressões feitas por grupos económicos estrangeiros do sector" interessados em operar em Portugal.

A questão esteve em debate no Parlamento, faz hoje oito dias, por iniciativa do PCP, que desde a primeira hora questionou a legitimidade de tal proibição. Como salientou o deputado comunista Joaquim Matias, o problema excede em muito o âmbito local, uma vez que está em causa uma matéria de natureza ambiental - a gestão dos recursos hídricos - cuja importância é decisiva enquanto factor de desenvolvimento económico.

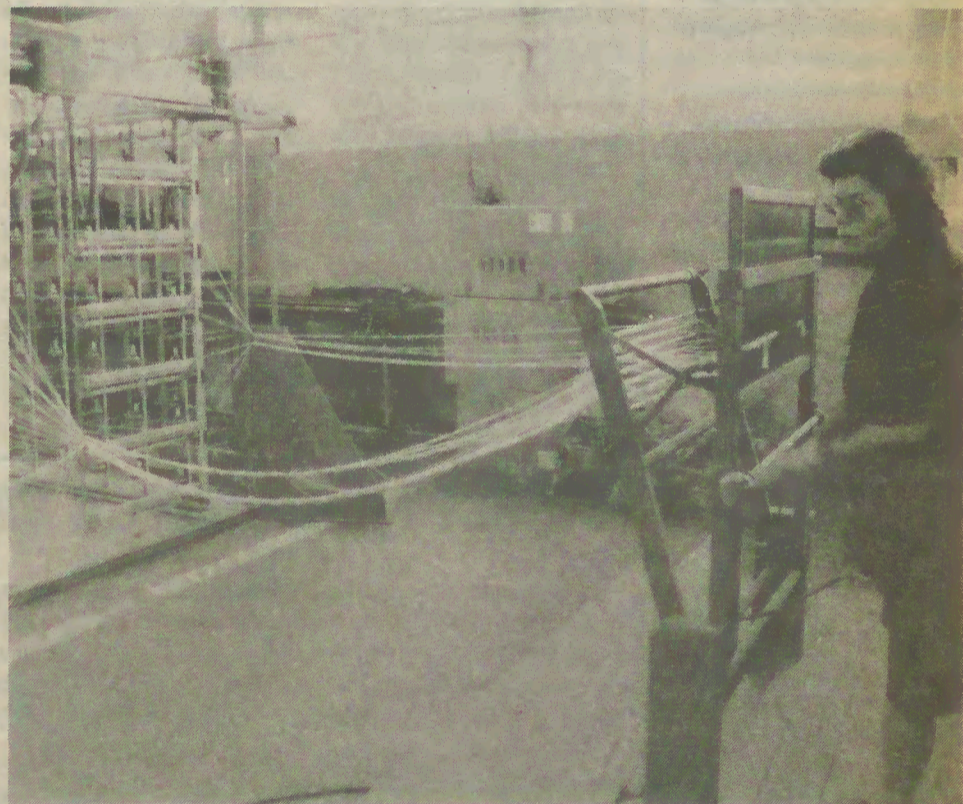
Daí que, lembrou, a gestão dos recursos hídricos deva fazer-se no quadro do ordenamento do território (visando compatibilizar o desenvolvimento económico-social com valores ambientais ao nível local, regional e nacional) e que a regra utilizada nos países com economias mais avançadas seja precisamente a de atribuir essa mesma gestão a serviços públicos.

É à luz deste entendimento, pois, que se torna tanto mais

estranha e inaceitável a decisão do Governo PS - mais uma decisão em que saem traídas as promessas proclamadas na campanha eleitoral, como sublinhou Joaquim Matias - porquanto, foi realçado, este afastamento da EPAL significa a entrega de mão beijada a um grupo estrangeiro da concessão da exploração de serviços municipalizados.

Com a agravante, de acordo com os termos do concurso, sublinhou, da empresa que vier a ganhar ficar desvinculada da gestão dos recursos hídricos, de ser ela a determinar a prioridade dos investimentos (a pagar pelo município) e de não haver garantias de que será respeitado o sistema tarifário visando "fins sociais de consumo e simultaneamente de poupança de gastos supérfluos", actualmente praticado por todas as câmaras da Área Metropolitana de Lisboa e pela própria EPAL.

Esta decisão do Ministério do Ambiente, por si considerada "prepotente e ilegítima", só encontra ainda explicação, na opinião de Joaquim Matias, como uma tentativa do Governo em auxiliar a Câmara PS de Setúbal que, confrontada com a sua gestão ruínosa dos serviços municipalizados, viu na sua concessão a privados a forma de esconder os seus erros.



A indústria de vestuário e lanifícios é uma das mais atingidas pela crise, continuando a verificar-se situações de salários em atraso e encerramento de empresas

Plano integrado para Castelo Branco

O Parlamento aprovou um projecto de resolução apresentando pelo PCP no qual se considera urgente e necessária a concretização de medidas no sentido da criação de um plano integrado de desenvolvimento que contemple um conjunto de acções estratégicas e accione todos os instrumentos disponíveis para permitir a rápida resolução dos problemas do distrito de Castelo Branco.

Para os autores da iniciativa, como salientou no debate a deputada comunista Luísa Mesquita, importa, sobretudo, que venha a ser adoptado um programa que "revitalize o aparelho produtivo instalado, nomeadamente os sectores tradicionais", diversificando simultaneamente as actividades económicas e que, na sua elaboração, "envolva as estruturas representativas dos trabalhadores, das empresas e das autarquias da região".

Tais medidas são tanto mais urgentes e necessárias quanto é certo que continua em mar-

cha acelerada a degradação da situação social no distrito em resultado da persistente crise que atinge a indústria de lanifícios e vestuário. Lembrados por Luísa Mesquita, a este respeito, são os salários em atraso, bem como o encerramento de empresas (doze empresa fecharam as portas desde o início de 1996, sobretudo nos concelhos da Covilhã e Castelo Branco) e o aumento do desemprego.

Na base desta situação, segundo Luísa Mesquita, está uma política económica inteiramente submissa ao objectivo da participação de Portugal na moeda única, o que, a par da ausência de uma estratégia nacional de desenvolvimento, conduziu "ao agravamento dos desequilíbrios estruturais da economia nacional, do desaceleramento da desindustrialização e da desertificação de algumas zonas, ao acentuar das assimetrias e à continuada ausência de política de ordenamento do território".

TRABALHADORES

Siderurgia

Com uma adesão de cerca de 80 por cento dos trabalhadores, iniciou-se a 1 de Março e decorre até dia 9 uma greve do pessoal de turnos da fábrica da Maia da Siderurgia, contra «a prepotência da administração, ao querer impor regras que não lembram a ninguém, nem mesmo antes do 25 de Abril», nomeadamente em relação à alimentação dos trabalhadores e a alterações nos horários de trabalho.

Ferroviários

Voltam a parar amanhã os trabalhadores das empresas do Grupo CP, protestando contra os aumentos salariais irrisórios propostos pela gerência, contra o ataque aos direitos conquistados, contra a continuação do desmembramento do sector ferroviário e suas graves consequências.

Professores contratados

«Em próxima oportunidade, sugere-se que seja referida uma qualquer intervenção de serviços secretos estrangeiros», ironiza o

Sindicato dos Professores da Região Centro. Comentando as afirmações do primeiro-ministro durante o «Governo em Diálogo», que considerou as manifestações de professores contratados a prazo como coisa organizada pelo PCP para as televisões filmarem, o executivo distrital de Viseu do SPRC sublinha que tal «escapatória» «está gasta e não convence».

Em nota de imprensa distribuída segunda-feira, aquela estrutura sindical da Fenprof congratula-se por as manifestações de professores, exigindo vinculação ao fim de dois anos de serviço, terem atingido um dos objectivos: «incomodar» o primeiro-ministro, «para dessa forma forçar soluções». «Sempre que o primeiro-ministro ou outros membros do Governo relacionados com este problema voltem à região Centro do País, encontrarão os docentes contratados», prometem os sindicalistas.

A delegação do SPRC e dos docentes contratados a prazo que, no Governo Civil de Coimbra, foi recebida pelos secretários de Estado do Trabalho e da Administração Pública «integrava docentes que, de viva voz, se afirmaram eleitores da força política que suporta o Governo» e que, «para visível espanto, incómodo e preocupação desses membros do Governo, afirmaram o seu arrependimento» - revela o sindicato, adiantando que os professores contratados do Centro vão enviar cartas de protesto ao primeiro-ministro, na esperança de que este compreenda «que o foco de contestação tem grandes proporções».



«Somos profissionais especializados na Nissan, mas os salários reais na empresa são dos mais baixos no sector automóvel», protestam os trabalhadores do Entrepasto Lisboa

Metalúrgicos pelos direitos

A manifestação do 8 de Março, uma greve no sector dia 19 e a manifestação convocada pelas uniões de sindicatos de Lisboa e Setúbal para dia 22 figuram entre as acções de luta em defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, em cuja concretização a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul reafirmou o seu empenhamento.

Reunida na sexta-feira, em Setúbal, aquela direcção sindical reafirmou ainda que vai prosseguir o «trabalho de dinamização, esclarecimento e mobilização dos trabalhadores para o seu envolvimento e participação» e «continuar a lutá,

empresa a empresa, em defesa dos postos de trabalho, dos direitos contratuais e legais e da melhoria dos salários».

Entre as actividades do sindicato, encontra-se ainda a preparação do 5º Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal. Partindo da análise da situação em várias empresas do distrito, a direcção dos Metalúrgicos do Sul «concluiu que a política do Governo PS assenta, no fundamental, na continuação da do anterior Governo». Os casos apontados são o encerramento da Valmet, a reestruturação da Lisnave, a incógnita quanto à manutenção dos postos de trabalho na Sodía/ex-Renault a par-

tir de 1998, a falta de empenho do Governo na viabilização da Valfrio, os ataques aos direitos dos trabalhadores nas empresas saídas da Siderurgia Nacional.

Na nota de imprensa em que divulga as conclusões da reunião, a direcção do sindicato critica os moldes em que foi concretizado o acordo PS-PSD para a revisão constitucional e o seu conteúdo, e condena a «posição contraditória» do Governo na redução dos horários de trabalho.

Entrepasto

Em luta pela negociação do caderno reivindicativo e contra a

discriminação salarial, os trabalhadores do Entrepasto Lisboa deslocaram-se na semana passada à holding do grupo. Depois de um plenário, na quinta-feira, iniciado às 9.30 nos Olivais, os trabalhadores dirigiram-se para a baixa lisboeta, a caminho da sede da empresa. À população foi distribuído um folheto em que as organizações representativas dos trabalhadores expõem os motivos da luta e acusam o conselho de gerência de ter «uma atitude prepotente, ao tentar impor, sem negociação, pseudo-aumentos salariais, recusando-se a discutir os restantes pontos do caderno reivindicativo/97».

Reposto monumento na Mitrena

Por vontade e iniciativa dos trabalhadores da Setenave (hoje cedidos à Lisnave, tal como as instalações da Mitrena), foi erguido em 1984, junto à Escola de Formação Profissional, um monumento assinalando os dez anos da Revolução de Abril.

«Este monumento veio a ser destruído, a mando de alguém, pela calada da noite», acto que foi «severamente repudiado pela totalidade dos trabalhadores, que logo manifestaram, junto dos seus representantes, o desejo de que o monumento deveria ser recolocado» - recorda-se numa nota de imprensa dos ORTs da Lisnave/Mitrena, em que se

anuncia que a reposição do monumento teve lugar no dia 19 de Fevereiro. «A liberdade e a democracia não são palavras vãs, devem por todos ser respeitadas», sublinham as organizações representativas dos trabalhadores.

«Inqualificável»

«A atitude do Governo para com os trabalhadores da Lisnave é inqualificável», afirmam, em comunicado conjunto, as células do PCP nos estaleiros da Rocha, Margueira e Mitrena. Comentando a mais recente «reestruturação», decidida por acordo entre o Governo e o Grupo Mello, os comunistas registam que, «quando o PS afirmava que acima de tudo estavam as pessoas, afinal há pessoas e pessoas e, neste caso, o sr. Mello é mais importante que os milhares de trabalhadores da Lisnave».

No comunicado previne-se o Governo e a administração de que, «se persistirem na implementação de medidas que ponham em causa direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, terão pela frente uma resposta firme e enérgica, com os comunistas na primeira linha de combate», e sublinha-se que, «mais uma vez, em unidade, saberemos enfrentar e responder às dificuldades que nos são impostas».



Semana de luta do STAL

Dirigentes e delegados sindicais da Administração Local de todo o País concentram-se hoje de manhã frente à Presidência do Conselho de Ministros, culminando uma série de reuniões regionais, realizadas desde segunda-feira e que terminaram com a entrega de uma resolução nos governos civis.

Estas acções do STAL inserem-se num plano aprovado em Fevereiro, no plenário nacional do sindicato, que decidiu ainda convocar uma greve nacional para dia 17.

Os trabalhadores das autarquias protestam contra a falta de cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo (nomeadamente no acordo que assinou com os sindicatos da Administração Pública no ano passado) e exigem o nivelamento do índice 100 pelo salário mínimo nacional, a regulamentação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, a revalorização das carreiras, estabilidade de emprego e a defesa dos serviços públicos da Administração Local.

Socometal

Por se opor ao aumento do horário de trabalho pretendido pela empresa, o dirigente sindical Adelino Teixeira de Carvalho foi suspenso na semana passada, tal como o delegado sindical Manuel Bento - revelou o Sindicato dos Metalúrgicos do Norte.

A Socometal, do Grupo Soares da Costa, anunciou alterações ao horário de trabalho, a pretexto da nova Lei 21/96, implicando «um aumento significativo, por dia e por semana», do tempo de trabalho, segundo o sindicato. Na circular da empresa afirmava-se, a dado passo, que «exige-se cada vez mais um trabalho de equipa coordenado e desenvolvido num ritmo certo, desenvolvimento, sem pausas e grandes conversas», para de seguida determinar que «irão ser controladas as saídas, as pausas, os abandonos dos postos de trabalho, as demoras na casa-de-banho, etc., pois só poderão ter lugar nesta empresa aqueles que contribuírem para a manutenção dos postos de trabalho que, como se sabe, começam a rarear». Segunda-feira, na conferência de imprensa da Comissão Executiva da CGTP (organismo de que Adelino Carvalho faz parte), foi anunciado que a empresa recuou nos seus propósitos, mas manteve a suspensão deste dirigente (que foi deputado socialista à Assembleia Constituinte).

Chiado

Concentraram-se na semana passada junto do Ministério da Solidariedade e Segurança Social trabalhadores da zona incendiada do Chiado. Esta acção inseriu-se na luta para que o Governo assumira as suas responsabilidades no processo que levou à extinção ilegal de centenas de postos de trabalho, reclamando os trabalhadores medidas para fazer face às graves carências com que se viram confrontados depois do incêndio de 1988.

Construção

Apesar da elevada precariedade de emprego que se verifica no sector, a adesão à greve de dia 27 na construção civil e obras públicas foi superior a 50 por cento, segundo a federação do sector, «situando-se em algumas empresas prioritárias em valores superiores a 90 por cento, de que são exemplo algumas empresas da Soares da Costa no distrito do Porto». A federação encara esta greve como «um aviso ao patronato», que pretende aumentar a jornada de trabalho e actualizar os salários em apenas 3,5 por cento «numa altura em que o sector está em alta».

TRABALHADORES

PCP propõe
clarificação

Iniciou-se anteaquem o período de debate público do projecto de lei do PCP destinado a clarificar o conceito de horário de trabalho. O Partido lançou, a este propósito, uma campanha nacional de informação sobre o conteúdo da sua proposta legislativa, que é encarada como «um testemunho do apoio do PCP à exigência dos trabalhadores para que se cumpra de facto a redução para as 40 horas e uma medida para acabar com as vigarices na interpretação da lei». No folheto em distribuição, os comunistas apelam aos trabalhadores e suas organizações representativas para que, durante os próximos 30 dias (até 2 de Abril), enviem à Assembleia da República as suas opiniões e pareceres, fazendo do debate público «mais um amplo movimento pelas 40 horas».

Autoeuropa

Foram reconhecidas como tempo de trabalho efectivo as pausas de 7 minutos em cada período de trabalho, praticadas na fábrica da Autoeuropa. Ao anunciar esta posição da empresa, «após longas discussões e opiniões contraditórias, reuniões com grupos parlamentares e secretário de Estado do Trabalho», o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul realça que, «para cumprimento integral da lei do horário de trabalho, falta ainda o reconhecimento dos 30 minutos de refeição nos turnos, que o contrato colectivo define como tempo de trabalho efectivo».

Vestuário

Com uma concentração de delegados sindicais na passada sexta-feira, frente ao Ministério do Emprego, o Sindicato dos Têxteis do Sul reclamou o fim do bloqueamento da contratação colectiva naquele sector, cujas negociações se iniciaram há 3 meses e passaram à fase de conciliação, por solicitação da comissão negociadora sindical. A concentração, convocada para o dia da primeira reunião tripartida, serviu também para proceder à entrega de dezenas de moções aprovadas em plenários de empresa. Os trabalhadores acusam os industriais do vestuário de manifestarem intenções «desumanizantes» de agravamento de direitos, nomeadamente quanto a férias, faltas, trabalho nocturno, direitos das mulheres e dos trabalhadores-estudantes. Os representantes patronais pretendiam ainda aumentos salariais de um por cento e a consagração da flexibilidade e da retirada das pausas nos horários de trabalho.

Anunciada manifestação a 22 de Março
CGTP aponta motivos
para a confluência das lutas

«Há sintomas de que nunca os patrões mais conservadores sentiram, como hoje, as costas tão quentes», acusou Carvalho da Silva, no final da reunião da Comissão Executiva da CGTP, avisando «que se desiludam, se julgam que vão vergar os trabalhadores e o movimento sindical pela chantagem».

Na segunda-feira, a Executiva preparou uma série de propostas para o enquadramento da acção da CGTP nos próximos meses, matéria que é discutida hoje e amanhã, em Conselho Nacional da central.

De entre as questões imediatas, foi salientada aos jornalistas - em conferência de imprensa dada ao fim da tarde e na qual o coordenador da CGTP esteve acompanhado por Adelino Teixeira de Carvalho, Arménio Carlos, Graciete Cruz e Manuel Lopes - a decisão de levar a cabo em Lisboa, no próximo dia 22, uma manifestação de trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal.

Foram apontadas cinco «grandes razões» para promover esta manifestação, que descerá do Marquês de

Pombal para os Restauradores, a partir das 15 horas daquele sábado:

- responder à ofensiva em torno dos horários de trabalho, cuja redução se está a tornar numa questão que diz respeito a todos os trabalhadores;

- afirmar o direito dos trabalhadores a viver melhor, recusando a política de contenção dos salários que no início da semana António Guterres defendeu em Paris;

- denunciar a dimensão do desemprego e da precariedade na região, nomeadamente a degradação que se verifica em muitas grandes empresas, que correm riscos de encerramento;

- combater o aumento da repressão patronal na generalidade das empresas, com recurso à ameaça do desemprego, a processos disciplinares por tudo e por nada, à transferência de eleitos e trabalhadores que ousam erguer a voz para denunciar ilegalidades, e até a ameaças físicas;

- alertar para o esvaziamento do diálogo, resultante de «um autismo absoluto» por parte do Governo e um contexto em que os patrões se sentem à vontade para não negociar nem dialogar com os trabalhadores.

Golpe em curso

Referindo que, até ao dia da manifestação, as lutas dos trabalhadores vão continuar - em particular com o forte empenhamento da CGTP na realização, em conjunto com o MDM, da manifestação do próximo sábado, assinalando o Dia Internacional da Mulher em Lisboa -, Carvalho da Silva anunciou a intenção da central de, nos próximos tempos, «multiplicar os contactos com inúmeras entidades», devido a «dados novos, conhecidos na semana passada».

Segundo o coordenador da CGTP, «há uma tentativa de, por golpe, alterar o conceito de tempo de trabalho» que vigora hoje no País. As alterações pretendidas atingiriam gravemente os direitos dos trabalhadores, a organização do tempo de trabalho nas empresas e a vida pessoal e das famílias, pelo que a *Inter* se propõe «criar uma barreira e dizer que não é esse o caminho».

Na conferência de imprensa foram feitas fortes críticas à Inspeção Geral do Trabalho, acusada de funcionar como «um departamento patronal», o que cada vez descredita mais os seus serviços junto dos trabalhadores.

«Patrões e Governo que se cuidem»

Milhares de trabalhadores percorreram sábado passado a pé os 8 quilómetros que separam Pevidém e Guimarães, em mais uma jornada de luta pela efectiva redução dos horários de trabalho, com manutenção das pausas e intervalos praticados há décadas.

Num depoimento solicitado pelo «Avante!», o coordenador da União dos Sindicatos de Braga relatou a forma como viu e viveu a «marcha pelas 40 horas», sublinhando que «nunca tal foi visto na região» e deixando um aviso: «Patrões e Governo que se cuidem, pois se for necessário a luta vai continuar até ao dia 30 de Novembro e após 1 de Dezembro acabará o trabalho ao sábado».

Conta Adão Mendes que, «eram oito horas da manhã, centenas de trabalhadores do Grupo Somelos, da ATMA, Têxtil Manuel Gonçalves, Penafort, Sampaio Ferreira, Oliveira Ferreira, etc., saem das empresas, cumprindo a redução nos termos da lei, concentram-se junto aos portões, esperam pelos seus camaradas de trabalho, que só entram às 8.30, fazem um apelo à participação de todos na marcha. Juntos decidem que ninguém trabalha mais e juntos vão para Pevidém, para participar na marcha».

No local marcado para a concentração, perto das empresas Coelima e Lameirinho (cujos trabalhadores saem uma hora mais cedo que o exigido pelos patrões), está um carro de som da CGTP, de onde o próprio Adão Mendes vai dando a conhecer as informações sobre a forma como decorre a luta, ressaltando o facto de que «de todo o lado chegam notícias de que muitos trabalhadores decidiram não trabalhar uma hora que seja».

A marcha segue para a TAREF. Por esta altura, cerca das

10.30, chega a informação de que «na Riopelle e na TMG os trabalhadores saíram às 10 horas e vêm a caminho». Ao entrar na vila de Pevidém, «centenas de cidadãos, na berma da estrada, aplaudem, e os automobilistas param e buzina em sinal de solidariedade; trabalhadores mais idosos, reformados, choram, erguem o punho e dizem "não deixem roubar o que é nosso"».

Quando chega à rotunda do Carreira, onde a aguardam centenas de trabalhadores da Riopelle e da TMG, «a marcha alonga-se já por mais de um quilómetro». Na estrada Famação-Guimarães «cantam-se versos de apoio às 40 horas e o "Venceremos", gritam-se palavras de ordem "40 horas sim, vigarice não" e "Guterres aldrabão"».

Em Guimarães, «a ponte de acesso ao Hospital e ao Continente está cheia de pessoas, tal como as bermas da avenida Conde de Margaride», são «centenas de pessoas que aplaudem e incentivam os trabalhadores a continuar a luta». O Largo do Tournal, destino da marcha, acolhe «milhares de pessoas», perante as quais intervêm Carvalho da Silva, Adão Mendes e Manuel Freitas, coordenador da Federação dos Têxteis.

Cerca das 13 horas, a marcha é dada por terminada, com um apelo ao prosseguimento da luta pela redução do horário. Ainda ardem os «caixões» que simbolizaram o «funeral» político da ministra do Emprego, do secretário de Estado do Trabalho e do Inspector Geral do Tra-

- Depoimento de Adão Mendes, coordenador da USB/CGTP, sobre a «marcha pelas 40 horas»

balho, já os sindicalistas avançavam para a Têxtil Manuel Gonçalves, onde ia ter lugar um plenário de trabalhadores às 15 horas.

«Em Braga, no Vale do Ave, e desde há 15 semanas, os dirigentes sindicais trabalham ao minuto, todos os minutos e segundos fazem

falta e têm que ser aproveitados», diz Adão Mendes, contando que «há muito que o comer e o dormir passaram para segundo plano». «Os diversos dirigentes dizem que esta é uma luta para vencer, mesmo que custe a saúde e a vida a alguns de nós», afirma o coordenador da USB/CGTP.



A «marcha pelas 40 horas» foi uma das maiores acções de protestos jamais vistas na região, afirma a União dos Sindicatos de Braga, numa nota em que saúda os milhares de trabalhadores que participaram nesta jornada

Confraternização de militantes das organizações de juventude comunista

Texto: João Chasqueira e Domingos Mealha
Fotos: Jorge Caria

Anos passados memórias presentes

Na Voz do Operário encontraram-se, sábado passado, duas centenas de antigos militantes comunistas em organizações de juventude. Juntaram-se amigos e camaradas de várias gerações, cujas vidas tomaram rumos diversos, mas que mantêm vivas as memórias de lutas passadas, tal como os grandes ideais que os trouxeram ao combate político. Passados anos, a recordação dos tempos de juventude é, afinal, parte de um presente interessado e empenhado na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Vieram de vários pontos do País, embora, em seu maior número, da região de Lisboa. Para quase todos foi um momento único de reencontro com alguém que seguramente não se via há muitos anos. Alguns, contas feitas, chegaram à conclusão que mais de duas décadas os separavam de histórias e lutas comuns. No último sábado, ultrapassando as duas centenas, antigos membros das organizações juvenis do PCP, juntaram-se na Voz do Operário num almoço que foi acima de tudo - assim o entenderam os participantes pela atmosfera que souberam criar - uma grande jornada de confraternização e camaradagem.

Aos organizadores, eles próprios antigos militantes e dirigentes das organizações de juventude comunista, hoje integrando a DORL do PCP, manda a verdade, uma quota decisiva lhes pertence pelo êxito da iniciativa. Embora reconhecidamente o número de presenças pudesse ter sido maior, como se comentava, a verdade é que muitas ausências foram justificadas por motivos de afazeres e compromissos pessoais, importando ainda salientar a própria escassez de tempo na preparação da iniciativa, factor que limitou a sua divulgação e o estabelecimento de contactos.

Tudo começou, como previsto, poucos minutos passavam das 11.30 horas. No local onde as entradas eram contabilizadas (num dos patamares da escadaria de acesso ao salão), pontual, chegava um primeiro grupo de convivas. Cadenciado, o movimento repetir-se-ia até perto das três da tarde. Houve mesmo quem, vindo de muito longe, chegasse muito para além da hora de almoço, ciente do inevitável atraso, mas firmemente conduzido pela vontade de não querer faltar à chamada. Beijos e abraços, de modo quase invariável, selavam a emoção do reen-

contro. E o belo salão da centenária colectividade, sem que se desse por isso, foi-se enchendo. Até mal se caber, de pé, junto às duas alas de mesas dispostas a todo o seu comprimento. Antigos *mjt's*, *uec's*, *ujc's* e *jcp's* voltavam a ver-se. Em pequenos grupos, refeitos ao sabor de novas chegadas, as conversas sucediam-se. Cruzadas. Vivas. Não era difícil imaginar, por trás dos sorrisos, a felicidade do momento. Estava estampada nos rostos. Como não era difícil imaginar as imagens e histórias que vieram à conversa avivando memórias de um tempo feito de solidariedades, ideais e objectivos que, inexoravelmente, organizaram a identidade de cada um. Um tempo na juventude feito de lutas, muitas lutas, pela transformação progressista da sociedade. Em todas as frentes. Com confiança. Entregando-se generosamente. Sempre com o 25 de Abril como referência. Como sempre, em todos esses momentos, com o Partido da classe operária e dos trabalhadores, por uma sociedade socialista, mais justa e livre.

É na perenidade desses valores, independentemente das trajectórias pessoais, que, estamos convictos, cada um, à sua maneira, se revê e continua a encontrar razões para dizer que vale a pena lutar.



À entrada encontrava-se uma exposição de fotografias e cartazes de alguns momentos marcantes na história do movimento juvenil progressista e das vidas de muitos jovens, desde 1974



Em pequenos grupos, refeitos ao sabor de novas chegadas, as conversas sucediam-se, cruzadas, vivas, alegres



Álvaro Cunhal "Por uma razão que nos dá alegria"

A intervenção de Álvaro Cunhal, aguardada com alguma expectativa pelos presentes, constituiu dos momentos altos da confraternização. Convidado a usar da palavra por Francisco Pereira, membro do CC e da direcção regional de Lisboa do PCP, que falou das "muitas e belas recordações" que ali estavam a ser partilhadas, Álvaro Cunhal não escondeu a sua satisfação de também estar presente, tratando-se de uma iniciativa de "jovens que há muito não se viam"; que por "razões da vida, pessoais, dispersaram-se na sociedade", mas que "estão aqui por uma razão que lhes dá alegria".

A exposição de cartazes e fotografias alusiva a acções e iniciativas marcantes na vida das organizações juvenis do PCP, patente na entrada do salão onde decorreu o almoço, serviu de tema ao dirigente comunista para referir que os "objectivos, lutas e situações" nela indicados, constituem, necessariamente, "referências que estão na consciência de cada um" e que a cada um influenciaram na sua "formação" como pessoa. Daí que o "apuramento imediato" por si feito neste "reencontro de companheiros de outras lutas" tivesse apontado claramente para a conclusão de que "valeu a pena lutar" por tais objectivos.

Das "grandes tarefas" do presente se ocupou também Álvaro Cunhal na sua breve intervenção, para destacar a necessidade imperiosa de operar uma "viragem democrática na política portuguesa" e pôr fim à política de direita do Partido Socialista. Isto porque, explicou, a "situação é extremamente complexa e perigosa", como testemunha, por exemplo, o processo de revisão constitucional em curso e o acordo vergonhoso firmado nesta matéria entre o PS e o PSD. "Trata-se de um propósito que levaria à perversão do regime democrático e à institucionalização de um regime bipolarizador", advertiu o dirigente comunista.

"A luta por uma sociedade nova que elimine a exploração do homem pelo homem e os flagelos do capitalismo, que procura estabelecer a sua hegemonia mundial", foi outro dos aspectos da actualidade que mereceu um sublinhado de Álvaro Cunhal, fazendo a este respeito notar que, "para este combate" são indispensáveis "este Partido Comunista e esta Juventude Comunista".

"O que nos distingue - concluiu - é a nossa concepção política e ética, o sermos um partido corajoso, que fala verdade, com convicção e seriedade na acção política."



Álvaro Cunhal declarou-se muito satisfeito por participar na confraternização

Telecomunicações

Iludir a opinião pública para favorecer o capital

«**O** que se passa no sector das telecomunicações em Portugal insere-se numa estratégia global, que o País não determina nem sequer influencia minimamente: estratégia orientada para a total liberalização do sector e de que resultará, inelutavelmente, o domínio do mesmo por algumas (poucas) transnacionais» — o alerta é de Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu, em recente Seminário sobre o sector das telecomunicações.

Cerca de quatro dezenas de pessoas, entre membros do PCP, organizações de trabalhadores e quadros técnicos, debateram a problemática das Telecomunicações em encontro realizado no passado dia 27 no Centro Europeu Jean Monet, em Lisboa. Nos trabalhos participaram, para além do eurodeputado Joaquim Miranda, Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, o deputado comunista Bernardino Soares, e os especialistas Álvaro Tavares, Francisco Silva, Santos Silva, Maurício Vieira e Rui Rocha, a cargo de quem estiveram as intervenções de fundo.

Estabelecida a importância crescente do sector das telecomunicações e a enorme apetência que suscita, a ponto de o sector ser hoje encarado como «o petróleo dos nossos dias», a privatização da Portugal Telecom e suas consequências para o interesse nacional dominou a atenção dos participantes.

Nas palavras de Joaquim Miranda, a estratégia global que está a ser seguida a nível europeu tem, no caso português, um paralelo inegável. Referindo algumas «coincidências», o eurodeputado lembrou que «Raul Junqueiro intervém na Telecom em 1984, data das primeiras orientações comunitárias para o sector; Murteira Nabo anuncia a terceira fase da privatização da Telecom e a abertura do respectivo capital a um consórcio transnacional exactamente no momento em que a Comunidade Europeia finaliza o processo de liberalização e na precisa data em que se prevê serem dadas como concluídas as negociações relativas ao sector no contexto da OMC (Organização Mundial de Comércio)».

Com objectivos bem definidos, e de forma programada, a Comunidade Europeia tem vindo a tomar medidas no domínio das telecomunicações. Após as referidas orientações tendentes à harmonização das legislações nacionais, a Comunidade — como lembrou Joaquim Miranda — passou de seguida «à criação do mercado comum das telecomunicações» e avançou posteriormente para a «liberalização total do sector, inserindo-o num movimento mais amplo, em que pontificam as negociações no âmbito da Organização Mundial de Comércio».

Segundo o eurodeputado, a Comunidade Europeia, que não desconhece as implicações negativas desta estratégia, pretende «iludir a opinião pública apregoando um equívoco serviço universal em substituição do abandonado conceito de serviço público».



Estabelecer a confusão

Também Francisco Lopes chamou a atenção para as estratégias e linhas de propaganda quer estão na moda visando «estabelecer propositadamente a confusão entre uma visão à escala da humanidade e os interesses das multinacionais de modo a impor a aceitação inelutável dos interesses, da estratégia e da lógica do grande capital transnacional em cada país».

É neste contexto, e tendo em conta a realidade de um mundo cada vez mais interligado e a internacionalização dos processos produtivos, que a defesa dos interesses nacionais não pode deixar de ser considerada como uma questão fundamental, actual e de futuro.

Em Portugal, como fez notar Francisco Lopes, «sente-se o reflexo das ondas globais liberalizadoras e privatizadoras», mas também das políticas seguidas nesta matéria pelos governos do PSD e do PS «numa linha de absoluta continuidade».

O dirigente do PCP sublinhou, por outro lado, que dados recentes vindos a público confirmam que se está a entrar numa «nova e mais negativa etapa», a da terceira fase da privatização da Portugal Telecom (PT), agendada para Julho, com «a passagem de 49 por cento para 74 por cento do capital privado e o consequente domínio deste sobre o grupo PT». Uma etapa que representa a «disposição do Governo de propor a alteração da lei dos sectores de forma a eliminar o limite legal de 49 por cento do capital privado neste sector», bem como a «alteração da lei de bases das telecomunicações visando, entre outros aspectos, a supres-



são da barreira dos 25 por cento ao capital estrangeiro», e a «alteração dos próprios estatutos da PT de forma a permitir que uma empresa da mesma área possa ter só mais de 5 por cento do capital».

A posição do PCP

A posição dos comunistas portugueses em relação a este processo é inequívoca: estão contra a privatização, contra a continuação do processo de privatização da PT e a perda de controlo nacional sobre o estratégico sector das telecomunicações, bem como contra as alterações da lei dos sectores e da lei de bases das telecomunicações pretendidas pelo Governo.

Francisco Lopes explicou esta posição, afirmando que «a grande evolução das telecomunicações que se verifica e que é necessário estimular deve ser posta ao serviço do desenvolvimento integrado e harmonioso de Portugal».

Sublinhando que o PCP não tem uma «concepção isolacionista de Portugal», nem em termos gerais e ainda menos no respeitante às telecomunicações, o orador deixou claro que o que está em causa é «o domínio das telecomunicações nacionais pelo capital estrangeiro, pelos grandes conglomerados internacionais», cujas estratégias, definidas na base dos seus interesses e lucros, nada têm a ver com o desenvolvimento económico, social e cultural do país, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

Acresce ainda que a privatização, como salientou, exercerá «enormes pressões sobre os postos de trabalho, conduzindo à sua redução», bem como sobre os direitos dos trabalhadores, para já não falar das previsíveis pressões para o aumento das tarifas.

Motivo também para estar contra a privatização é o facto de a mesma se traduzir na «retirada ao património público de muitos milhões de contos de lucro em cada ano», para além do próprio processo escandaloso de «subavaliação da PT e da existência de grupos económicos que funcionam simultaneamente como avaliadores, colocadores das acções e compradores».

Negócio e política

Contra a privatização da PT se manifestou igualmente Álvaro Tavares, cuja intervenção lembrou que as telecomunicações são sinónimo de desenvolvimento, negócio e política, mas também comunicações, informação e entretenimento, ou seja «o negócio e o domínio do futuro».

Estabelecendo a distinção entre liberalização e privatização, o orador salientou a diferença entre a liberalização por factores tecnológicos e a liberalização meramente política. Se a primeira pode ser positiva, quando traduzida em serviço de qualidade, baixos preços, competitividade e serviço social às populações, o mesmo não sucede com a segunda. Como disse Álvaro Tavares, «quando a política de direita desmantela as empresas públicas, crismando-as de monopólios estatais desactualizados, pretende unicamente a passagem para megamonopólios que, em vez de públicos, são privados e de domínio estrangeiro». Não se trata, afirmou, de defender a estatização da economia, mas sim de discordar abertamente «contra a privatização dos sectores estratégicos da economia», como é o caso das telecomunicações. Não se trata tão pouco de confundir Estado com Governo, pois o que se defende é que «as empresas públicas ou com o controlo de gestão pelo Estado têm de ter um estatuto que as torne imunes aos partidos políticos no Governo, que geram muitas vezes corrupção, compadrio, burocracia, má gestão».

O que se trata, de facto, como disse Álvaro Tavares, é de rejeitar «uma aliança em que o nosso aliado compre uma fatia determinante do capital das empresas portuguesas e possa definir a estratégia do negócio sem ter em conta os interesses dos portugueses».

A análise mais aprofundada desta temática, feita por Francisco Silva e Santos Silva, será divulgada em próximos números do «Avante!».

Pequenas e Médias empresas

... «Sendo (a Portugal Telecom) o maior operador de telecomunicações, a verdade é que à volta deste sector, e na sua dependência, existem fornecedores de equipamentos que ocupam cerca de 10.000 trabalhadores. Deveremos também chamar a atenção para a estrutura empresarial portuguesa que alimenta este sector. De acordo com dados públicos, as pequenas e médias empresas são 95 por cento do número total de empresas do País, representando 63 por cento do PIB, 60 por cento do emprego e 50 por cento das exportações nacionais. Estas empresas só se tornarão competitivas se evoluírem da simples utilização do telefone e fax para o recurso às novas tecnologias de informação.»

■ Rui Rocha

Competitividade

... «Em relação à segurança no emprego, em nome da santa competitividade, como diz o actual presidente da PT, temos 3.500 trabalhadores a mais. No entanto, os empreiteiros continuam a aumentar na PT, com trabalhadores sem regulamentação de trabalho, sem horários, sem aumentos salariais, enfim, uma autêntica selva» (...)

... «Neste momento já foram atribuídas três licenças a operadores privados para a prestação de serviços de voz a grupos fechados de utilizadores, a Global One, a HLC e a Maxitel. Esta pressa deve-se às previsões de, até ao ano 2000, passarmos de um mercado de 478 milhões de contos para 1.025 milhões, mas por incrível que pareça, paralelo a estes aumentos de milhões de contos perdem o emprego alguns milhares de trabalhadores deste sector» (...)

■ Maurício Vieira

EM FOCO

Operários da Renault contra os despedimentos

Trinta mil operários das fábricas Renault em França, Bélgica e Espanha vão paralisar amanhã durante uma hora contra a vaga de despedimentos decidida pela empresa. O apelo foi feito pelos sindicatos franceses do grupo automóvel, na sequência do anúncio de encerramento da fábrica belga de Vilvorde e de insistentes rumores sobre uma drástica redução de pessoal em França.

Na segunda-feira, milhares de trabalhadores da Renault belga marcharam em Bruxelas junto das instalações da União Europeia, exigindo a manutenção dos seus postos de trabalho. A crise foi desencadeada no final de Fevereiro, quando a Renault anunciou a reorganização da produção face a resultados «significativamente negativos» em 1996 (pela primeira vez em dez anos). A reorganização passa pelo encerramento das instalações ultramodernas da empresa de Vilvorde, o que deixa 3.100 trabalhadores no desemprego, com todas as implicações sociais e económicas daí resultantes para milhares de famílias deles dependentes, directa ou indirectamente.

Reunido de emergência, o governo flamengo manifesta a sua «consternação», enfatizando o facto de a Renault deixar a Bélgica

«sem alternativa de reconversão e sem concertação». Para o governo regional de Luc Van den Brande, «este comportamento radical está em oposição com a atitude social que é adoptada por muitos investidores estrangeiros quando são constringidos a reestruturar as

suas empresas instaladas na Flandres», sendo tanto mais incompreensível quanto a própria direcção da empresa reconhece que a fábrica de Vilvorde é uma das mais produtivas do grupo francês.

Também o primeiro-ministro belga, Jean-Luc Dehaene, discutiu o problema com o seu homólogo francês, Alain Juppé, mas não prestou declarações sobre os resultados da conversa. O Estado francês detém 46 por cento do capital da Renault, pelo que é duvidoso que a decisão de encerrar aquelas instalações tenha sido tomada sem o seu consentimento. De acordo com os sindicatos, a empresa pretende proceder a uma deslocalização da sua produção, não estando excluída também a possibilidade de se registar uma redistribuição das quotas de produção belgas pelas dependências espanhola e francesa.

A gravidade da situação é acrescida pelo facto de a Renault ter desrespeitado as regras em vigor quer na Bélgica quer na União Europeia, ao não dar conhecimento antecipado das suas intenções e ao não discutir o problema com as partes envolvidas, procurando alternativas para o encerramento. Preocupações tardias das autoridades belgas, que não hesitam em dar de mão beijada ao capital todos os privilégios e a manifestar, em situações extremas, piedosas e inconsequentes intenções face aos trabalhadores.

De assinalar é igualmente a reacção do comissário europeu Silgury, para quem o drama de 3.100 trabalhadores lançados no desemprego não diz respeito à Comissão Europeia nem às instituições comunitárias. Demasiado ocupada em penalizar os Estados cujos trabalhadores se atrevem a produzir mais do que o estipulado, ou a vigiar os défites públicos, a Comissão Europeia lava as mãos dos problemas dos cidadãos. Esta posição tem o mérito, no entanto, de pôr a nu o mito da Europa Social tão agitada quando se trata de confundir os espíritos sobre as «vantagens» da moeda única, mas que nada tem a oferecer aos cidadãos em matéria de emprego e de defesa de direitos sociais.

Os trabalhadores da Renault em Portugal já saíram à rua em defesa dos seus postos de trabalho. A luta que hoje mobiliza trabalhadores belgas, franceses e espanhóis também nos diz respeito - a estratégia do capital não conhece fronteiras



Uma luta comum

Os sindicatos do sector automóvel francês, belga e espanhol estão a preparar uma grande manifestação em Paris por ocasião da reunião extraordinária do Comité de Grupo Europeu, a realizar em data ainda a afixar. O PCF, por seu lado, propõe-se levar a cabo iniciativas conjuntas com os seus congéneres espanhóis e portugueses em defesa do direito ao trabalho.

O movimento de protesto desencadeado pelo anúncio do encerramento em Julho da fábrica da Renault em Vilvorde, na Bélgica, subiu de tom com a notícia divulgada pelo diário «Les Echos» segundo a qual a mesma empresa se prepara para anunciar a supressão de 3.000 postos de trabalho em França, tantos como os confirmados na Bélgica.

A informação, que não foi contestada, refere que os despedimentos afectarão o conjunto das fábricas em França. As filiais da Renault foram já atingidas no ano passado por um plano de «reestruturação» que liquidou 1.641 postos de trabalho (em 1995 foram despedidos 1.735) e implicou medidas de reclassificação interna envolvendo 1.184 trabalhadores. O plano para 1997 deverá afectar o dobro dos trabalhadores.

O jornal recorda que «é preciso recuar ao princípio da década para encontrar vestígios de uma operação com tal amplitude» na Renault.

As principais fábricas de automóveis da Renault na Europa situam-se em Sandouville, Flins, Maubeuge e Douai, em França; Vilvorde, na Bélgica; Palencia e Valladolid, em Espanha; Setúbal, em Portugal; e Novo Mesto, na Eslovénia.

Segundo notícias vindas a público, o grupo Renault prepara-se para anunciar a 20 de Março uma perda de cerca de mil milhões de dólares em 1996.

PCF denuncia ofensiva do patronato

As alegadas dificuldades da empresa não convencem os comunistas franceses. Segundo um comunicado divulgado segunda-feira, o encerramento das instalações em Vilvorde «inscreve-se numa ofensiva generalizada do patronato europeu contra o emprego e os salários». O PCF faz notar, por outro lado, que a subida na Bolsa da cotação das acções da Renault «confirma que o único critério que segura o mercado financeiro é a redução dos custos salariais, não os do capital».

O comunicado do PCF sublinha ainda que, na Bélgica, o grupo Renault - a exemplo de outros - dotou-se de uma filial financeira, um centro de coordenação, «que participou activamente no endividamento crescente da empresa de Vilvorde, cujas dívidas ultrapassaram em menos de um ano os dez mil milhões».

«Generaliza-se assim nos grupos capitalistas uma estratégia que consiste em obter empréstitos massivos das filiais financeiras, fora do controlo fiscal, graças a legislações complacentes, de forma a apresentar aos trabalhadores saldos negativos», salienta o PCF.

Para os comunistas franceses, apelar «a reflexos nacionalistas antifranceses, como o fazem certos políticos, é manipulação», pois a única alternativa é «incentivar à multiplicação das lutas e da solidariedade na Europa».

Nesse sentido, o PCF propõe-se desenvolver os «contactos necessários» com os eleitos comunistas do Parlamento Europeu e os deputados dos Partidos Comunistas de França, Espanha e Portugal «para conjugar a acção dos trabalhadores e dos seus delegados sindicais». Já ontem a Comissão de Trabalhadores da Renault de Vilvorde foi recebida pelos deputados do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, em que se integram os eurodeputados comunistas portugueses.

EM FOCO

■ **Luísa Araújo**
Membro da Comissão
Política

Manifestação de mulheres — Porque sim.

NEM TODOS pensamos o mesmo, costuma dizer-se. Neste caso eu preferia que estivéssemos todos de acordo com a concepção de que a manifestação de mulheres do próximo sábado é uma forma de expressão do movimento feminino que integra a luta dos trabalhadores e do povo contra a exploração, pelo cumprimento e reforço dos direitos e pela defesa da democracia.

São muitas as expressões da acção específica das mulheres pela igualdade. Mas, assiste-se cada vez mais à expressão da constatação, da análise, das conclusões e das propostas de reivindicações. Procurando ir mais além, o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) em Maio de 1996, em pleno Congresso Nacional, decidiu propor a realização de uma manifestação de mulheres no dia 8 de Março de 1997, para assinalar o Dia Internacional da Mulher - dia de homenagem à intervenção da mulher na sociedade e de estímulo à luta das mulheres pela sua emancipação.

Levar à prática lemas da nossa luta

Trazer para a rua a imagem da participação da mulher nas várias áreas da vida da comunidade, a mensagem das suas aspirações específicas, a revolta das mulheres contra a política de direita é uma iniciativa progressista, organizada pelo MDM e pela Comissão Nacional de Mulheres da CGTP, que valorizará todos os que a ela adiram e participem.

O Comité Central do PCP, na sua reunião de 1 e 2 de Fevereiro de 1997, sublinhou a especial importância das comemorações do Dia Internacional da Mulher, destacando a manifestação a realizar em Lisboa.

Esta manifestação só poderá ser entendida no quadro do objectivo de cada vez mais as mulheres e mais mulheres tomarem nas suas mãos a luta pela conquista dos seus direitos. Uma manifestação em que, havendo espaço para os homens, serão fundamentalmente as mulheres a trazer para a rua a consciência da discriminação a que estão sujeitas e a exigência de mudança de política.

Qualquer acção social e política pode abordar a problemática feminina e contar com a participação de mulheres, mas a manifestação do próximo Sábado, pelas suas características, conduzirá a uma maior mobilização e unidade das mulheres em torno de objectivos comuns e pelo cumprimento dos direitos da igualdade, a uma maior sensibilização da opinião pública para o reconhecimento do papel da mulher na sociedade e da injustiça das discriminações e ao apoio às reivindicações das mulheres para uma vida em igualdade.

O melhor é ir resolvendo algumas coisas

É adquirido como certo, e a vida encarrega-se de mostrar e confirmar, que a emancipação da mulher, que é como quem diz a



vida do homem e da mulher em igualdade, depende de factores objectivos e de factores subjectivos. Habitualmente, porque são os mais importantes e decisivos e talvez os mais fáceis de identificar e de discutir, seriam os objectivos e nos subjectivos não tocamos. Ficamos "descansados" porque não esquecemos que eles existem e um dia havemos de os resolver...

Os factores subjectivos perseguem-nos como lapas invisíveis. Quando menos esperamos, acusam no toque e têm as formas mais surpreendentes. E como é que se discute? É difícil. É sensível. É entrar muito pelo íntimo do/agarrado/a por essa espécie de molusco.

Uma manifestação de mulheres é uma acção específica da luta emancipadora da mulher como o pode ser um encontro ou uma conferência de mulheres, como uma qualquer outra iniciativa de mulheres no Dia Internacional da Mulher ou noutra data qualquer. A decisão de uma manifestação de mulheres em Portugal é, pelo seu conteúdo, um passo importante na luta organizada das mulheres portuguesas pela reivindicação do cumprimento e reforço dos direitos da igualdade e pela sua emancipação.

A novidade poderá ter causado alguma surpresa e sobretudo dúvidas. Não nos surpreenderá estas dúvidas porque temos a consciência que a batalha ideológica (mesmo dentro do Partido, como afirmámos na Conferência sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril - 1986) tem como uma das suas expressões a luta pela mudança das mentalidades no que se refere à problemática feminina e à luta específica das mulheres.

A novidade poderá ter causado alguma surpresa e sobretudo dúvidas. Não nos surpreenderá estas dúvidas porque temos a consciência que a batalha ideológica (mesmo dentro do Partido, como afirmámos na Conferência sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril - 1986) tem como uma das suas expressões a luta pela mudança das mentalidades no que se refere à problemática feminina e à luta específica das mulheres.



Factores reais de mobilização e unidade das mulheres

Neste número do "Avante!", num artigo da camarada Graciete Cruz, estão referenciados muitos dos problemas sentidos pelas mulheres portuguesas, alguns deles específicos e muito particularmente das trabalhadoras. Outros problemas motivam, também, a vontade de manifestação e de luta reivindicativa das mulheres pelo cumprimento das leis de protecção da maternidade e da criação de infra-estruturas de apoio à família e à criança, pela repartição das tarefas e pela partilha das responsabilidades na família, pela protecção às mulheres vítimas de violência, pela igualdade no acesso a todos os níveis e graus de ensino, pela mudança de mentalidades e pela participação das mulheres em todos os domínios da vida nacional. As mulheres reivindicam o reforço da presença feminina nos centros de decisão nos vários níveis da estrutura das organizações sociais, culturais e desportivas e nos órgãos de poder local e central. As mulheres reivindicam o reconhecimento do estatuto das associações de mulheres.

É imperioso alargar o número de mulheres que tenham a consciência de que a sua situação é intolerável, que incriminem as causas dessa situação e que queiram mudar as condições de vida. A consciência dos problemas específicos leva a que mais mulheres sintam a vontade de participar e se sintam mais responsáveis pela mudança.

Em vários pontos do mundo têm-se realizado manifestações de mulheres. Entre outras destacamos na Áustria; em França, contra a revisão retrograda da legislação da Interrupção Voluntária da Gravidez e contra a circulação da droga; na Grã-Bretanha, de apoio à greve dos mineiros e contra o encarceramento das minas; em Itália, contra o desemprego; na Venezuela, contra a revisão da legislação do trabalho.

São muitos os exemplos da organização e da intensificação da luta das mulheres com objectivos concretos onde está presente a especificidade dessa luta e a sua real importância e o papel que desempenha no processo emancipador da mulher.

Reforçar a luta dos trabalhadores e do povo

No próximo Sábado, vamos ter lado a lado mulheres de todo o país, dos mais variados sectores profissionais, com experiências diferentes, mas a convergir na mesma vontade de intervir para que se passe da igualdade formal à efectiva igualdade de direitos e de oportunidades. Esta acção contribuirá para reforçar a consciência das mulheres de que as causas da discriminação estão na política de direita levada a cabo por sucessivos governos e que a solução dos seus problemas não passa pela resignação, mas pela intervenção e luta contra esta política.

A manifestação de mulheres do próximo Sábado identifica-se com a luta dos trabalhadores e do povo em geral, contra a política do Governo PS e será um contributo bastante concreto para a luta social e política para uma alternativa democrática.

8 de Março

Vamos afirmar a igualdade

É um facto que a abordagem e o tratamento da chamada problemática feminina, na diversidade das suas expressões - porque mexe com o conhecimento concreto e com a dimensão que se tem da realidade; porque é também um problema de mentalidades - tem sido, e seguramente continuará a ser, motivo de controvérsia. Mas, a vida aí está a comprovar a justeza e a oportunidade do debate e sobretudo da acção em torno desta matéria.

A convergência de opiniões dos mais diversos sectores da vida nacional no retratar do problema e na constatação do fosso existente entre a legislação e a prática, é indispensável para lhe dar visibilidade e, conseqüentemente, para congregar vontades no sentido da mudança. Torna-se, porém, motivo de reflexão e mesmo de preocupação quando se eterniza a constatação e tarda a acção.

Na verdade, 23 anos depois de Abril, embora se tenham registado avanços inestimáveis nos planos político, económico, social e cultural, a mulher portuguesa, e a trabalhadora em particular, continua a ver adiada a efectivação da igualdade de direitos e oportunidades.

Na prática, continua a ser-lhe atribuído um estatuto de inferioridade, que se reflecte na sua participação e inserção no trabalho, na família e na sociedade.

Atentemos ao mundo do trabalho, onde se pode verificar a existência de uma situação complexa e mesmo paradoxal.

A mulher representa, hoje, cerca de 46% da força de trabalho, está presente em profissões que antes lhe estavam vedadas e em novas profissões resultantes da evolução da ciência e da técnica e do seu maior grau de escolarização. Contudo, mantêm-se, no essencial, as discriminações em função do sexo há muito identificadas - no acesso ao emprego, na remuneração, na progressão na carreira e no acesso a cargos de direcção e de chefia, na formação profissional, etc. -, ao mesmo tempo que persistem obstáculos de diversa ordem ao emprego feminino, nos quais se incluem os decorrentes da ausência ou insuficiência de infra-estruturas sociais de apoio à família e à criança.

Desigualdades

O emprego feminino continua mais fragmentado e mais precarizado (a percentagem de mulheres com contratos a termo ultrapassa os 60% nas actividades em que a taxa de feminização é mais elevada, atingindo os 81% no ensino, na saúde e serviços sociais); mantém-se uma separação nítida entre empregos masculinos e femininos (as mulheres predominam nas profissões ligadas ao ensino, às ciências sociais, à administração pública, aos serviços sociais e pessoais, de recepção, na indústria têxtil e de calçado e em trabalhos não qualificados da indústria transformadora); no conjunto das actividades, a remuneração das mulheres é $\frac{3}{4}$ da remuneração dos homens, sendo pior na indústria transformadora, onde as mulheres não chegam a auferir 70% da remuneração dos homens (é, ainda, nos sectores em que a mão-de-obra feminina é mais forte que existem maiores diferenças salariais entre homens e mulheres); aumentou a proporção de mulheres sem qualificação profissional (enquanto que, no geral, houve melhoria das qualificações); as mulheres continuam sub-representadas nos cargos de direcção e chefia (sendo quase metade dos TPCO, são menos de $\frac{1}{4}$ dos quadros dirigentes).

Verifica-se, ainda, que, a par de uma forte pressão para que as mulheres abandonem a vida activa, procurando culpabilizá-las por problemas existentes no seio da família, aparecem novas formas de precarização e subalternização do emprego feminino (como seja o denominado mercado social de emprego e os novos empregos nesta área), surge a ideia da chamada partilha do emprego, ressurgem velhas teses e são divulgados novos conceitos que, na prática, significam o agravamento das suas condições de vida e de trabalho.

Refira-se, a propósito, a receita da moderação salarial que, contrariamente ao que tem sido propagandeado, não só não tem criado emprego como se tem traduzido em maiores desigualdades de rendimento, contribuindo para a pobreza e o mal-estar social.

Refira-se, igualmente, a autêntica fraude que tem constituído a aplicação ilegal e abusiva que algum patronato tem vindo a fazer (com a complicitade do Governo e contra o parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República), da legislação que consagra a redução do período normal de trabalho para as 40 horas. Em resultado, milhares de trabalhadores, com destaque para as mulheres das indústrias têxtil, química e de conservas, lutam hoje nas empresas pela consagração efectiva das 40 horas semanais.

Por outro lado, a intensificação dos ritmos e da sobrecarga de trabalho (que a redução generalizada dos postos de trabalho veio agravar), caminha no sentido inverso ao dos avanços da ciência e da técnica e determina um maior desgaste físico e intelectual, o aparecimento do stress e de doenças profissionais e o envelhecimento precoce de muitas mulheres, comprometendo irremediavelmente a sua qualidade de vida e conduzindo ao seu afastamento antecipado do mercado de trabalho.

Acresce que, a protecção legal devida à mulher grávida, puérpera e lactante é letra morta em muitas empresas e locais de trabalho, transformando-se mesmo em factor que condiciona o acesso ao emprego e a sua manutenção.

Que o digam as jovens que vêem invadida a sua privacidade e a sua liberdade individual em entrevistas para admissão nas empresas, ao lhes perguntarem se têm namorado, se são casadas ou pensam ter filhos.

Que o digam, sobretudo, as jovens precarizadas que não vêem o seu contrato de trabalho renovado porque, entretanto, engravidaram.

Exclusão social

As mulheres são, assim, as primeiras a ser despedidas e as últimas a encontrar emprego, sendo sobre elas que mais se faz sentir o desemprego de longa duração (52% do total são mulheres com mais de 40 anos), constituem o grosso dos precarizados e representam 70% dos trabalhadores com contrato a tempo parcial, com baixos salários e mutiladas de direitos.

Caminha-se, deste modo, a passos largos, para a exclusão social de muitas destas mulheres, e para aquilo que se pode designar por feminização da pobreza, agravada pela destruição do aparelho produtivo, pelo aumento dos encerramentos e falências e pelo desemprego massivo, que afastam prematuramente do mercado de trabalho milhares de mulheres ainda em idade activa.

Caminho este que tende a complicar-se face ao modelo de construção europeia em curso, à União Económica e Monetária e, em particular, à opção seguida pelos anteriores e pelo actual Governo, de aplicação dos critérios de convergência nominal impostos por Maastricht com o objectivo de integrar o primeiro grupo de países da Moeda Única, a qualquer custo e escamoteando os reflexos económicos e sociais de tal objectivo.

A coesão económica e social não é compatível com políticas assentes na contenção e na redução do poder de compra dos salários, com o aumento do desemprego e da precarização do emprego, com a violação dos direitos, com a manutenção do déficite no plano da igualdade de direitos e de oportunidades.

É neste quadro que, manipulando números e jogando com as palavras, o Governo decreta aumentos brutais (mais do dobro da inflação prevista) dos preços dos medicamentos, do gás de garrafa, da electricidade, do telefone, da gasolina, das portagens. Também nesta matéria, nomeadamente no que se refere a bens e produtos de primeira necessidade, são visíveis as conseqüências para as mulheres, já que é a estas que, de acordo com a tradicional divisão de responsabilidades e tarefas no seio da família, continua, no essencial, a caber a gestão dos magros recursos familiares.

Simultaneamente, e como se não bastasse o aumento (sancionado pelo Governo de Guterres) da idade de reforma das mulheres dos 62 para os 65 anos, assiste-se a uma forte ofensiva contra a Segurança Social que, a concretizar-se, determinaria o fim da universalidade do sistema e traria conseqüências fortemente negativas quer para o seu financiamento, quer para os direitos dos trabalhadores e das mulhe-



res em particular, se se tiver em conta a especificidade de muitos desses direitos.

Ao mesmo tempo, fechando os olhos à realidade, cedendo a pressões e a chantagens inadmissíveis e submergindo numa imensa hipocrisia, uma escassa maioria de deputados da Assembleia da República chumba os projectos em discussão relativos à legalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) até às 12 semanas a pedido da mulher. Torna-se, assim, cúmplice da manutenção do problema do aborto clandestino em Portugal e das suas conseqüências para as mulheres, e para as de menores recursos em primeiro lugar, bem como para o próprio sistema de Saúde.

Adormecida nas suas consciências (tê-la-ão?) fica a realidade do aborto clandestino como uma das principais causas de morte materna e de infertilidade da mulher; ficará, porventura, o triste recorde para Portugal, como o país da União Europeia, com maior percentagem de mães adolescentes, graças à inexistência de educação sexual nas escolas e à insuficiência dos serviços e meios disponíveis de planeamento familiar.

Na nossa memória colectiva fica o autêntico golpe de teatro representado pelo Primeiro-Ministro e a convicção de que, embora mais uma vez adiada, a batalha pela legalização da IVG não só irá continuar como acabará por se concretizar mais cedo que tarde.

Vamos exigir

Espantosamente (ou talvez não), somos, entretanto, confrontados com um acordo sobre a revisão constitucional realizado, de forma inadmissível, à margem da Assembleia da República e da sua Comissão específica.

Fica-nos a convicção de que, para além do seu conteúdo perverso, nomeadamente em matéria de proporcionalidade para a eleição de deputados, a previsível redução do número de eleitos se fará, tendencialmente, reflectir numa redução real do número de deputadas com assento no Parlamento.

É perante tudo isto que, este ano, as comemorações do DIA INTERNACIONAL DA MULHER assumirão contornos diferentes e inéditos entre nós: uma **Manifestação em Lisboa**, do Marquês de Pombal aos Restauradores, a ter lugar no sábado, **8 de Março**, a partir das 15 horas.

Vamos exigir a efectivação da igualdade de direitos e oportunidades, vamos reclamar a criação de empregos e a redução quantificada do desemprego, o fim da destruição do aparelho produtivo, da impunidade nas empresas, da ilegalidade na negação dos direitos da maternidade e da sobreexploração do trabalho feminino, vamos reivindicar melhores salários e condições de vida mais dignas, as 40 horas, a garantia da universalidade dos direitos à segurança social e a redução da idade de reforma para os 62 anos, vamos lembrar o drama do aborto clandestino e exigir a sua resolução, bem como uma revisão democrática e participada da Constituição.

Vamos, no fundo, reclamar políticas económicas, sociais e culturais que permitam realizar a igualdade entre homens e mulheres, dêem lugar a uma sociedade mais humana, mais justa e mais fraterna e a um Portugal mais desenvolvido, mais democrático, mais solidário e mais soberano.

A cor da conjuntura

conjuntura (no *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*, Texto Editora): encontro de acontecimentos; união de ossos, ou dos membros do corpo.

conjuntura (no *Dictionnaire économique et social*, CERM, Editions sociales): quadro da situação económica de um dado conjunto num dado momento, feito a partir do conhecimento exacto da situação de todas as componentes desse conjunto, dos seus movimentos próprios e das suas interacções.

A cor da conjuntura já foi laranja, com tons carregados de maioria absoluta.

Foi num tempo em que se chamou oásis a Portugal porque se queria fazer crer - e aos portugueses! - que a nossa conjuntura era melhor que a dos parceiros Estados-membros da "comunidade europeia". Claro que só assim acontecia - diziam os da cor...- por virtude dos governantes laranja, que poupavam os concidadãos portugueses ao que lá por fora fazia infelizes os outros europeus sem a sorte de terem governantes da mesma qualidade dos nossos. Então a cavacal figura, vinda dos laranjais do Algarve!...

O tempo provou como essa pintura do "quadro da situação económica" falseava a realidade, porque não se baseava, ou não se queria basear, no conhecimento exacto das situações.

ce, ou se é levado a esquecer, que a realidade é o que/como se vive e não o quadro que se pinta da realidade com a paleta das cores da maioria e com os "pincéis" dos dados (?) estatísticos e das perspectivas conjunturais.

Entretanto, nesta conjuntura, que de laranja passou a rosa, as duas cores predominantes sincronizaram-se à volta de um chamado desígnio nacional - e também de uma revisão constitucional à revelia de tudo o que define uma postura democrática - e a dúvida que existe é se o que prevalece é daltonismo ou um sincretismo (*) cromático.

A informação sobre a conjuntura

Assim sendo, a informação sobre a conjuntura, os indicadores e as análises (de conjuntura, claro), que deveriam contribuir para o conhecimento exacto da situação económica, foi colocada ao ser-

esta enorme preocupação só revela, isso sim, a subserviência relativamente a esses mercados e a insegurança de quem está na corda bamba e tem medo que a abanem.

Assim, o rosa vem mesmo a preceito para a informação sobre a conjuntura. Tudo a correr bem, sob a graça divina - ou, laicamente, como Pangloss via a sua coeva conjuntura -, com incidentes de percurso mas por caminhos de fé e caridade.

A adaptabilidade da comunicação social às cores da conjuntura

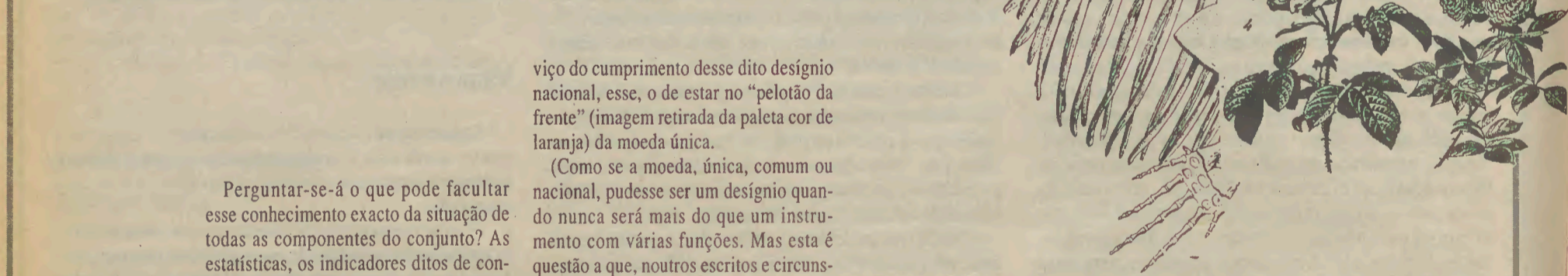
Como é habitual, a alguma comunicação social adapta-se bem à cor da conjuntura. Aliás, a passagem do laranja para o rosa não é muito difícil mas há outras mutações camaleónicas curiosas. Neste escrito, o objectivo não é o de tratar dessas alterações, e menos ainda de as "fulanizar", mas de mostrar como, num mesmo dia, 3 jornais nos dão informações (especializadas) sobre a conjuntura que são de diferentes colorações.

Assim, no *Diário Económico* de 24 de Fevereiro, o seu director, em editorial, titula que "a economia está mais forte", o que é interessante informação conjuntural, que logo reforça no texto ao afirmar que "a actividade económica está estatisticamente a revelar um dinamismo que surpreende (e) até os mais optimistas não acreditavam num ambiente tão festivo!"

No *Diário de Notícias* do mesmo dia, no suplemento *Negócios* (que já foi Eco-

da conjuntura do suplemento *Economia*, sublinha que a UE penaliza o comércio externo (pelo) que é a procura interna que segura a economia, e acrescenta: "a procura interna terá sido a única a contribuir positivamente para o crescimento da economia durante este período, enquanto a contribuição líquida da procura externa terá sido muito negativa". Nesta "conjuntura", o economista pergunta, como se insinua no comentário do DN: com as margens a apertarem-se, e sem se poderem alargar por imposição do "desígnio nacional", a única forma de manter alguma competitividade, mantendo-se a opção do escudo forte, é através da política salarial e social, com inevitáveis prejuízos para quem trabalha (e também da política fiscal igualmente recaído sobre quem trabalha). Numa perspectiva estritamente técnica, daqui resultará um forte ataque à capacidade de procura interna. Que, segundo a análise de conjuntura do *Público*, é o que seguiu a economia portuguesa em 1966.

Ninguém segura a conjuntura, por mais rosa que se pinte, se não se puser um travão nesta economia totalmente condicionada, para não dizer obcecada, por um "desígnio nacional" que não é desígnio e muito menos o é dos (para os) nacionais.



Perguntar-se-á o que pode facultar esse conhecimento exacto da situação de todas as componentes do conjunto? As estatísticas, os indicadores ditos de conjuntura. Que se têm vindo a transformar, embora sempre o tivessem sido um pouco, em instrumentos dos políticos que os manipulam, os dão a conhecer, os interpretam como mais conveniente para a defesa das suas cores.

A conjuntura cor-de-rosa

Hoje, a cor da conjuntura é rosa, embora teoricamente menos consistente porque, estando em maioria simples, é necessário matizar as cores, havendo quem tivesse tido a esperança que alguma preferência fosse para os tons de vermelho, ou seja, mais para o lado dos trabalhadores. Houve quem se tivesse iludido, lá isso é verdade...

Sendo larga a gama dos tons rosa com que se pinta a conjuntura, tem sido difícil ter o quadro aproximado da realidade da situação económica que vivemos. Ainda mais o é se o observador se esque-

viço do cumprimento desse dito desígnio nacional, esse, o de estar no "pelotão da frente" (imagem retirada da paleta cor de laranja) da moeda única.

(Como se a moeda, única, comum ou nacional, pudesse ser um desígnio quando nunca será mais do que um instrumento com várias funções. Mas esta é questão a que, noutros escritos e circunstâncias, se voltará frequentemente...)

Ora para que seja atingido esse falso desígnio, que até nacional lhe chamam, não só é conveniente que os trabalhadores e os cidadãos tenham comportamentos que facilitem ou não dificultem, como é indispensável que o venham a aceitar, pois não basta que os governantes entre si acordem (ou conluiam) mas há mecanismos da democracia que exigem que algumas das decisões sejam ratificadas, indirectamente pelos eleitos ou directamente por via de referendo.

Por isso, a informação sobre a conjuntura serve não só para mostrar como os nossos governantes são os melhores do mundo (ou, modestamente, da "Europa"), como serve para instrumentalizar eventuais posições que, pelo menos por enquanto, não podem deixar de ser dos cidadãos.

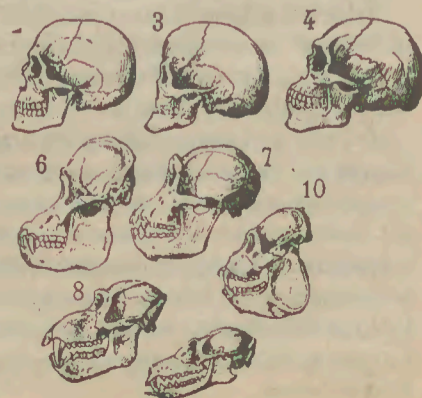
Por outro lado, há a preocupação de "dar sinais aos mercados", sendo estes os financeiros, como se eles não tivessem a sua própria informação conjuntural. Mas

nomia), sublinha-se a aceleração da actividade económica no final de 1996, com perspectivas favoráveis para os primeiros meses do ano em curso. Muito menos entusiasta que o director do DE, o analista de conjuntura do DN não deixa de ser optimista, apesar de referir o desemprego registado, acrescentando ter havido tendência de abrandamento, e a perda de termos de troca em 1996, que justifica um comentário oportuno relativamente à questão da moeda e das transformações cambiais erigidas em desígnio nacional: "A apreciação do escudo, em particular face ao marco, leva a reexaminar que os exportadores tenham de apertar margens para manter a competitividade. A perda em termos de troca nunca é favorável. Mais preocupante é quando o escudo se valoriza."

(O que acaba de ser transcrito deve reter-se para a campanha sobre/contra a moeda única. Não se perca!)

No *Público* do mesmo dia, o analista

(*) - O dicionário à mão (agora o da Porto Editora) esclarece que **sincretismo** é mistura mais ou menos confusa de doutrinas diferentes recebidas sem espírito crítico e, por conseguinte, que não constitui um sistema coerente; forma primitiva de percepção e de pensamento caracterizado por uma apreensão global, indiferenciada, indistinta, verificada nos primeiros estádios de mentalidade infantil, como na mentalidade animal.



1 Sanduíches de avestruz

O dr. Marcolino Vândalo, mais conhecido na vila de Irago por dr. Banda-de-Alho e até dr. Bandalho, não gostou do retrato que fiz dele no meu romance *Sou Toda Sua meu Guapo Cavaleiro*. Achei natural. Ninguém gosta de retratos mais ou menos fiéis. E os retratos, como os espelhos, são-nos sempre adversos. O que as pessoas adoram é a maquilhagem, o ângulo favorável.

Tendo vindo a Londres ao Congresso Internacional das Neuroses Ocupacionais onde apresentou uma tese sobre a dermatite dos lavadores de pratos, algo de muito espalhado entre os milhares de emigrantes portugueses, decidiu meter-se no comboio e vir até Cardiff visitar-me. Como me tinha telefonado antes fui buscá-lo à estação. Duas malas. Uma delas estranha. Semelhava uma lancheira ultramoderna Plunkett, dessas que mantêm a comida fresca durante dias.

Entrou em minha casa. Ofereci-lhe sumos. Ele não esteve com grandes ceri-

grupos musicais fica careca antes dos trinta. O Varandas optou pelo capachinho e os pêlos artificiais caem-lhe nas preparações da farmácia. Alopecia iraguensis, é o que é.

— Isso é uma brincadeira sua, dr. Vândalo. Imagine-se uma calvície ocasionada por se tocar trompete. O sr. dr. está a ir longe de mais!

O meu visitante ficou corado. Mesmo ofendido. Isso via-se. E apalpu a lancheira Plunkett.

— Pois fique a saber que só os portugueses é que sofrem da ciática do bolso traseiro! Só eles e mais ninguém. Ano passado, no Congresso de Turim, fez sensação. O português sempre cauteloso, em gestos repetidos, a certificar-se de que ninguém lhe roubou o porta-moedas. Até dá ao pobre que faz o mesmo gesto, não vá o dinheiro lhe ter crescido por artes mágicas. Que só por artes mágicas cresceria.

— Acho que o dr. Vândalo tem uma certa razão. O português anda sempre a apalpar a carteira. É curioso. Parece que receia que alguém a roube. Vejam-se as senhoras nas ruas de Lisboa. Quando lá vou, o que é raro, fico pasmado. Nunca agarraram um namorado ou um querido qualquer com maior desespero amoroso.

— É que temem um assalto! — exclamou o eterno congressista. — Eu vivo em Irago, como sabe, e o Hotel dos Guilhermes está sempre cheio de inspectores das finanças, auditores, contabilistas, privados e estatais. Eu passo sempre de largo. Só falam de ivas, irre-esses, recibos verdes, azuis, amarelos.

— Eu acho muito bem. O Estado precisa muito de dinheiro. São as pontes novas, as pontes velhas, as Expo de 98, 99, além da Expo 2000, quinhentos anos da chegada ao Brasil. Precisamos de ser conhecidos no mundo. Ninguém quer reconhecer que nós existimos. Temos de salvar o Passado a todo o custo. É o que se faz numa casa brasonada.

— Eu lhe digo, Sacatrapo. Nunca o julguei tão patriota. Afinal você vive na Grã-Bretanha há trinta e dois anos, se as minhas contas não me enganam.

— É verdade. Mas não julgue que não sinto Portugal. O José Lello das Comunidades escusa de se aborrecer comigo. Nunca cá veio, nem ele nem ninguém, mas não preciso. O que me aflige é este problema das vacas loucas. Sabe, dr. Vândalo. Ando assustadíssimo. Aqui na minha área de Roath Park não conheço família que não viva à base de sanduíches de jacaré. Os americanos abriram em Cardiff quatro estabelecimentos especializados. Foi no que deu o governo da Thatcher cujo único mérito foi transportar para a Argentina as Festas Gualterianas.

— Mas isso não é uma festa de Guimarães?

— Engana-se, dr. Vândalo. Lembre-se que havia em Buenos Aires o general



SANDUÍCHES DE AVESTRUZ

■ Alexandre Pinheiro Torres



mónias, o que é de esperar de um homem do seu mérito científico. Disse mal de dois quadros do Cruzeiro Seixas, meu orgulho, e eu, para evitar inúteis conflitos sobre arte, perguntei-lhe que novas doenças teria descoberto desde que nos havíamos encontrado em S. João da Pesqueira.

— Eis um assunto caríssimo aos portugueses — disse. — Porque para eles mudar constantemente de remédios é já meia cura. E é cura inteira declarar-se-lhes que se livrou do que sofria mas que uma diferente já o afecta. O que o alivia. O português adora estar doente. É mesmo a grande diversão dos velhos e das velhas ricas. Sofrer de qualquer coisa dá muito assunto para conversa. Há um homem em Irago, dono de grandes vinhas nas encostas do Bidassoa que já foi submetido a vinte e duas operações. Vinte delas a doenças que não existiam.

— Mas, o dr. Vândalo descobriu algumas de que ninguém se lembraria.

— Sim, é verdade, meu caro Sacatrapo. Você fez-me uma certa justiça no seu romance. Fui eu realmente que descobri o osteoma do cavaleiro e a doença do pé de tango e a escoliose típica do rock-and-roll. Também descobri, como referiu, a neurose da ponta dos dedos e a dermatite dos sapatos flip-flop. Só que você omitiu aquelas doenças típicas dos portugueses, as pátrias obsessões, aquilo a que eu chamo as consequências da **hypocondria lusitaniensis**. Lembra-se da farmácia Costinha de Irago? Pois o Varandas, ajudante, está a sofrer de calvície precoce que afecta os tocadores de trompete. Ele toca na Banda de Irago. Ora, como eu já demonstrei, quem toca trompete em

Gualtieri todo ditador a querer comer as Malvinas. E a matar gente que nem vivia. Vai a Dama de Ferro e rebenta com o Gualtieri. Daí em diante a Argentina, que nos mandava boa carne de vaca, deixou de mandar. Os produtores aqui enlouqueceram. Aumentar a produção, era a ordem da Thatcher. Chegavam a dar de comer às vacas carneiros mais falecidos que mortos, cavalos atropelados, macacos fugidos dos jardins zoológicos. E a Argentina ficou reduzida às Festas Gualterianas.

— Então você, Sacatrapo, tem vivido a sanduíches de jacaré?

— É verdade. Ainda durante algum tempo tivemos o **corned beef** da Etiópia que a Thatcher trocava por tanques de guerra e metralhadoras. Depois, foi a invasão americana do jacaré.

O meu interlocutor bebeu de um gole um sumo de limão.

Espantava-se. Já nem olhava de esguelha para os quadros do Cruzeiro Seixas. Até que recuperou:

— Saiba que essa coisa das vacas deu também muito que falar em Portugal. Até em Irago. A vila chegou a estar cheia de inspectores da qualidade da carne, veterinários e até bruxos de Vilar de Perdizes que vinham fazer cruces sobre a boiada. Aí descobri uma nova doença que deu neles e até nos carneiros. De tanto mergulharem as mãos nas entranhas das vacas apanharam uma dermatite a que eu chamei a dermatite das enzimas pancreáticas do gado bovino. E a asma que provocou? Você sabia que os portugueses são os únicos a sofrer de uma asma provocada por aquela película de polivinil com que se embrulham as costeletas de vitela?

— É um horror, dr. Vândalo. Não quer beber mais nada?

— Talvez, quando eu abrir aqui a minha lancheira, que eu não como sanduíches de jacarés, isso lhe garanto. Agora o que se usa em Portugal é à avestruz. A avestruz pegou de estaca. Há inúmeras e vastas criações de avestruz. Há ainda, no Algarve, restaurantes especializados. Um deles exhibe o leiteiro, **Quanto mais avestruz mais bem sucedido.**

Noutro, em Cacula, já li o anúncio, **Converta-se ao avestruz**, e outro ainda, **Identifique-se com o avestruz**, e outro audacíssimo, **Seja avestruz!**

— E o dr. Vândalo já provou?

— Ora essa, trago a minha lancheira cheia de bifes de avestruz.

— Mas a avestruz não é aquele bicho que enfia a cabeça na areia para não ver o que se passa à volta?

— É verdade, Sacatrapo. No fundo, bem lá no fundo, até é uma táctica correcta para se viver bem. E tão habituados ficaremos com tal estratégia que nunca mais veremos nada. Não distinguir entre o certo e o errado.

O dr. Vândalo abriu a lancheira donde retirou uma corpulenta sanduíche de avestruz.

— Não tem aí um vinhinho para acompanhar?

— Já que vai comer avestruz, talvez um vinho australiano.

— Magnífico, Sacatrapo. Sabia você que a avestruz está na moda, que os deputados de S. Bento deixaram de ir ao Tavares Rico? Agora é só sanduíches de avestruz.

— Deus os benza! — exclamei. — E desculpe dr. Vândalo, ainda não me chegou a falar da **hypocondria lusitaniensis**.

— Bem, agora começa pouco a valer a pena. Com tanta avestruz, todos se refugiaram numa única doença nacional incurável, a síndrome da celebridade, uma espécie de breca no cérebro que, ansioso por respirar o ar livre, já não tem ar que lhe possa valer. A essa doença dei eu o nome de **disfonia cerebrorum** que discutirei no próximo Congresso de Amsterdam, sob a égide de Erasmo, o qual, descobri eu, sofria da prostatite típica dos revisores tipográficos. O Erasmo morreu de cancro na próstata. Isso é que ninguém sabia mas vai saber, meu caro Sacatrapo.

— O dr. Vândalo é um génio! Venha daí uma saduíche de avestruz. Talvez eu precise mudar de dieta, mais do que ninguém. É que eu gostava muito de me habituar a voltar a viver em Portugal, a pequena Austrália da Europa.

— Assim seja, amen.

EM FOCO

A caminho das eleições gerais em Inglaterra

■ Manoel de Lencastre

Onde está o dinheiro?

A esperada vitória dos trabalhadores na eleição parcial de Wirral-South foi a confirmação de que a Grã-Bretanha se prepara para, nas próximas eleições gerais, eleger uma maioria de deputados favorável a Tony Blair. Este, será investido no lugar de Primeiro-Ministro. John Major desaparecerá da cena. Para resolver problemas de inegável fundo cujas raízes mergulham no tempo, surgirão novas contradições.

A esquerda trabalhista, entretanto, aceitará com magnanimidade a euforia dos primeiros «cem dias» do «New Labour», sob a regência de Blair. Depois, as reivindicações dos trabalhadores e do país em geral ganharão a superfície da luta política. Blair tentará gerir melhor o capitalismo do que o haviam feito os conservadores. Assistiremos a uma verdadeira «guerra» em torno de duas questões de enorme importância: a Europa e o projecto de devolução de independência parcial à Escócia e aos galeses.

Se escrevessemos para ingleses, nesta conjuntura, diríamos: «Ladies and gentlemen: the show is on!» Mas, como estamos a escrever para portugueses e portuguesas, diremos, simplesmente: «O grande espectáculo vai começar!» E vai, prometemo-lo!

Blair vai trair esperanças

Os homens que se preparam para dirigir a campanha eleitoral do «Labour Party» são todos de direita, gente que adora e proclama os negócios das multinacionais, que já está alinhada no programa de obediência aos impérios da indústria e da alta finança. Trata-se de Alastair Campbell, que se encarregará da apresentação da política do partido junto dos meios de comunicação social; de Philip Gould, especialista em consultas à opinião e na análise das mesmas; Gordon Brown, o chanceler-sombra, que presidirá a um comité de estratégia eleitoral; Brian Wilson, que estará a cargo dos ataques e dos contra-ataques no sector da «roupa suja» e da linguagem devastadora e cortante quando o grande debate nacional o exigir; Tom Sawyer, secretário-geral do «Labour», o controlador da máquina partidária; Peter Mandelson, conhecido como o «génio do Mal», será o elemento que supervisionará o plano do partido e, de uma maneira geral, toda a campanha. O grande actor, evidentemente, será Tony Blair, sorridente, esbanjando expressões optimistas, sempre erguendo os olhos ao céu como se inspirado por estranhas e únicas visões. Para todas estas pessoas, as eleições não se ganham explicando ao eleitorado as tragédias a que os governos «tories» expuseram o povo britânico desde 1979 e propondo a reviravolta política que toda a Grã-Bretanha deseja – será preciso, na óptica destes tecnocratas da política de apresentação, saber dizer o mesmo mas pretendendo que se diz o contrário – numa palavra, saber enganar o povo.

Se tudo se confirmar, os trabalhistas constituirão o próximo governo com uma maioria que irá dos 50 aos 200 deputados. Blair & C.º. governarão «nas calmas» se essa maioria atingir números superiores a 150 deputados. Mas, se for inferior, os deputados da esquerda estarão em condições de arbitrar quase todas as grandes questões e poderão ter nas mãos o destino do governo. Alguns desses verdadeiros representantes dos interesses do povo britânico, como Tony Benn, Ken Livingstone, Tony

Banks, levarão à Câmara as mil e uma queixas do povo e sensibilizarão todo o partido para a histórica necessidade de fugir-se à repetição da política conservadora. O «Labour Party» cometerá uma espécie de «hara-kiri» se tentar fazê-lo.

A luta será nas ruas

Entretanto, o Partido Comunista, dirigido por Mike Hicks, o jornal diário «Morning Star», toda a organização extremamente valiosa que permanece em posições de grande importância nos Sindicatos, exigirão, nas ruas, que o Parlamento não traia os votos que serão contados, assim se espera, no próximo dia 1 de Maio. Uma enorme questão, que não deixaremos de analisar para os leitores do «Avante!», da qual surgirão acontecimentos que poderão chocar o mundo que não conheça bem o actual estado de espírito do povo britânico e a sua disposição para a luta. Estamos certos de que a vitória eleitoral dos trabalhistas dará lugar a uma situação diferente daquela que os direitistas do «Labour» capitalista projectam. A luta será transferida para as ruas. Ninguém deseja ver o poder conquistado nas urnas transferir-se para um grupo de políticos da classe média que olham os trabalhadores com extrema desconfiança e não sentem os seus interesses. Serão exigidas novas leis que acabem com o trabalho à tarefa, que defendam os mais vulneráveis, que ponham fim à pobreza e abram perspectivas à juventude, que atenuem, pelo menos, o poder dos monopólios internacionais sobre a sociedade, que retomem para o campo nacional os grandes serviços básicos que foram «vendidos» ao capitalismo: os telefones, a água, a luz, o gás, os comboios, tudo o que já pertencia ao povo deste país e lhes foi arrancado através de uma campanha de mentiras iniciada por Margaret Thatcher e continuada por John Major.

Toda a Grã-Bretanha social, política, económica, vividos os «cem dias» que já referimos, entrará uma nova era. Não será a era de Blair. Será a de todo um povo que, confrontado com realidades ásperas e dolorosas, pensa que já não há tempo a perder. A eleição dos trabalhistas, será uma coisa; a exigência de um conjunto de medidas que defendam os interesses nacionais e os do povo, será outra. Tudo indica que os «tories» serão trucidados e que a vitória pertencerá ao povo britânico. Ao ambiente de euforia que se estabelecerá após essa vitória, seguir-se-á a prova da realidade – ninguém está preparado para aceitar de Tony Blair uma política conservadora nº 2. Já estamos a ver Mr. Blair ou Mr. Brown, imensamente sérios, no estilo que se pretende responsável, argumentando: «Mas onde está o dinheiro?» O povo britânico sabe perfeitamente onde se encontra o dinheiro para que seja materializada a política nova que exige. E lutará para que esse dinheiro (a Grã-Bretanha é um dos países mais ricos do mundo) apareça. Ei-lo!

O poder de fogo do capitalismo

Basta que passemos os olhos, com brevidade, sobre aquilo a que os analistas chamam o «valor» dos Bancos principais nacionais ou não que operam no país. É uma lista «nobre» que não fugimos à tentação de transcrever:

	Milhões de dólares
1. HSBC (Hongkong & Shanghai Banking Corporation), que incorpora o Midland Bank:	65.775
2. Citicorp;	48.573
3. Lloyds	39.132
4. Chase-Chemical	37.169
5. Barclays	30.555
6. Deutsche Bank	25.062
7. Netwest (National Westminster Bank)	22.921
8. UBS (Union de Banques Suisses)	22.075
9. ABN Amro (Amsterdam-Rotterdam)	20.838
10. Societé Générale	9.902

Lucros dos principais Bancos britânicos	1995	1996 (projectados)
1. Barclays Bank	£2,083 milhões	£2,475 milhões
2. HSBC, incluindo Midland Bank	£3,672 milhões	£4,500 milhões
3. Lloyds Bank	£1.650 milhões	£2.400 milhões
4. Natwest	£1,753 milhões	£1,250 milhões

Capitais depositados em Fundos de Investimento Britânicos

	No Reino Unido	Estrangeiro	Total
Pensões de reforma	£ 519 biliões	£232 biliões	£ 751 biliões
Seguros	£ 556 biliões	£ 68 biliões	£ 625 biliões
Unit Trusts	£ 111 biliões	£ 36 biliões	£ 147 biliões
Trusts de Investimento	£ 45 biliões	£ 3 biliões	£ 48 biliões
Outros		£163 biliões	£163 biliões

Capitais investidos (por empresa especializada na respectiva gerência)

Prudential Portfold Managers	£ 82,1 biliões
Mercury Asset Management	£ 75,6 biliões
Schroder Investment Management	£ 74 biliões
Commercial Union Investment Management	£ 66 biliões
Morgan Grenfell Asset Management	£ 66 biliões
Fleming Investment Management	£ 55,6 biliões
PDFM	£ 52,1 biliões
Standard Life	£ 43,7 biliões
Invesco	£ 41,7 biliões
Norwich Union	£ 41 biliões
Legal & General	£ 35,6 biliões
BZW Investment Management	£ 34,7 biliões

Principais Bancos de Investimento que operam na City e respectivos volumes de negócios em 1996

Lazard Houses	£ 12,003 milhões
Morgan Stanley	£ 11,085 milhões
Goldman Sachs	£ 10,185 milhões
Crédit Suisse Firts Boston	£ 9,980 milhões
JP Morgan	£ 9,386 milhões
Merril Lynch	£ 8,236 milhões
SBC Warburg	£ 5,896 milhões
Lehman Brothers	£ 4,289 milhões
Rotschild Group	£ 3,907 milhões
Societé Générale	£ 3,756 milhões
Schroeders	£ 3,743 milhões
Baring Brothers	£ 3,216 milhões
Kleinwort Benson	£ 3,117 milhões
UBS	£ 2,491 milhões
Banque Paribas	£ 2,236 milhões
BZW	£ 2,164 milhões
Deutsche Morgan Grenfell	£ 1,997 milhões
Robert Fleming	£ 1,767 milhões
Hambros Bank	£ 1,160 milhões
Natwest Markets	£ 884 milhões

Volume de negócios no «Euromercado», em 1996, por área geográfica ou nacionalidades

Área	Valor em milhões de dólares
Supranacional	820,124
América do Norte	33,446,480
Europa Ocidental	259,507,625
Europa Oriental	11,885,174
Médio Oriente	13,312,085
África	8,108,610
Subcontinente Indiano	4,093,124
Sudoeste Asiático	7,452,923
Austrália e Pacífico	688,490
América Latina	19,654,546
América Central	1,895,842
Outros	295,000

Total: 559,140,031 milhões de dólares

Eis onde está o dinheiro. Mas, Blair & Co. não desejarão pôr nele os olhos, quanto mais as mãos. Os novos tempos exigirão, contudo, que sejam tomadas medidas de profundo alcance económico e social. A pergunta clássica «Onde está o dinheiro?», surgirão respostas.

EM FOCO

■ Eugénio Rosa

A Segurança Social em Portugal – Que fazer?

Nos dois artigos anteriores procurámos identificar alguns dos problemas mais importantes com que se debate a segurança social no nosso país. E isto porque só a partir do conhecimento concreto da realidade é que se poderão encontrar soluções adequadas para os problemas que existem.

Neste artigo, iremos apresentar alguns contributos para a elaboração dessas soluções, mas, antes, vamos recordar, embora muito resumidamente, as conclusões mais importantes dos dois artigos anteriores. Assim mostrámos que:

- A segurança social no nosso país continua a caracterizar-se, mesmo com o governo do PS, por uma grande falta de transparência, o que, por um lado, determina que aspectos importantes da realidade sejam ocultados aos portugueses, e, por outro lado, dificulta qualquer estudo sério dos problemas da segurança social;
- Os défices regimes não contributivos (Pensão Social) e dos reduzidamente contributivos (Regime Especial dos Agrícolas, Regime dos Ferroviários), e da acção social têm sido e continuam, em parte, a ser suportados pelo Regime Geral dos trabalhadores por



conta de outrem. Calcula-se que estes défices tenham custado ao Regime Geral, só entre 1985 e 1996, cerca de 2.000 milhões de contos a preços actuais;

• O financiamento da parcela não contributiva da pensão mínima do regime geral tem sido e continua a ser suportado apenas pelos descontos dos trabalhadores por conta de outrem e respectivas empresas do Regime Geral. O custo desta parcela custou só em 1995 cerca de 259 milhões de contos. Embora os sucessivos governos, incluindo o actual, não publiquem anualmente dados sobre mais este “défice”, no entanto se se considerar os últimos 10 anos, o seu custo para o Regime Geral terá sido certamente superior a 1.000 milhões de contos a preços actuais;

• O défice do subsistema de pagamento de subsídios de desemprego, que inclui o subsídio social de desemprego, portanto um subregime não contributivo, tem sido e continua a ser suportado apenas pelo Regime Geral dos trabalhadores por conta de outrem. Calcula-se que entre 1986 e 1996 estes défices tenham custado ao Regime Geral cerca de 600 milhões a preços actuais;

• O crescimento contínuo das dívidas das empresas à segurança social, que não entregam mesmo aquilo que descontam directamente nos salários dos seus trabalhadores, o que faz perder à segurança social elevado volume de receitas. No fim de 1996, calcula-se que estas dívidas devam atingir os 480 milhões de contos, sem incluir os juros de mora;

• A fuga maciça de pagamento de contribuições à segurança social.

• A existência de cerca de 60 taxas diferentes de descontos a nível da segurança social, e de diferentes bases de cálculo, a que se aplicam aquelas taxas, o que cria desigualdades, e determina a perda de elevados volumes de receita;

• A existência de uma sistema de financiamento desajustado da realidade actual, que determina que não sejam as empresas com mais lucros as que mais contribuem para a segurança social (muitas vezes acontece precisamente o contrário), que incentiva o despedimento ou a não criação de postos de trabalho, e que gera desigualdades entre as próprias empresas.

Com base na análise concreta feita, que está longe de esgotar esta matéria, a reforma da segurança social a realizar no campo do financiamento devia ter, a nosso ver, pelo menos os seguintes objectivos:

Necessidade de transparência

Neste momento, não existe transparência a nível de toda a segurança social, parecendo até que o governo está interessado em manter tal situação, pois nada tem feito para a alterar. Assim, em clara violação do artº 63 da Constituição, as associações sindicais continuam marginalizadas da gestão da segurança social. Por outro lado, não é possível, com base nos orçamentos e contas da segurança social apresentadas pelo governo, incluindo o actual, saber quais são as receitas e as despesas de cada regime, quais as receitas e as despesas do regime dos independentes que abrange os

mente sucede. Para além disto, é preciso apurar os meios financeiros desviados ao longo dos anos do regime geral para financiar despesas que não deviam ser só suportadas por ele, o que provocou uma profunda descapitalização, e estudar formas de fazer “regressar” esses meios financeiros (em 10 anos apenas, e com base numa primeira estimativa que fizemos, que não é completa, obtivemos 3.600 milhões de contos). O próprio Ministro da Solidariedade Social já reconheceu a existência uma dívida grande do Estado à segurança social, mas ainda nada fez para a resolver.

Luta contra a evasão e a fraude

Tal como sucede em relação à evasão e fraude fiscal, é urgente intensificar a luta contra a fuga maciça ao pagamento de contribuições, que faz perder à segurança social, todos os anos, muitas centenas de milhões de contos (só em 1997, estimamos 557 milhões de contos). E esta fuga maciça torna-se facilmente compreensível, se se tiver presente que a administração fiscal e os serviços de fiscalização da segurança social continuam actualmente de costas um contra outro, não fazendo qualquer cruzamento de dados, nem partilhando informação. Por ex., um contribuinte poderá declarar ao fisco um rendimento dez vezes superior ao rendimento declarado para efeitos de desconto para a segurança social, que ninguém dá por isso. É urgente que os diversos serviços do Estado unam esforços no combate à fuga maciça ao pagamento de contribuições à segurança social.

É preciso acabar com a proliferação de taxas

A nível da segurança social existem 60 taxas diferentes, e múltiplas bases de descontos (uns descontam sobre remunerações efectivas, outros sobre valores que arbitrariamente escolhem). É também urgente acabar com esta grave desigualdade, e construir todo um sistema de “descontos” muito mais coerente e consistente, de forma que as taxas de descontos sejam proporcionais aos benefícios a que se tem direito, o que não acontece actualmente.

É urgente mudar o sistema de financiamento

O actual sistema de financiamento, que tem mais de 35 anos, está profundamente desactualizado. Como se sabe, as empresas “descontam” para a segurança social com base no volume de salários que pagam, o que dá origem que contribuam para a segurança tanto mais quanto maior for o número dos seus trabalhadores. No entanto, muitas vezes sucede que não são as empresas que empregam mais trabalhadores as que obtêm necessariamente maiores lucros. Não poucas vezes sucede precisamente o contrário. Uma solução seria o cálculo das contribuições das empresas com base não no volume de salários pagos, mas sim no valor de riqueza criada, ou seja, no VAB. Para garantir uma receita não inferior à actual, numa fase transitória, nenhuma empresa poderia contribuir com um valor inferior ao que se obtém calculando o “desconto” com base no total de remunerações pagas. De acordo com cálculo que fizemos, as maiores 500 empresas instaladas em Portugal estão a contribuir para a segurança social, em média, com 6% do seu VAB, e cada aumento de um ponto percentual daria um acréscimo de receita para a segurança social avaliado em 30 milhões de contos por ano.

É urgente eliminar as dívidas das empresas

As dívidas à segurança social têm crescido à média de 40 milhões de contos por ano. E isto apesar das “novas” medidas anunciadas por todos os governos. Outros países enfrentaram o mesmo problema, e decidiram aplicar medidas mais efectivas. Por exemplo, apreensão dos carros, incluindo os pessoais, de gerentes e administradores. E os resultados foram surpreendentes. É preciso substituir o actual sistema de permissividade, em que periodicamente se publica nova legislação, para dar cobertura legal ao não pagamento, já que se estabelecem longos prazos para o fazer, que depois ninguém cumpre, por um combate mais real e efectivo.

gerentes e administradores de empresas, em que a esmagadora maioria desconta apenas sobre um salário mínimo nacional; o mesmo se pode dizer para os jogadores de futebol, para o clero, etc.; também não se consegue saber que regimes ou subsistemas têm défice e qual é dimensão correcta desse défice, e quem os financia; etc. Para introduzir a transparência na segurança social, é necessário proceder a uma profunda reorganização de todo o sistema quer de elaboração dos orçamentos, quer de prestação de contas, quer de informação e de controlo. E a urgência é grande, se se tiver presente que a segurança social já movimentava mais de 1.200 milhões de contos por ano.

Separação clara entre os diversos regimes

A segunda medida importante é separar claramente o que são regimes contributivos do que não são, pois as suas formas de financiamento têm de ser diferentes. Isto porque os regimes contributivos deverão em grande parte serem financiados pelos beneficiários e empresas em que trabalham. Por exemplo, não aceitável que cerca de 80% dos beneficiários do regime dos independentes, que abrange já cerca de um milhão de portugueses, esteja a descontar sobre um salário mínimo nacional ou menos, correndo-se o risco de que, na idade da reforma, uma parte significativa das suas pensões tenham de ser pagas pelos descontos dos trabalhadores por conta de outrem do regime geral. Por outro lado, não é aceitável que os défices, ou parte deles, dos regimes não contributivos, como são o da pensão social, o regime especial dos agrícolas, a parte não contributiva da pensão mínima do regime geral, o próprio subsídio social de desemprego, bem como uma parte significativa dos custos da formação profissional e das chamadas medidas activas de emprego, sejam financiadas apenas com os descontos dos trabalhadores por conta de outrem e das empresas em que trabalham. É necessário que todas estas despesas passem a ser financiadas por toda a sociedade, com base em impostos, e não apenas por uma parte dela - os trabalhadores por conta de outrem -, como actual-

PONTOS CARDEAIS



O país do totoloto

O prémio de 900 mil contos do totoloto dominou esta semana a actualidade nacional, com a generalidade dos órgãos de Comunicação Social - com relevo para as televisões - a cobrir a par e passo o acontecimento. A pressão informativa foi de tal ordem que houve directos nos telejornais para o encerramento das apostas bem como para as primeiras contagens do escrutínio. Mas o pior estava para vir: assim que se apurou um totalista - ao que consta, de Olhão - as televisões lançaram-se numa verdadeira caça ao homem, obrigando o feliz contemplado a um infeliz mergulho na «clandestinidade» para escapar à perseguição dos jornalistas. Nem assim os estrénuos «caçadores do

acontecimento» desistiram: assentando arraiais em Olhão, desataram a disparar perguntas para todo o lado, começando pela agente do totoloto local que registou a matriz vencedora. Como esta, no cumprimento da salvaguarda do anonimato a que está obrigada, não denunciase o vencedor, os inquiridores buscaram novidades em quem se lhes atravessasse no caminho, provocando uma onda de histeria que, em pouco tempo, «descobriu» vários presumíveis acertadores, assistindo-se ao espectáculo de pessoas a serem incomodadas nas suas casas sob a «acusação» de serem o clandestino vencedor do concurso.

E com isto se fizeram as primeiras páginas de todos os noticiários durante vários dias, transformando Portugal num país de totoloto...

O «dono do acordo»

Marcelo Rebelo de Sousa não está a deixar créditos por mãos alheias e, falando pelos cotovelos como é de sua condição, esmifra-se a propalar por todo o País a bondade do acordo que o seu PSD estabeleceu com o PS de António Guterres em matéria de revisão constitucional. A sobrançeria do presidente do PSD vai ao ponto de passar atestados de seriedade ao actual Primeiro-Ministro e quem o ouve fica convencido que foi Marcelo Rebelo de Sousa que pôs e dispôs no arranjinho, definindo o que entra e o que não entra, cabendo ao PS o papel de embrulho em tudo isto. O que, como se suspeita, não anda longe da realidade.

Santer em desgraça

Quem parece estar em queda livre é o presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, que Helmut Kohl e Jacques Delors querem ver rapidamente pelas costas,

As palhaçadas do PP...

Continua a bizarra campanha do PP contra as «alianças», com Manuel Monteiro a espetar o dedo garantindo que não as admite além de Lisboa e o resto do partido a negociar alegremente com o PSD a manutenção dos tachos. No último conselho nacional parecia que fazia vencimento a ideia do líder, mas logo a seguir surge a notícia que em Sintra estão «reunidas as condições» para uma coligação com o PSD, com um pormenor: essas «condições» configuram as que Manuel Monteiro «exige» para que haja coligação apenas em Lisboa! Enfim, uma confusão. No meio disto, o líder Monteiro continua a desunhar-se em ideias para aparecer diariamente nos telejornais. Agora anda pelas universidades e lá o vimos há dias na cantina da Universidade de Lisboa, de tabuleiro na mão por entre a indiferença da totalidade dos alunos, seguido ridiculamente pelas equipas de reportagem da televisão que, apesar do empenho, não puderam alterar a realidade dos factos, cuja saltava à vista: ninguém ligou péva ao rapaz...

...e as palhaçadas de Jardim

Mas nisto de palhaçadas, Alberto João Jardim nunca quer ficar atrás, pelo que resolveu anunciar que não voltaria a participar nos cursos carnavalescos da Madeira. Razão de tão grave perda para a diversão nacional, segundo as palavras do próprio Jardim: «Enquanto Portugal for um País em que os direitos, liberdades e garantias individuais dos cidadãos não são respeitadas, não posso entrar em mais coisa nenhuma.» É o que se chama fazer o mal e a caramunha.

O navio da América

A notícia foi devidamente acarinhada pela RTP através do seu correspondente em Washington, mostrando o novo gesto de amizade dos EUA para com Portugal: a oferta de um navio «quase novo» para pesquisas hidrográficas, um budo de 200 mil contos que surgiu no quadro das contrapartidas pela presença americana na Base das Lajes, nos Açores. Tratou-se de um gesto que «mostra a importância que os EUA dão ao nosso país como parceiro estratégico», afirmação que, pasme-se, nem sequer foi feita por um responsável norte-americano (aliás, nem um se dignou a dizer umas palavras para a reportagem), mas por um oficial da Marinha portuguesa, pelos vistos muito por dentro dos afectos que os americanos têm pelo nosso país. Esse «afecto» seria dias depois reafirmado - desta vez por um norte-americano - quando o novo comandante da Base americana das Lajes, coronel Rodney Gibson, afirmou no seu discurso de posse que «não estão fora de questão novos despedimentos de trabalhadores portugueses na Base das Lajes», dado que «há cortes orçamentais muito severos na administração norte-americana». Deve ser para descontar os 200 mil contos gastos com a oferta do navio oceanográfico...

PONTOS NATURAIS

Novos Salmos

Guerra Psicológica

Vieram dizer-te que as tuas muralhas estão fechadas para sempre que nunca mais poderás sair delas sem que os teus sitiante to permitam (e eles não te permitem).

São os sitiante que te mandam tais recados. Mas quem sabe o que está escrito no Livro do Senhor sabe que eles não podem mais do que as folhas que tombam pelo Outono.

Pessoal

Enquanto foste moço plantaste a tua vinha e bebeste o néctar dos astros (era o tempo em que Deus estava vivo dentro das tuas pálpebras).

Bem-aventurados os que o continuam bebendo pela vida fora! Bem-aventurados aqueles em quem o Senhor pôs confiança!

Porque as montanhas se sucedem e os rios levam a imagem deles reflectida.

Com a CGTP

Disse o amo aos seus servos: - Vinde trabalhar para as minhas herdades. Terão almoço, jantar, ceia e gozarão à tarde durante alguns minutos a sombra de uma árvore.

Foram. Mas o amo obrigou-os a trabalhar de sol a sol e a respeito da tal sombra, viste-a!

- E agora, Senhor? (eis que interrogam)



Gravura de Paula Rego

- Agora - respondeu ele - o melhor é combinarem a luta com a CGTP.

Actualidade

Carregados de anéis sentaram-se à mesa para cozinhar a lei. Disseram: - Tem de ser uma lei que seja a nossa.

Mas o povo que estava reunido na praça disse com suas bandeiras: - É o que vamos ver.

Confiante porque o sol estava no meio deles como se fosse a sua natural constelação.

Mário Castro

AGENDA

Reuniões e plenários

IV Assembleia da Organização Concelhia de Coimbra do PCP

Dia 8 às 15h, no Auditório da Esc. Superior de Educação, com a participação de

Carlos Carvalhas

que intervirá na sessão de encerramento às 18h e participa no Jantar-convívio no Restaurante das Piscinas, às 19h30

Assembleia da Organização Concelhia de Torres Novas

Dia 8 às 16h, no CT, com a participação de **Henrique Sousa**

Assembleia da Organização Concelhia de Alpiarça

Dia 9 às 9h30, no CT, com a participação de **Edgar Correia**

I Assembleia da Célula da Portugal Telecom

Dia 15 às 10h30, no CT da Av. Duque de Loulé, com a participação de **António Andrez**

Assembleias preparatórias da 4.ª Assembleia da OR Porto

Nos próximos dias realizam-se as seguintes assembleias para debate e eleição de elegados: dia 8 em **Gondomar** (16h, Esc. C+S. de S. Pedro da Cova), em **Matosinhos** (no CT, das organizações de Matosinhos, Guifões, Lavra, Leça da Palmeira, Perafita, Santa Cruz do Bispo), no **Porto** (de todas as freguesias, às 18h no CT da Boavista) e em **Vila Nova de Gaia** (no Auditório da Assembleia Municipal); dia 9 em **Paredes** (às 10h, na JF de Recarei) e em **Santo Tirso** (às 11h, na Esc. do Ens. Básico de S. Rozendo).

Carlos Carvalhas visita Santiago do Cacém

Na próxima terça-feira, 11 de Março, o Secretário-geral do PCP desloca-se a Santiago, onde se encontrará com estruturas partidárias, eleitos autárquicos e populações do concelho. Às 14h30 será recebido na Câmara Municipal e em seguida visitará a costa de Santo André e as obras de infra-estruturação da SONEGA.

Dia da Mulher na Madeira

No âmbito das comemorações do Dia da Mulher, a Organização das Mulheres Comunistas promove uma iniciativa no dia 8 de Março com o propósito de homenagear todas as mulheres madeirenses que se destacaram em diversas lutas. A sessão-convívio prevista decorrerá no CT do PCP do Funchal e terá a presença da camarada Rosa Rabiais.



Palmela

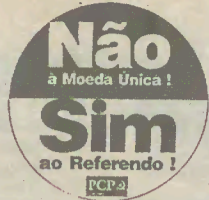
Quarta-feira, 12, às 18h30 no Restaurante Retiro Azul Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU à CM e AM com a participação de **CARLOS CARVALHAS**

S. Domingos de Rana

Almoço-convívio seguido de encontro sobre as Eleições Autárquicas, com a presença de **Carlos Rabaçal**, candidato da CDU à CM de Cascais: dia 9 a partir das 13h, no CT de Tires.

Angeja (Albergaria-a-Velha)

Reunião de activistas da CDU da freguesia sobre as eleições autárquicas de 1997, com a participação de **António Salavessa**: dia 11 às 21h30.



Braga

Debate sobre a Moeda Única
Dia 7, às 21h30, na Casa dos Crivos,
com a participação de **Honório Novo**

Alcácer do Sal

Debate:
"Moeda Única - o que é?"
Dia 14, às 21h, na Biblioteca Municipal,
com a participação de **Joaquim Miranda**

Lumiar/Lisboa

Sessão-debate sobre a Moeda Única
Dia 12, às 21h30, no CT do Lumiar
com a participação de **Lino de Carvalho**

AVEIRO

"Os Impactos da Revolução Científica e Técnica"
- debate orientado pelo cientista **Francisco Silva**, autor do livro "Fronteiras do Futuro"
Hoje, dia 6, às 21h30, na Biblioteca Municipal

LISBOA

"Mulheres - Situação actual na sociedade"
- debate promovido pelo Sector Novos Quadros do SI da ORL
com a participação de **Rosa Xisto (MDM)**, **Odete Santos** (deputada do PCP), **Margarida Botelho** (jornalista)
Quinta-feira, 13, às 20h, no CT Vitória

Associação de Amizade Portugal-Cuba

AS MELHORES VIAGENS AOS MELHORES PREÇOS NA PÁSCOA
14 dias em Cuba
De 25 de Março a 8 de Abril
Santiago - Havana - Varadero
(Informações: Tel. 3857305)



SEIXAL

Almoço comemorativo com a participação de

ÁLVARO CUNHAL

e dos candidatos da CDU à AM e CM do Seixal
Dia 9 de Março na Quinta Valenciana (inscrições nos CTs do concelho)

BEJA

Ourique - Almoço no Salão Palma, com **Jerónimo de Sousa**: dia 8, às 13h, seguindo-se tarde cultural.
Almodôvar - Jantar no CT, com **Jerónimo de Sousa**: dia 8 às 19h

BRAGANÇA

Mirandela - Almoço no Rest. "Terra Quente", com **António Lopes**: dia 9 às 12h30

CASTELO BRANCO

Fundão - Jantar no Rest. Hermínia, com **Francisco Lopes**: dia 7 às 20h

COIMBRA

Figueira da Foz - Jantar no Rest. "Europa", com **Jerónimo de Sousa**: dia 14 às 20h
Penacova - Almoço em Oliveira do Mondego: dia 9
Lousã - Almoço na Filarmónica Lousanense: dia 9

ÉVORA

Évora - Beberete comemorativo no CT: dia 6 às 18h30; almoço no "Monte Alentejano", com **Vitor Dias**: dia 8 às 13h
Mora - Almoço, com **Aurélio Santos**: dia 8 às 13h
Borba - Almoço, com **Albano Nunes**: dia 8 às 13h
Redondo - Jantar, com apresentação do cabeça de lista da CDU à CM, no Rest. "Galito" (Aldeia da Serra): dia 9
Vendas Novas - Festa-convívio, com **Luís Sá**: dia 8 às 21h
Alandroal - Almoço, com **José Soeiro**: dia 9 às 13h

FARO

Jantares em Faro (no CT) e em Tavira (Rest. "Alcatruz"): dia 7 às 20h
Almoços em Portimão (Esc. C+S José Buisel), Silves (Esc. Preparatória), V. Real Sto. António (Esc. Secundária): dia 9 às 13h
Jantar em Monchique (no CT): dia 15 às 20h
Almoços em Messines (no CT), Castro Marim (Rest. "A Barragem") e Albufeira: dia 16 às 13h
Jantar em Lagos: dia 22 às 20h
(Estas iniciativas contarão com a presença e intervenção de **Carlos Luís Figueira**, **João Zagalo**, **Mário Sousa**, **Carlos Leal**, **José António Teixeira**)

LEIRIA

Caldas da Rainha - Almoço (no CT), com **Fernanda Mateus**: dia 9 às 13h
Leiria - Jantar no Rest.-Bar do NERLEI (Campo da Feira): dia 8 às 20h

LISBOA

Amadora - Almoço no CT da Damaia, com **António Filipe**: dia 9 às 12h30
Cascais - Lanche-convívio em Alcabideche, no CT local: dia 8 às 15h
Loures - Convívio no CT de Santa Iria de Azóia: dia 6 às 21h30; almoços no CT de Apelação (com **Manuel Veiga**) e de S. João da Talha (com **António Andrez**): dia 9 às 13h
Torres Vedras - Jantar no Rest. "Moinho do Paúl", com **José Casanova**: dia 8 às 20h30
Vila Franca de Xira - Jantar-convívio dos Sectores Saúde da ORL/Saúde V.F.Xira no CT de A-dos-Loucos: dia 14 às 20h (Inscr. nos CT de V.F.Xira e Vitória - cam's. **Celestina Leão** ou **Margarida Aboim**)
Sector Função Pública - Jantar no CT Vitória, com **Agostinho Lopes**: dia 12 às 20h

PORTALEGRE

Festa-convívio em Benavila, almoço em Campo Maior e encontros de militantes em Foros de Arrão e Montargil: dia 8
Festa-convívio em Ervedal e encontro em Vale de Maceiras.

Iniciativas comemorativas promovidas pelas organizações do Partido

VILA FRANCA DE XIRA

Almoço-convívio com a participação de

CARLOS CARVALHAS

Dia 9 de Março no Pavilhão do Cevadeiro (inscrições nos CT's do concelho)

PORTO

Gondomar - Jantar na Esc. C+S de S. Pedro da Cova: dia 8 às 20h
Maia - Jantar no Rest. "Vesúvio": dia 8 às 20h
Porto - Jantar no CT da Boavista, com **Ilda Figueiredo**: dia 8 às 20h
Santo Tirso - Almoço na Esc. do Ensino Básico de S. Rozendo, com **José Timóteo**: dia 9 às 13h
Vila do Conde - Jantar no Rancho das Rendilheiras do Norte, com **João Amaral**: dia 7 às 20h30.
Sector Intelectual - Jantar no CT da Boavista, com **Urbano Tavares Rodrigues**: dia 6 às 20h30

SANTARÉM

Alpiarça - Almoço no Rest. da Alpiagra, com **Edgar Correia**: dia 9 às 13h
Coruche - Jantar no Rest. "O Farnel", com **Albano Nunes**: dia 7 às 20h
Torres Novas - Jantar no Rest. "Arcada", com **Henrique Sousa**: dia 8 às 20h.
Chamusca - Almoço no Pinheiro Grande (Parque Desportivo), com **Luís Sá**: dia 9 às 13h
Santarém - Almoço no Rest. da Estação Zootécnica (Vale de Santarém), com **Agostinho Lopes**: dia 9 às 13h

SETÚBAL

Encontro-convívio dos trabalhadores comunistas da Auto-Europa na Quinta da Atalaia, com **Domingos Abrantes**: dia 8 às 10h
Almada - Almoços no Pragal (Rest. "O Rianço") e na Costa da Caparica (no CT local): dia 9
Grândola - Almoço no Pavilhão da Feira, com **Octávio Teixeira**: dia 9 às 13h
Moita - Almoços na Baixa da Banheira e em Alhos Vedros: dia 9 às 13, nos Centros de Trabalho respectivos.
Vendas de Azeitão - Almoço no G.M. União e Progresso, com **Jerónimo de Sousa**: dia 16 às 13h

COMÍCIO FESTA 7. Março

(6ª feira)
21.00h - Pav. Desportos



Com **Carlos Carvalhas**

participação da **Brigada Vitor Jara**

Com o PCP novo rumo para Portugal

Autocarros do concelho de SINTRA

Partidas:
20h00 - CT de Mem-Martins
20h10 - Mercês (junto às bombas da gasolina)
20h15 - CT de Rio de Mouro
20h30 - CT do Cacém
20h40 - Idanha (junto aos Cafés)
20h45 - Queluz (4 Caminhos, junto às paragens)

Autocarros do concelho de AMADORA

Partidas:
20h00 - Lg. de Carenque
20h15 - A-da-Beja
20h20 - Brandoa (Alto)
20h25 - Brandoa (Largo)
20h30 - Falagueira (Café Piteira)
20h35 - Venda Nova (Lab. Viúria)

20h00 - Centro Comercial Babilónia
20h15 - Reboleira Norte (Café Florença)
20h20 - Reboleira (Bingo do Estrela)
20h30 - Damaia (Monumento)
20h40 - Buraca (Centro de Saúde)

TELEVISÃO

Quinta, 6

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Em Jogo
13.55 Malha de Intrigas
14.40 O Campeão
15.35 Seleção RTP
16.30 Emoções Fortes
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.05 Sobrevivência
19.00 País País
19.30 Futebol: Benfica-Fiorentina
21.40 Telejornal
22.30 Enviado Especial
23.05 Vidas de Sal
24.00 Imparáveis
00.45 24 Horas
01.15 RTP/Financial Times
01.30 Automobilismo (Mundial de Ralis)
02.00 Olho Vivo
02.30 Bom Bordo

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.15 Infantil
19.35 Encontros Imediatos
20.00 Acasos da Guerra
20.30 Olhar Amargo
21.15 Remate
21.30 Olhar Amargo
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Irmãos Inseparáveis (de David Cronenberg, Can./1988, com Jeremy Irons, Geneviève Bujold, Heidi Von Palleske, Barbara Gordon. Ver Destaque)
0.55 Falatório

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 João Soares
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 As Aventuras de Camilo
21.25 O Rei do Gado
22.25 Casos de Polícia
23.30 Viva a Liberdade
00.35 Último Jornal
00.55 Vida de Casal
01.55 Contos de Arrepiar
02.40 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & C²
18.10 California Dreams
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.10 Xica da Silva
21.00 Melrose Place
21.45 Futebol: Barcelona-AIK de Estocolmo
23.45 TVI Jornal
00.10 A Balada de Hill Street

Sexta, 7

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Olho Clínico
14.30 Malha de Intrigas
15.00 O Campeão
16.00 Os Principais
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.05 100% Natural
19.00 País País
20.00 Telejornal
20.45 Vidas de Sal
21.45 34^o Festival RTP da Canção
00.50 Cobra é a Lei (de George Erschbamer, Can./1992, com Lorenzo Lamas, Minor Mustain, Tracey Cook. Acção)
02.20 Automobilismo (GP da Austrália)
03.00 Filmes: Corrida Mortal (de Paul Schneider, EUA/1995, com Kate Jackson, Corbin Bernsen, Michael Damian. «Thriller»)
04.35 Somente Tu (de Betty Thomas, EUA/1992, com Andrew McCarthy, Kelly Preston, Helen Hunt, Daniel Roebuck. Comédia Romântica)
06.10 O Segredo de Fedora (de Billy Wilder, RFA/1978, com William Holden, Hildegard Knef, Marthe Keller, Jose Ferrer, Michael York. Ver Destaque)

RTP 2

12.00 Missa (pelo Aniversário da RTP)
16.00 Informação Gestual
16.40 Euronews
17.15 Infantil
19.40 Colditz
20.30 Carolina na Cidade
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 A Mosca (de David Cronenberg, EUA/1986, com Jeff Goldblum, Geena Davis, John Getz, Joy Boushel, Les Carlson. Ver Destaque)
00.35 Falatório
01.30 Rumo ao Sul
02.25 Filmes: O Atalante (de Jean Vigo, Fr./1934, com Michel Simon, Dita Parlo, Jean Dasté, Gilles Margaritis, Louis Lefébvre. Ver Destaque)
03.50 O Jardim Profano (de George Fitzmaurice, EUA/1931, com Ronald Colman, Fay Wray, Estelle Taylor. Policial)
05.05 Mulher Caça Homem (de John G. Blystone, EUA/1937, com Miriam Hopkins, Joel McCrea, Charles Winninger, Broderick Crawford. Comédia)
06.20 Festival Cantinflas (nenhuma informação complementar)
07.40 O Rapaz e o Cavalo (de Don Chaffey, EUA/1975, com Robert Belles, Eva Griffith, Michael Craig, John Meillon. Ver Destaque)

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
12.30 O Juiz Decide
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Vida de Casal
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Malucos do Riso
21.15 O Rei do Gado
22.15 Confissões
23.20 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.50 O Ressuscitado
03.00 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & C²
18.10 California Dreams
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Melrose Place
22.00 Ficheiros Secretos
23.45 Telhados de Nova Iorque (de Robert Wise, EUA/1989, com Jason Gedrick, Troy Beyer, Eddie Velez, Tish Campbell. Drama)
01.30 TVI Jornal
02.00 A Balada de Hill Street

Sábado, 8

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.55 Cybermaster
12.25 Hollywood Pets
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top +
14.40 Amores e Rebelião
15.40 Jornal Jovem
16.15 2001
16.40 O Renegado
17.35 Emoções Fortes
18.15 Super Bebês
18.50 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
21.00 Contra Informação (Compacto)
21.15 RTP 40 Minutos (Antologia RTP)
22.15 Troféus da Moda
23.50 Serviço de Urgência
00.50 24 Horas
01.25 Perigosa Amnésia (de Gabriel Pellerier, Can./Fr./1991, com Erika Anderson, Nicholas Campbell. Policial)
02.45 Automobilismo (GP da Austrália)
04.45 As Nove Vidas do Gato Fritz (de Robert Taylor, EUA/1974, vozes de Skip Hinnat, Reva Rose, Bob Holt, etc. Animação)
06.05 O Norte (de Gregory Nava, EUA/1983, com Zaide Silvia, David Villalpando, Ernesto Gomez Cruz, Alicia Del Lago. Ver Destaque)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Oeste Selvagem
13.00 Spray
13.30 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Sinais do Tempo
19.05 Onda Curta: «Jogo Tropical» (de Michael Wyn, Co-Produção/1990, com Xavier Deluc, Dayle Haddon, Greg Morris. Romance)
19.30 Dinheiro Vivo
20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (VIII)
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
22.55 Os Amantes da Ponte Nova (de Leos Carax, Fr./1991, com Juliette Binoche, Denis Lavant, Klaus Michael Gruber. Ver Destaque)
01.05 Dia Internacional da Mulher «Maria», documentário de Margarida Gil
00.55 Dirigindo Malher

SIC

08.30 Buêrére
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Cuidado com as Aparências
14.30 Shogun
15.35 Hércules
16.25 Raven
17.15 Walker IV
18.15 O Vingador da Rua (de Albert Magnoli, EUA/1993, com Jeff Speakman, Christopher Neame, Lewis Van Bergen. Policial)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.20 Salsa e Merengue
22.20 Big Show Sic
01.45 Último Jornal
02.05 Navajo Joe (de Sergio Corbucci, It./Esp./1966, com Burt Reynolds, Fernando Rey, Aldo Sambrell, Tanya Lopert. «Western Spaghetti»)

TVI

09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.00 Notícias
12.40 Cousteau: Os Grandes Rios
13.40 Contra-Ataque
15.10 Guerreiro do Tempo
16.50 Animação
17.10 Top of The Pops
18.10 Cybernet
18.40 Lar, Louco Lar
19.25 Futebol
21.20 Telejornal
22.00 Xica da Silva (Compacto)
23.15 O Campeão de Baltimore (de Robert Elli Miller, EUA/1980, com James Coburn, Omar Sharif, Bruce Baxleitner. Drama)
01.05 Notícias
01.25 A Verdade dos Factos (de Richard Eyre, Gr.Br./1983, com Jonathan Pryce, Tim Curry, Rosemary Harris. Ver Destaque)



Domingo, 9

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
10.00 Meia Maratona de Lisboa
12.00 Sem Limites
12.30 Automobilismo (GP da Argentina)
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.40 O Campeão
15.15 86-60-86
15.55 As Aventuras de Tarzan
16.50 Ilusões
18.05 O Regresso dos Marretas
18.35 Golos
18.40 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Os Principais
21.50 Vidas de Sal
23.30 Domingo Desportivo
01.40 24 Horas
02.15 Magaçone
02.45 Máquinas

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Ciência e Tecnologia - «Horizontes»
12.10 Máquinas
12.45 Os 100 Melhores Vídeos
13.15 Desporto 2
17.45 A Divina Comédia (de Manoel de Oliveira, Port./1991, com Maria de Medeiros, Miguel Guilherme, Luís Miguel Cintra, Mário Viegas. Ver Destaque)
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Edgar Varese»
21.00 Venenos Vitorianos
22.05 Horizontes da Memória
22.30 Teatro: «Os Sonhos do Infante», de Álamo de Oliveira
01.00 Vidas do Século: «Béria»

SIC

08.30 Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.30 Shogun
15.25 Hércules
16.15 A Balada de Nova Iorque
17.10 Os Imortais
18.15 Guerreiros (de Shimon Dotan, Can.-Israel/1994, com Gary Busey, Michael Paré, Wendii Filford, Griffith Brewer. Aventuras / Acção)
20.00 Jornal da Noite
20.40 Chuva de Estrelas
21.40 Salsa e Merengue
22.50 Crime entre Amigos (de Warris Hussein, EUA/1994, com Timothy Busfield, Stephen Lang, Lisa Blount. Telefilme Policial)
00.45 Último Jornal
01.05 João Soares
02.05 Portugal Radical

TVI

08.30 Animação
11.00 Angelus
11.10 Missa
12.30 O 8^o Dia
13.00 Notícias
13.20 Portugal Português
14.30 Cousteau: Os Grandes Rios
15.30 Ernesto, o Rei do Basket (de John Cherry, EUA/1994, com Jim Varney, Kareem Abdul-Jabbar, Jay Brazeau. Comédia)
17.15 O Céu Como Horizonte
18.30 O Detective das Mil Caras
19.30 Futebol: Inter-Juventus
21.20 Telejornal
22.00 Profiler
23.00 Os Melhores Anos das Nossas Vidas (de William Wyler, EUA/1946, com Fredric March, Myrna Loy, Dana Andrews, Teresa Wright. Ver Destaque)
01.50 Notícias



Segunda, 10

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 O Campeão
15.30 Seleção RTP
16.00 Os Polícias
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 100% Natural
19.00 País País
20.00 Telejornal
21.00 Isto... só Video
21.25 Vidas de Sal
22.20 Nikita, Dura de Matar (de Luc Besson, Fr./It./1990, com Anne Parillaud, Jean-Hugues Anglade, Tcheky Karyo, Jeanne Moreau. Ver Destaque)
24.00 24 Horas
00.30 RTP/Financial Times
00.45 Grandes Nomes

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
18.55 Universidades Europeias
19.35 Encontros Imediatos
20.35 O Agente Secreto
21.15 Remate
21.30 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 O Amigos das Crianças (de Marco Ferreri, It./Fr./1979, com Roberto Benigni, Dominique Laffin. Ver Destaque)
00.20 Falatório

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Donos da Bola
15.40 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.55 Ponto de Encontro
22.55 Mulheres de Armas (de Jonathan Kaplan, EUA/1994, com Andie MacDowell, Madeleine Stowe, Drew Barrymore, Mary Stuart Masterson. «Western»)
00.55 Último Jornal
01.15 Conversas Secretas
02.25 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & C²
18.10 California Dreams
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Em Resumo (Desporto)
21.50 Os Mistérios de Bill Cosby
22.45 PSI Factor
23.40 TVI Jornal
00.10 A Balada de Hill Street

Terça, 11

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 O Campeão
15.35 Seleção RTP
16.30 Jet 7
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.05 100% Natural
19.00 País, País
20.00 Telejornal
20.45 Vidas de Sal
21.45 Nós, os Ricos
22.30 De Par em Par
22.45 Maria Elisa
00.45 24 Horas
01.20 RTP/Financial Times
01.30 Horizontes da Memória

RTP 2

16.00 Informação Gestual
17.00 Infantil
19.00 Rotações
19.35 Encontros Imediatos
20.00 O Santo
21.15 Remate
21.30 Será Legal?
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.40 Feios, Porcos e Maus (de Ettore Scòla, It./1976, com Nino Manfredi, Ettore Garofolo, Franco Merli, Linda Moretti, Francesco Annibaldi. Ver Destaque)
00.40 Falatório

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
12.30 O Juiz Decide
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Conversas Secretas
15.40 Buêrére
18.10 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Tralalhões
21.15 O Rei do Gado
22.15 Era Uma Vez
23.15 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.40 Escrita em Dia
01.50 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & C²
18.10 Mãe Moderna
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Pontos nos li
22.00 A Paixão de Amy Fisher (de Andy Tennant, EUA/1993, com Drew Barrymore, Anthony John Denison, Laurie Paton. Drama)
23.45 TVI Jornal
00.20 A Balada de Hill Street

Quarta, 12

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.30 O Campeão
15.25 Seleção RTP
16.25 Nós, os Ricos
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.00 100% Natural
19.00 País, País
20.00 Telejornal
20.50 Vidas de Sal
21.20 A Mulher do Sr. Ministro
23.00 Crime Violento
00.10 24 Horas

RTP 2

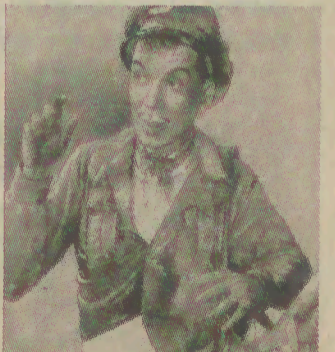
16.00 Informação Gestual
16.40 Euronews
17.15 Infantil
19.35 Encontros Imediatos
20.00 Shaka Zulu
21.15 Remate
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 Acontece
22.50 Meu Deus, ao que Cheguei (de Luigi Comencini, It./1974, com Laura Antonelli, Alberto Lionello, Michel Placido. Ver Destaque)
00.10 Falatório

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Escrita em Dia
15.40 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Última Escrita em Dia
00.55 Toda a Verdade
02.10 Vibrações

TVI

10.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & C²
18.10 Mãe Moderna
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Melrose Place
22.00 O Pequeno Buda (de Bernardo Bertolucci, Fr.-Gr.Br./1993, com Keanu Reeves, Ying Ruoehong, Chris Isaak, Alexander Wiesendanger. Drama)
00.30 TVI Jornal
01.00 A Balada de Hill Street



Apesar do slogan que acompanha a efeméride - «Televisão para o Séc. XXI» - a RTP comemora o seu 40^o aniversário com a programação «de ontem e de hoje» que a caracteriza. O 34^o Festival RTP da Canção segue o modelo da tradição, o futebol e programas como «Os Principais» são as grandes apostas de audiência e na maratona comemorativa de cinema nem sequer falta um «festival Cantinflas»...

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Irmãos Inseparáveis (Quinta, 22.40, RTP2)

Dois reputados ginecologistas, irmãos gémeos, partilham a mesma clínica, o mesmo apartamento, as mesmas mulheres. Eles são radicalmente diferentes - um deles leva uma vida despreocupada e mundana, o outro interessa-se doentamente pela investigação, até que se apaixonou por um dos seus «casos clínicos», uma atriz, e acaba por sucumbir à droga. Entretanto, não podendo viver um sem o outro, os dois irmãos vão encontrar-se unidos na própria morte. A boa maneira do cineasta de culto que é o canadiano David Cronenberg, sempre «fascinante» do ponto de vista dramático e visual mas ao mesmo tempo extremamente chocante, este filme (embora polémico) é uma das suas obras mais suportáveis, porque apesar de tudo menos doentia e nojenta, contando com um Jeremy Irons insuperável na interpretação de ambos os papéis.

A Mosca (Sexta, 22.40, RTP2)

A história é conhecida e baseia-se na mesma ideia de um célebre filme da série B, datado de 58, que entre outras desventuras ficou conhecido por certas incidências ridículas próprias de uma «ficção científica» datada, com cenários em papelão e cientistas a trabalharem em laboratórios repletos de máquinas que pareciam complexas painéis de pressão e tubos de ensaio e retortas vertendo líquidos fumegantes e esverdeados, embora a preto-e-branco! Aqui, em pleno reinado da perfeição industrial e tecnológica proporcionada pelas majors, esta nova versão de Cronenberg apresenta-nos a história do cientista que inadvertidamente se transforma em mosca de forma muito mais requintada mas o que continua a sobressair é a obsessão doentia do realizador pelo exibicionismo das mutações do «corpo» e suas incidências no «espírito», o que vale por dizer (goste-se ou não) que o cineasta não consegue chegar aos calcanhares de Kafka...

O Atalante (Sexta, 02.25, RTP2)

A jovem esposa de um homem do mar, cansada de um quotidiano monótono e medíocre, deixa-se seduzir pelas tentações da grande cidade mas as incidências da vida e os apelos da razão fá-la-ão regressar ao lar. Uma obra-prima poética do cinema francês, encenada por um grande mestre do cinema - Jean Vigo.

O Segredo de Fedora (Sexta, 06.10, RTP1)

Em poucas palavras, este é o drama do envelhecimento de uma célebre atriz de Hollywood que se recusa ao anonimato do seu retiro artístico. Apesar de ter contado com a colaboração de grandes actores e atrizes, Billy Wilder falha totalmente esta sua segunda experiência, num filme em que as personagens (pelo menos na distribuição encontrada) não são creíveis e em que a mediocridade resultante mais nos conduz a uma comparação com o modelo original - *Crepúsculo dos Deuses* - por ele também realizado mais de vinte anos antes. Como costuma dizer-se... um milagre só acontece uma vez.

O Rapaz e o Cavalo (Sexta, 07.40, RTP2)

É a história de amizade entre um miúdo australiano e um pony que um rico advogado lhe oferece para que ele pudesse deslocar-se todos os dias à escola, distante de mais de uma quinzena de quilómetros. Um filme infantil, bem produzido e realizado, saído dos Estúdios Disney.

Os Amantes da Ponte Nova (Sábado, 22.55, RTP2)

Tragédia dos anos 90, esta história contada em excelente cinema pelo cineasta Leos Carax (uma personalidade invulgar no actual panorama do audiovisual francês) acompanha o percurso pelas ruas de Paris de um jovem casal - um bêbado vagabundo e uma rapariga fugida de casa dos pais - cujo refúgio e lar onde se alberga uma intensa paixão é uma das pontes que atravessam o Sena, a Pont Neuf, fechada para obras. A trágica e suprema ironia do filme é-nos transmitida pelo contraste deste drama «marginal» com a vibração, alegria e fausto das ruas da capital francesa, invadida de turistas para comemorar o duplo centenário... da Revolução Francesa.

A Verdade dos Factos (Sábado, 01.20, TVI)

Com argumento situado durante a guerra das Malvinas, *A Verdade dos Factos*, ao mesmo tempo que centra as suas atenções sobre as relações de crescente atracção e envolvimento amoroso entre um jornalista e uma documentarista da BBC, revela-nos um pano de fundo essencial: a hipocrisia dos comportamentos sociais, dos preconceitos morais e da ética política em pleno consulado da Dama de Ferro.



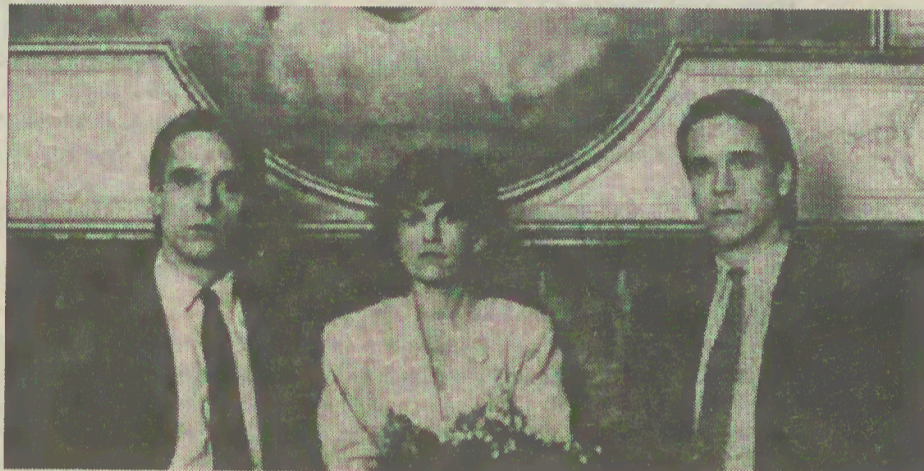
Um fotograma de «O Norte», estreado pela RTP 1 às 6 da manhã de sábado (!)

O Norte (Sábado, 06.05, RTP1)

Dois refugiados políticos da Guatemala - irmão e irmã - fogem à ditadura, à miséria e à repressão impostas pelos militares no seu país e conseguem chegar clandestinamente aos Estados Unidos, na esperança de aí encontrarem o «paraíso na Terra» do apregoado «sonho americano». Mas o drama da miséria e a tragédia da desilusão são inumanas, tal como brutais e realistas são as imagens e os sons deste admirável filme de Gregory Nava, um realizador mexicano.

A Divina Comédia (Domingo, 17.15, RTP2)

Considerado um dos melhores exemplares da recente cinematografia de Manoel de Oliveira, *A Divina Comédia* é uma complexa teia de referências literárias e filosóficas à volta da discussão dos valores da civilização ocidental. Com um elenco de luxo, o filme conquistou o Grande Prémio Especial do Júri no Festival de Cinema de Veneza de 91.



Geneviève Bujold e Jeremy Irons (nos papéis de dois gémeos), principais intérpretes de «Irmãos Inseparáveis», de David Cronenberg



Jeff Goldblum numa sequência de «A Mosca», outro filme do ciclo Cronenberg

que os serviços secretos se servem para transformar numa implacável e exterminadora terrorista. Anne Parillaud, a actriz principal, conquistou o César (correspondente ao Oscar para o cinema francês) de 1990.

O Amigo das Crianças (Segunda, 22.40, RTP2)

Filme de grande sensibilidade e pureza, esta obra de Marco Ferreri conta-nos a história de um professor fora do comum que revoluciona a pedagogia e ensina aos seus alunos uma outra forma de conhecer o mundo. Duas grandes interpretações de Robert Benigni e Dominique Laffin, para além da participação das crianças de uma escola da região de Bolonha.

Feios, Porcos e Maus (Terça, 22.40, RTP2)

Retrato implacável do quotidiano de uma numerosa família italiana vivendo num bairro de barracas de Roma, este filme realizado por Ettore Scola é uma evocação cruel da miséria marginal das grandes urbes, que nada tem a ver com o clássico cinema neo-realista porque dele está afastada qualquer noção de tradicional denúncia política (mais ou menos poética) das condições sociais e económicas da sociedade e das suas personagens circunstanciais. Trata-se, sobretudo, de uma mera constatação, incontestável e por vezes cínica (porque ao mesmo tempo hilariante e repulsiva), da passagem do burlesco ao trágico, como acontece na própria vida.

Meu Deus, ao que Cheguei (Quarta, 22.40, RTP2)

Nesta sátira fortemente requintada e irresistível à burguesia italiana de finais do século XIX, Luigi Comencini conta-nos as aventuras de alcova de uma jovem da nobreza siciliana do tempo. Claro está, com a sensualidade de Laura Antonelli em primeiro plano...



Uma cena conhecida de «Os Melhores Anos da Nossa Vida», de William Wyler

Os Melhores Anos das Nossas Vidas (Domingo, 23.00, TVI)

Três desmobilizados da guerra que se conhecem no regresso de avião à terra natal são confrontados com as duras realidades do quotidiano: Homer Parrish depara com as reservas da própria família em relação à sua situação de incapacitado e rejeita o amor de uma sua amiga de infância, por considerar tratar-se de um acto de caridade; Al Stephenson encontra a sua situação familiar completamente transformada e passa a dedicar-se à inserção social de outros desmobilizados da guerra; Fred Derry chega à conclusão de que a sua jovem mulher era afinal bem diferente do que ele julgara antes de partir para a guerra. William Wyler ergue aqui um intenso drama social num filme (rodado em apenas quatro meses) que ficou a marcar uma época, por se ter debruçado corajosamente sobre a realidade do reencontro com a «sociedade civil» de milhares de soldados que se bateram no teatro da II Guerra Mundial e que, no regresso, não vêm encontrar a recompensa a que julgavam ter merecido.

Nikita, Dura de Matar (Segunda, 22.20, RTP 1)

Bastante apreciado pelo público, na sua estreia, mas fortemente contestado pela crítica, este filme de Luc Besson (o correspondente para os anos 90 da geração de cineastas da *nouvelle vague* dos anos 60, em particular de Godard) está construído segundo a estética da «banda desenhada». E conta-nos a história de uma toxicod dependente violenta de

Um aniversário frustrante

Provavelmente na melhor das intenções - mas mais uma vez incapaz de inventar outra originalidade que não seja copiar idênticas soluções da concorrência para idênticas comemorações - a RTP decidiu comemorar os seus 40 anos de existência, para tal não achando melhor solução do que desenlatar durante duas noites cerca de uma dúzia de filmes que transmite em cadeia até de manhã, não apenas no Canal 1 mas também no Canal 2. Como aqui bem assinalou há semanas Correia da Fonseca, independentemente de sempre constituir um acto de respeito pela cultura divulgar em televisão as maiores obras da 7ª arte, a vocação da pequena caixa não é transformar-se numa forma passiva de ver cinema ao domicílio - mas sim a de transmitir programas, se possível bons, especialmente concebidos para televisão. O que não se compreende, e é absolutamente revelador do desprezo manifestado face ao espectador - inadmissível num serviço público de televisão - é que essas duas madrugadas sejam no seu conjunto preenchidas com produtos ditos «cinematográficos» absolutamente ignotos, desclassificados, realizados e interpretados por tarefeiros de terceira categoria! O que não se aceita - e é triste sintoma de reiterada incompetência, para não dizer objectiva provocação, por parte dos programadores - é que, no ordenamento desses filmes, se chegue à situação bizarra de uma obra-prima como «O Atalante» ser transmitida às 2.25 ou de um filme de Billy Wilder (embora menor) ser projectado às 6.10 ou de uma estreia significativa e fora do comum, como «O Norte», ocorrer às 6.05 ou mesmo de um filme infantil como «O Rapaz e o Cavalo» ir para o ar às 7.40 de um dia útil! O que é escandaloso é que a manutenção artificial e portanto inútil, noite dentro, de tais emissões (tendo em conta as imensas despesas que representa) seja assegurada à custa do bolso do contribuinte! Entretanto, segundo há dias bem me recordava uma amiga, fazendo um paralelo com outras situações aparentemente mais óbvias, não menos importante como factor de alerta e mobilização activa por parte da opinião pública é sublinhar e recordar que foi, é, e tem sido sempre assim que se procedeu à sabotagem, por dentro, das empresas públicas neste país.

A importância de não se chamar fascismo

■ Correia da Fonseca

Num desses canais que recebemos agora via cabo, o «Odiseia», revejo um documentário britânico, da ITV, acerca da derrota nazi em Estalinegrado. Isto é (mais uma vez deixei que a minha escrita fosse contaminada pela já velha poluição anticomunista que todos respiramos sem que demos por isso), acerca da vitória do Exército Vermelho sobre os invasores mandados para assassinar a esperança em construção; afinal defeituosa esperança, soubemo-lo mais do meio século depois. Mas convém não esquecer que, no momento, foi uma redentora vitória que se alargou muito para lá dos territórios gelados da União Soviética e daquele ano de 13. Lembro, de cor, os versos que Neruda escreveu para registar o momento: «este é o instante entre a noite e a aurora...».

Passaram-se décadas, sobrevieram desapontamentos, mas os efeitos daquela decisiva vitória não puderam ser inteiramente suprimidos, ainda que tenham sido parcialmente compensados. Para bloquear o futuro e impor algum regresso ao passado, a direita transnacional teve de dar uma larga e longa volta, de recorrer a meios mais «soft» e mais lentos. Mas não gosta que lhe lembrem a experiência amarga. Não gosta sequer que seja recordada a existência do nazifascismo das décadas de 20 a 40, tenta alegar que isso são velhas histórias que já não interessam a ninguém excepto ao saudosismo jurássico; sempre que pode espalha o boato de que «o fascismo nunca existiu», pelo menos em certos países onde apenas terá havido «regimes autoritários de direita».

Crime e dimensões mínimas

Foi isto mesmo que, na mais recente emissão de «Viva a Liberdade», mal-empregado título, sustentou o prof. Jorge Miranda. Não tenho a menor suspeita de que Jorge Miranda seja movido por maquiavélicas estratégias políticas quando dá o seu apoio à tese de que «fascismo, nunca houve», mas acredito, isso sim, que por uma questão de boa-fé e de capitulação perante contágios nunca terá reflectido sobre o tema com vagar suficiente. Curiosamente, e no decurso da mesma emissão, ele próprio adiantou acerca de outra questão argumentos que iluminam esta ou, pelo menos, ajudam a ver claro. Tratava-se do racismo e da violência organizada contra elementos de uma raça, actividade tristemente ilustrada pela expedição *skinhead* contra africanos de que, resultou, como se sabe, a morte no Bairro Alto de um negro

de nacionalidade portuguesa. Perante isto, o famigerado Pacheco Pereira, depois secundado por António Barreto, denunciou como excessivo o uso da palavra «genocídio» para designar crimes destes: ambos alegaram que só há genocídio quando é assassinada muita gente. Jurista, professor e paciente, Jorge Miranda explicou-lhes que o que caracteriza o crime é a sua natureza, não a quantidade de vítimas. Mas não os convenceu, é claro. Por uma boa razão: eles precisavam do negar o genocídio, mesmo contra o esclarecimento de um mestre de Direito, porque queriam recusar tudo quanto pudesse reforçar a suspeita de que o nazifascismo existe e existiu entre nós. Sabem que o fascismo desencadeia e torna inevitável o antifascismo, isto é, a mobilização da

cidadania contra a direita extrema, sem regras nem escrúpulos, e isso assusta-os. Porque também saber se a direita sucumbe à tentação de se extremar logo que se vê em apuros, e que a resistência contra essa ameaça priva do margem de manobra os que navegam em meias águas.

Porém, sendo certo que Jorge Miranda é mestre de Direito, não parece nada certo que seja mestre de política, de onde, espero eu, a sua convicção de que em Portugal não houve fascismo. E, contudo, ele sabe que a construção jurídica do Estado salazarista foi copiadinha da Itália mussoliniana. E, suponho, que também por cá o verdadeiro poder, que era o do grande capital, o dos grandes latifundiários, lançava o terror da repressão policial sobre os trabalhadores que queriam defender os seus direitos e os cidadãos que se batiam pelo regresso das liberdades democráticas. Tal qual como na Itália ou na Alemanha nazi, salvo porventura na dimensão das brutalidades e decerto no número de vítimas. O prof. Jorge Miranda já decerto ouviu falar em torturas policiais, em presos que preferiram o suicídio, em assassinios na prisão. Decerto que também no campo de concentração do Tarrafal. Tinha menor lotação que os de Mathausen, Belsen-Bolsen, Auschwitz? Teria, sem dúvida. Mas não crê, decerto, que Bento Gonçalves morreu em condições muito diversas de muitos dos que morreram naqueles e noutros campos. Houve, é claro, diferenças de dimensão, de escala, de número. Mas não são esses elementos de medição que definem a natureza dos regimes, tal como não é o número de mortos que decide a caracterização do crime de genocídio, como aliás o professor nos recordou. E só por nigérrimo humor se poderia aventar que por cá não houve fascismo porque, sendo negras as camisas italianas e castanhas as alemãs, as portuguesas eram verdes como o mar onde fizemos história e essa diferença indiciária também uma diferença nos regimes.

De qualquer modo, uma coisa me pareceu evidente naquela emissão de «Viva a Liberdade»: a suposta inexistência do fascismo português agradava muito aos residentes no progra-

ma. Nem por isso, contudo, Pacheco Pereira deixou de se bater bravamente pelo mais amplo livre-trânsito de todas as formas de propaganda racista e mesmo fascista ao abrigo de um alegado e irresistível furor democrático. «Em democracia», disse ele, «há a liberdade para escrever as coisas mais inomináveis.» Bem o sabemos, é claro, até pelos escritos que o próprio Pacheco vai aviando para a Imprensa. Entretanto, e decerto para que nada do seu tempo de antena ficasse perdido, Pacheco Pereira ia-se esforçando, sempre que possível, por reintroduzir a falsa, infâme, verdadeiramente inominável simetria, afirmada ou apenas sugerida, de que comunismo e fascismo são duas realidades equivalentes, apenas de sinal contrário. Esta é, como bem se sabe mas nem sempre é lembrado, uma daquelas enormes imposturas que cabem lindamente no que dizia Goebbels: uma mentira mil vezes repetida acaba por ter circulação aceite como verdade.

Os vários tons da brancura

Em resumo e «tudo visto», como se dizia e talvez hoje ainda se use em jargão burocrático, o que mais apetece hoje à direita que só não é caceteira quando não vê grande necessidade de o ser, é que o nazifascismo não tenha existido, pelo menos em Portugal. Quanto a outros lugares onde seria impossível negá-lo, o melhor é falar dele o menos possível. Se, de qualquer modo, não for fácil escondê-lo de todo, recomenda-se que tudo se faça para o seu branqueamento, estratégia que recorre a uma vasta panóplia de argumentos que vão desde a revelação de que os criminosos de guerra eram bons chefes de família até à alegação de que não morreram tantos milhões quanto por vezes é dito. Vale também declará-lo defunto e ultrapassado, pelo que é inútil preocuparmo-nos com ele, e que curiosamente contrasta com o tratamento dispensado ao comunismo que, apesar do alegadamente cadáver, continua a ser alvo quotidiano de intensos bombardeamentos. Finalmente, o branqueamento do nazifascismo pode também ser tentado, pelo menos até certo ponto, pela sua equiparação ao comunismo: se este é aceite, porquê excomungar aquele, coitado? De caminho, aproveita-se para fazer recair sobre portugueses, porque comunistas, o ónus por crimes reais ou supostos que outros terão praticados em lugares distantes. Mas nunca ninguém assistiu e que sobre empenhados e legítimos admiradores das liberdades «à americana» fosse lançado o peso dos crimes que, por esse mundo fora, foram cometidos pelos norte-americanos sempre democratíssimos. Todos diriam, com inteira razão, que seria um inaceitável absurdo.

Tudo isto perpassou, em primeiro plano ou apenas em fundo, na última emissão de «Viva a Liberdade». Do que tenho mais pena é do título.



ESCAPARATE

CLASSICA

De Wolf a Berio

Não corresponde propriamente ao título em epígrafe desta secção de «Escaparate» o conteúdo do interessante recital que nos vai ser proporcionado pela soprano Lilliana Bizineche - uma das mais destacadas representantes na cena internacional da arte da ópera e do lied - e pelo pianista Nuno Vieira de Almeida - pertencente a uma talentosa nova geração de intérpretes portugueses. Na realidade, trata-se de mais um recital de *lieder* integrado no ciclo «Música do Século XX», a realizar amanhã no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian (pelas 21.30) com obras de Schubert, Mahler, Schumann, Gold, Webern e Berg.



Lilliana Bizineche e Nuno Vieira de Almeida

Ludwig van Beethoven (1770-1827)

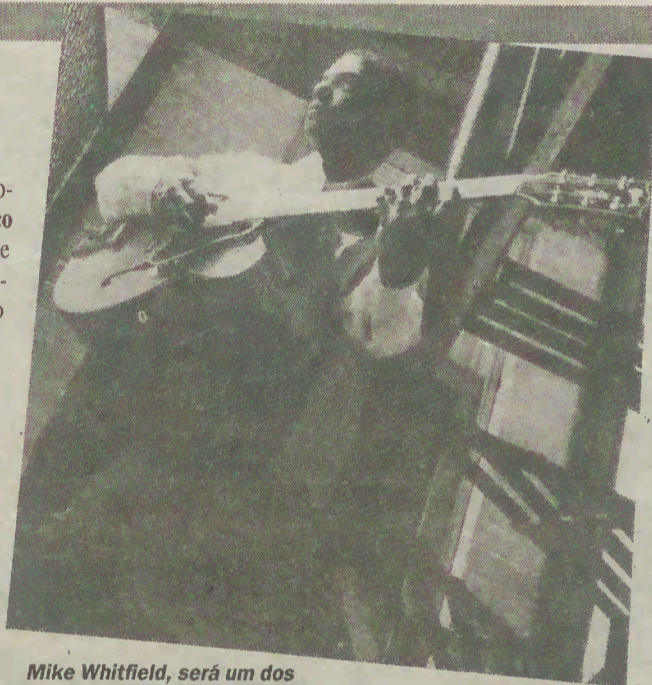
... e sempre, Beethoven

Continua a audição integral dos Quartetos para Cordas de Ludwig van Beethoven, exemplares da principal literatura de todos os tempos no campo da música de câmara. É já amanhã, sexta-feira 7, pelas 19.00, mais uma vez no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian. Desta vez o quarteto convidado é o Quarteto Carmina e os quartetos que ouviremos serão o Op. 18, nº 3, em Ré Maior, o Op. 59, nº 3, em Dó Maior e o Op. 132, em Lá menor.

JAZZ

Uma formação original no CCB

Conhece-se, por exemplo, a associação de John McLaughlin, Paco de Lucia e Al Di Meola, como trio de guitarristas em destaque em gravações e concertos onde o Jazz-fusão esteve em primeiro plano. Desta vez, estamos de novo perante três guitarristas, mas cuja linguagem radica no Jazz mais «puro» e tradicional: Referimo-nos a três talentos das novas gerações - Mark Whitfield, Russell Malone e Doug Raney - que participarão num chamado «Guitar Summit», no próximo sábado, pelas 22 horas, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém. Entretanto, um dos maiores interesses do concerto vai para a participação, como «acompanhadores», de um trio de incedível qualidade, constituído por grandes nomes como Kenny Barron (piano), Ray Drummond (contrabaixo) e Ben Riley (bateria). Uma garantia suplementar.



Mike Whitfield, será um dos jovens guitarristas presentes



BAILADO

Duas estreias absolutas em Portugal

É com duas estreias absolutas no nosso país que regressam à Temporada de Música e Dança 1996/1997 organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian os espectáculos de *ballet*. Esta nova série, protagonizada pelo Ballet Gulbenkian sob a direcção de Iracity Cardoso, começou ontem e prolongar-se-á pelos próximos três dias, com espectáculos a realizar hoje e amanhã (pelas 21.30) e ainda no sábado (às 16.00 e 21.30) no Grande Auditório daquela instituição. Tudo começará com «Earth Apples» («Frutos da Terra»), uma coreografia de Itzik Galili, com cenário de Erik Kouwenhoven, figurinos de Jennifer Hanna, luzes de Benno Veen e música baseada numa selecção de canções da cantora sul-americana Mercedes Sosa. Seguir-se-ão duas estreias absolutas: em primeiro lugar, «Wolfgang... Bitte», com coreografia, cenário, figurinos e luzes de Rui Horta e música de W. A. Mozart; e «Lunar» (o dia fragmentado), também com coreografia, cenário e luzes de Rui Horta mas música de Koen Brant.

LIVROS

Para a história remota do PCP em Coimbra 1921-1946

Foi realizada ontem, na Casa Municipal da Cultura, em Coimbra, a sessão de lançamento do livro da autoria de Alberto Vilaça, que a Editorial Avante! acaba de publicar. A apresentação esteve a cargo do Professor Doutor Luís Reis Torgal, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e de Carlos Brito, Director do nosso jornal.

Trata-se de uma obra resultante, como pode verificar-se durante a leitura - que é interessantíssima - de um aturado trabalho de pesquisa. Tanto mais que o período histórico a que se dedica não é de fácil acesso a fontes organizadas. O autor, ao invés de outros que procedem à revisão histórica visando diminuir ou apagar o papel dos comunistas, não se deixou intimidar pelas dificuldades. E daí resultou um valioso contributo para a história do PCP e para a clarificação do papel do Partido na luta antifascista.

Confinando embora o seu trabalho a um território bem demarcado, Alberto Vilaça não deixa

Para a história remota do PCP em Coimbra 1921-1946

XADREZ

DCI - 6 DE MARÇO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X10
Por: P. A. ORLIMONT
Deutsches Wochenschach, 1904

Pr.: [3]: Pg7-Bf3-Rh2
Br.: [5]: Ps. g3, g6-Bf2-Dh8-Rh4

Mate em 4 [quatro] lances

SOLUÇÕES DO Nº 1997X10 [PAO]
1. Bb6!, Rg2; 2. Df8, Rh2; 3. Dc5, -; 4. Dg1+
2... Rf1; 3. Df3+, Rf1; 4. Ba5++
1... Rh1; 2. Rh2...++
A. de M. M.

DAMAS

DCI - 6 DE MARÇO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D10
Por: PAUL DEGUÉE

Pr.: [2]: 3-(37)
Br.: [4]: 14-(15)-19-50

Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº 1997D10 [P. D.]
1. 19-13, (37); 2. 13-10, (37); 3. 10-15, (37); 4. 15-10, (37); 5. 10-15, (37); 6. 15-10, (37); 7. 10-15, (37); 8. 15-10, (37); 9. 10-15, (37); 10. 15-10, (37); 11. 10-15, (37); 12. 15-10, (37); 13. 10-15, (37); 14. 15-10, (37); 15. 10-15, (37); 16. 15-10, (37); 17. 10-15, (37); 18. 15-10, (37); 19. 10-15, (37); 20. 15-10, (37); 21. 10-15, (37); 22. 15-10, (37); 23. 10-15, (37); 24. 15-10, (37); 25. 10-15, (37); 26. 15-10, (37); 27. 10-15, (37); 28. 15-10, (37); 29. 10-15, (37); 30. 15-10, (37); 31. 10-15, (37); 32. 15-10, (37); 33. 10-15, (37); 34. 15-10, (37); 35. 10-15, (37); 36. 15-10, (37); 37. 10-15, (37); 38. 15-10, (37); 39. 10-15, (37); 40. 15-10, (37); 41. 10-15, (37); 42. 15-10, (37); 43. 10-15, (37); 44. 15-10, (37); 45. 10-15, (37); 46. 15-10, (37); 47. 10-15, (37); 48. 15-10, (37); 49. 10-15, (37); 50. 15-10, (37); 51. 10-15, (37); 52. 15-10, (37); 53. 10-15, (37); 54. 15-10, (37); 55. 10-15, (37); 56. 15-10, (37); 57. 10-15, (37); 58. 15-10, (37); 59. 10-15, (37); 60. 15-10, (37); 61. 10-15, (37); 62. 15-10, (37); 63. 10-15, (37); 64. 15-10, (37); 65. 10-15, (37); 66. 15-10, (37); 67. 10-15, (37); 68. 15-10, (37); 69. 10-15, (37); 70. 15-10, (37); 71. 10-15, (37); 72. 15-10, (37); 73. 10-15, (37); 74. 15-10, (37); 75. 10-15, (37); 76. 15-10, (37); 77. 10-15, (37); 78. 15-10, (37); 79. 10-15, (37); 80. 15-10, (37); 81. 10-15, (37); 82. 15-10, (37); 83. 10-15, (37); 84. 15-10, (37); 85. 10-15, (37); 86. 15-10, (37); 87. 10-15, (37); 88. 15-10, (37); 89. 10-15, (37); 90. 15-10, (37); 91. 10-15, (37); 92. 15-10, (37); 93. 10-15, (37); 94. 15-10, (37); 95. 10-15, (37); 96. 15-10, (37); 97. 10-15, (37); 98. 15-10, (37); 99. 10-15, (37); 100. 15-10, (37); 101. 10-15, (37); 102. 15-10, (37); 103. 10-15, (37); 104. 15-10, (37); 105. 10-15, (37); 106. 15-10, (37); 107. 10-15, (37); 108. 15-10, (37); 109. 10-15, (37); 110. 15-10, (37); 111. 10-15, (37); 112. 15-10, (37); 113. 10-15, (37); 114. 15-10, (37); 115. 10-15, (37); 116. 15-10, (37); 117. 10-15, (37); 118. 15-10, (37); 119. 10-15, (37); 120. 15-10, (37); 121. 10-15, (37); 122. 15-10, (37); 123. 10-15, (37); 124. 15-10, (37); 125. 10-15, (37); 126. 15-10, (37); 127. 10-15, (37); 128. 15-10, (37); 129. 10-15, (37); 130. 15-10, (37); 131. 10-15, (37); 132. 15-10, (37); 133. 10-15, (37); 134. 15-10, (37); 135. 10-15, (37); 136. 15-10, (37); 137. 10-15, (37); 138. 15-10, (37); 139. 10-15, (37); 140. 15-10, (37); 141. 10-15, (37); 142. 15-10, (37); 143. 10-15, (37); 144. 15-10, (37); 145. 10-15, (37); 146. 15-10, (37); 147. 10-15, (37); 148. 15-10, (37); 149. 10-15, (37); 150. 15-10, (37); 151. 10-15, (37); 152. 15-10, (37); 153. 10-15, (37); 154. 15-10, (37); 155. 10-15, (37); 156. 15-10, (37); 157. 10-15, (37); 158. 15-10, (37); 159. 10-15, (37); 160. 15-10, (37); 161. 10-15, (37); 162. 15-10, (37); 163. 10-15, (37); 164. 15-10, (37); 165. 10-15, (37); 166. 15-10, (37); 167. 10-15, (37); 168. 15-10, (37); 169. 10-15, (37); 170. 15-10, (37); 171. 10-15, (37); 172. 15-10, (37); 173. 10-15, (37); 174. 15-10, (37); 175. 10-15, (37); 176. 15-10, (37); 177. 10-15, (37); 178. 15-10, (37); 179. 10-15, (37); 180. 15-10, (37); 181. 10-15, (37); 182. 15-10, (37); 183. 10-15, (37); 184. 15-10, (37); 185. 10-15, (37); 186. 15-10, (37); 187. 10-15, (37); 188. 15-10, (37); 189. 10-15, (37); 190. 15-10, (37); 191. 10-15, (37); 192. 15-10, (37); 193. 10-15, (37); 194. 15-10, (37); 195. 10-15, (37); 196. 15-10, (37); 197. 10-15, (37); 198. 15-10, (37); 199. 10-15, (37); 200. 15-10, (37); 201. 10-15, (37); 202. 15-10, (37); 203. 10-15, (37); 204. 15-10, (37); 205. 10-15, (37); 206. 15-10, (37); 207. 10-15, (37); 208. 15-10, (37); 209. 10-15, (37); 210. 15-10, (37); 211. 10-15, (37); 212. 15-10, (37); 213. 10-15, (37); 214. 15-10, (37); 215. 10-15, (37); 216. 15-10, (37); 217. 10-15, (37); 218. 15-10, (37); 219. 10-15, (37); 220. 15-10, (37); 221. 10-15, (37); 222. 15-10, (37); 223. 10-15, (37); 224. 15-10, (37); 225. 10-15, (37); 226. 15-10, (37); 227. 10-15, (37); 228. 15-10, (37); 229. 10-15, (37); 230. 15-10, (37); 231. 10-15, (37); 232. 15-10, (37); 233. 10-15, (37); 234. 15-10, (37); 235. 10-15, (37); 236. 15-10, (37); 237. 10-15, (37); 238. 15-10, (37); 239. 10-15, (37); 240. 15-10, (37); 241. 10-15, (37); 242. 15-10, (37); 243. 10-15, (37); 244. 15-10, (37); 245. 10-15, (37); 246. 15-10, (37); 247. 10-15, (37); 248. 15-10, (37); 249. 10-15, (37); 250. 15-10, (37); 251. 10-15, (37); 252. 15-10, (37); 253. 10-15, (37); 254. 15-10, (37); 255. 10-15, (37); 256. 15-10, (37); 257. 10-15, (37); 258. 15-10, (37); 259. 10-15, (37); 260. 15-10, (37); 261. 10-15, (37); 262. 15-10, (37); 263. 10-15, (37); 264. 15-10, (37); 265. 10-15, (37); 266. 15-10, (37); 267. 10-15, (37); 268. 15-10, (37); 269. 10-15, (37); 270. 15-10, (37); 271. 10-15, (37); 272. 15-10, (37); 273. 10-15, (37); 274. 15-10, (37); 275. 10-15, (37); 276. 15-10, (37); 277. 10-15, (37); 278. 15-10, (37); 279. 10-15, (37); 280. 15-10, (37); 281. 10-15, (37); 282. 15-10, (37); 283. 10-15, (37); 284. 15-10, (37); 285. 10-15, (37); 286. 15-10, (37); 287. 10-15, (37); 288. 15-10, (37); 289. 10-15, (37); 290. 15-10, (37); 291. 10-15, (37); 292. 15-10, (37); 293. 10-15, (37); 294. 15-10, (37); 295. 10-15, (37); 296. 15-10, (37); 297. 10-15, (37); 298. 15-10, (37); 299. 10-15, (37); 300. 15-10, (37); 301. 10-15, (37); 302. 15-10, (37); 303. 10-15, (37); 304. 15-10, (37); 305. 10-15, (37); 306. 15-10, (37); 307. 10-15, (37); 308. 15-10, (37); 309. 10-15, (37); 310. 15-10, (37); 311. 10-15, (37); 312. 15-10, (37); 313. 10-15, (37); 314. 15-10, (37); 315. 10-15, (37); 316. 15-10, (37); 317. 10-15, (37); 318. 15-10, (37); 319. 10-15, (37); 320. 15-10, (37); 321. 10-15, (37); 322. 15-10, (37); 323. 10-15, (37); 324. 15-10, (37); 325. 10-15, (37); 326. 15-10, (37); 327. 10-15, (37); 328. 15-10, (37); 329. 10-15, (37); 330. 15-10, (37); 331. 10-15, (37); 332. 15-10, (37); 333. 10-15, (37); 334. 15-10, (37); 335. 10-15, (37); 336. 15-10, (37); 337. 10-15, (37); 338. 15-10, (37); 339. 10-15, (37); 340. 15-10, (37); 341. 10-15, (37); 342. 15-10, (37); 343. 10-15, (37); 344. 15-10, (37); 345. 10-15, (37); 346. 15-10, (37); 347. 10-15, (37); 348. 15-10, (37); 349. 10-15, (37); 350. 15-10, (37); 351. 10-15, (37); 352. 15-10, (37); 353. 10-15, (37); 354. 15-10, (37); 355. 10-15, (37); 356. 15-10, (37); 357. 10-15, (37); 358. 15-10, (37); 359. 10-15, (37); 360. 15-10, (37); 361. 10-15, (37); 362. 15-10, (37); 363. 10-15, (37); 364. 15-10, (37); 365. 10-15, (37); 366. 15-10, (37); 367. 10-15, (37); 368. 15-10, (37); 369. 10-15, (37); 370. 15-10, (37); 371. 10-15, (37); 372. 15-10, (37); 373. 10-15, (37); 374. 15-10, (37); 375. 10-15, (37); 376. 15-10, (37); 377. 10-15, (37); 378. 15-10, (37); 379. 10-15, (37); 380. 15-10, (37); 381. 10-15, (37); 382. 15-10, (37); 383. 10-15, (37); 384. 15-10, (37); 385. 10-15, (37); 386. 15-10, (37); 387. 10-15, (37); 388. 15-10, (37); 389. 10-15, (37); 390. 15-10, (37); 391. 10-15, (37); 392. 15-10, (37); 393. 10-15, (37); 394. 15-10, (37); 395. 10-15, (37); 396. 15-10, (37); 397. 10-15, (37); 398. 15-10, (37); 399. 10-15, (37); 400. 15-10, (37); 401. 10-15, (37); 402. 15-10, (37); 403. 10-15, (37); 404. 15-10, (37); 405. 10-15, (37); 406. 15-10, (37); 407. 10-15, (37); 408. 15-10, (37); 409. 10-15, (37); 410. 15-10, (37); 411. 10-15, (37); 412. 15-10, (37); 413. 10-15, (37); 414. 15-10, (37); 415. 10-15, (37); 416. 15-10, (37); 417. 10-15, (37); 418. 15-10, (37); 419. 10-15, (37); 420. 15-10, (37); 421. 10-15, (37); 422. 15-10, (37); 423. 10-15, (37); 424. 15-10, (37); 425. 10-15, (37); 426. 15-10, (37); 427. 10-15, (37); 428. 15-10, (37); 429. 10-15, (37); 430. 15-10, (37); 431. 10-15, (37); 432. 15-10, (37); 433. 10-15, (37); 434. 15-10, (37); 435. 10-15, (37); 436. 15-10, (37); 437. 10-15, (37); 438. 15-10, (37); 439. 10-15, (37); 440. 15-10, (37); 441. 10-15, (37); 442. 15-10, (37); 443. 10-15, (37); 444. 15-10, (37); 445. 10-15, (37); 446. 15-10, (37); 447. 10-15, (37); 448. 15-10, (37); 449. 10-15, (37); 450. 15-10, (37); 451. 10-15, (37); 452. 15-10, (37); 453. 10-15, (37); 454. 15-10, (37); 455. 10-15, (37); 456. 15-10, (37); 457. 10-15, (37); 458. 15-10, (37); 459. 10-15, (37); 460. 15-10, (37); 461. 10-15, (37); 462. 15-10, (37); 463. 10-15, (37); 464. 15-10, (37); 465. 10-15, (37); 466. 15-10, (37); 467. 10-15, (37); 468. 15-10, (37); 469. 10-15, (37); 470. 15-10, (37); 471. 10-15, (37); 472. 15-10, (37); 473. 10-15, (37); 474. 15-10, (37); 475. 10-15, (37); 476. 15-10, (37); 477. 10-15, (37); 478. 15-10, (37); 479. 10-15, (37); 480. 15-10, (37); 481. 10-15, (37); 482. 15-10, (37); 483. 10-15, (37); 484. 15-10, (37); 485. 10-15, (37); 486. 15-10, (37); 487. 10-15, (37); 488. 15-10, (37); 489. 10-15, (37); 490. 15-10, (37); 491. 10-15, (37); 492. 15-10, (37); 493. 10-15, (37); 494. 15-10, (37); 495. 10-15, (37); 496. 15-10, (37); 497. 10-15, (37); 498. 15-10, (37); 499. 10-15, (37); 500. 15-10, (37); 501. 10-15, (37); 502. 15-10, (37); 503. 10-15, (37); 504. 15-10, (37); 505. 10-15, (37); 506. 15-10, (37); 507. 10-15, (37); 508. 15-10, (37); 509. 10-15, (37); 510. 15-10, (37); 511. 10-15, (37); 512. 15-10, (37); 513. 10-15, (37); 514. 15-10, (37); 515. 10-15, (37); 516. 15-10, (37); 517. 10-15, (37); 518. 15-10, (37); 519. 10-15, (37); 520. 15-10, (37); 521. 10-15, (37); 522. 15-10, (37); 523. 10-15, (37); 524. 15-10, (37); 525. 10-15, (37); 526. 15-10, (37); 527. 10-15, (37); 528. 15-10, (37); 529. 10-15, (37); 530. 15-10, (37); 531. 10-15, (37); 532. 15-10, (37); 533. 10-15, (37); 534. 15-10, (37); 535. 10-15, (37); 536. 15-10, (37); 537. 10-15, (37); 538. 15-10, (37); 539. 10-15, (37); 540. 15-10, (37); 541. 10-15, (37); 542. 15-10, (37); 543. 10-15, (37); 544. 15-10, (37); 545. 10-15, (37); 546. 15-10, (37); 547. 10-15, (37); 548. 15-10, (37); 549. 10-15, (37); 550. 15-10, (37); 551. 10-15, (37); 552. 15-10, (37); 553. 10-15, (37); 554. 15-10, (37); 555. 10-15, (37); 556. 15-10, (37); 557. 10-15, (37); 558. 15-10, (37); 559. 10-15, (37); 560. 15-10, (37); 561. 10-15, (37); 562. 15-10, (37); 563. 10-15, (37); 564. 15-10, (37); 565. 10-15, (37); 566. 15-10, (37); 567. 10-15, (37); 568. 15-10, (37); 569. 10-15, (37); 570. 15-10, (37); 571. 10-15, (37); 572. 15-10, (37); 573. 10-15, (37); 574. 15-10, (37); 575. 10-15, (37); 576. 15-10, (37); 577. 10-15, (37); 578. 15-10, (37); 579. 10-15, (37); 580. 15-10, (37); 581. 10-15, (37); 582. 15-10, (37); 583. 10-15, (37); 584. 15-10, (37); 585. 10-15, (37); 586. 15-10, (37); 587. 10-15, (37); 588. 15-10, (37); 589. 10-15, (37); 590. 15-10, (37); 591. 10-15, (37); 592. 15-10, (37); 593. 10-15, (37); 594. 15-10, (37); 595. 10-15, (37); 596. 15-10, (37); 597. 10-15, (37); 598. 15-10, (37); 599. 10-15, (37); 600. 15-10, (37); 601. 10-15, (37); 602. 15-10, (37); 603. 10

ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE

Este país

Um estudo revela que dois milhões de portugueses trabalham a recebido verde e isso é notícia, naturalmente. Sempre é o reconhecimento de que metade da população activa está sujeita a trabalho precário, embora não faltem analistas conceituados na praça que venham desdramatizar a questão, seja porque nos dois milhões há-de haver alguns legítimos trabalhadores liberais, verdadeiros empresários em nome individual, seja porque dar a conhecer o que se passa nos intrincados meandros do mundo do trabalho é sempre positivo para que se possam tomar as medidas correctoras necessárias. Pois. Passado um dia ou dois o assunto desaparece das manchetes, é assim mesmo o mundo vertiginoso da comunicação social.

Representantes do PS e do PSD fazem um acordo de bastidores sobre a revisão constitucional e isso é notícia, naturalmente, quando o pano sobe e a questão é trazida para a ribalta. Sempre é o reconhecimento de que os mesmíssimos que apregoaram alto e bom som a sua recusa a manobras de gabinete é nos gabinetes que se entendem, de que quem prometeu nada tratar nas costas do povo, afinal anda às arrecuas a despachar serviço. Passada uma semana, o assunto permanece actual, evidentemente, seguindo a par e passo as graças e desgraças de um líder parlamentar exaltado no passado recentíssimo pela coragem de enfrentar os «duros» do seu partido em prol de maior autonomia e protagonismo da sua bancada parlamentar, exaltado no presente pela coragem de ignorar a mesma bancada parlamentar em prol dos «duros» do partido, coisa de resto que cronistas conceituados na praça entendem perfeitamente, espantados apenas com o sururu gerado, como se o PS tivesse «vendido a alma ao PSD e a pátria a Belzebu», Vasco Graça Moura dixit.

O sururu nas hostes socialistas dá lugar ao silêncio, o desacordo à aceitação, as vozes exaltadas a discretas cumplicidades, as indignações a resignações, e isso, está bom de ver, mal chega a ser notícia. Afinal, se uma andorinha não faz a primavera e nem tudo o que luz é ouro, para quê então reflectir nos meandros de tão perfeito novelo?

Um ilustre qualquer toma posse como membro do Conselho Fiscal do SIS e isso é notícia, claro. Tanto mais que o empossado - escolhido, segundo o DN de anteontem, por acordo entre PSD e PSD (assim mesmo, há gralhas felizes) - fica sozinho em casa, à espera dos dois restantes que com ele hão-de fiscalizar e sobre os quais o acordo ainda não existe.

Alguns no país, o ministro das Finanças, Sousa Franco, fala da moeda única, e isso é notícia. Às tantas cita Mário Soares: «No momento da verdade, nós, os políticos, é que decidimos quem entra e, depois, pedimos aos economistas que justifiquem os critérios de decisão.» O dito fica por ali, não chega a ser notícia. De tão natural a hipocrisia já não indigna ninguém.

A memória de Eugénio de Andrade surge naturalmente: «O país de que te falo é o meu, / não tenho outro onde acender o lume / ou colher contigo o roxo das manhãs. Não tenho outro, nem isso importa, / este chega e sobra para repartir / com os corvos - somos amigos.» Somos?

■ AF

Guterres em França furtou-se aos problemas dos emigrantes

Em nota distribuída anteontem à comunicação social, o secretariado do organismo de direcção do PCP em França comentou a visita iniciada domingo pelo primeiro-ministro.

1. Não fosse a indisfarçável existência de problemas e dificuldades de que a comunidade portuguesa em França é alvo e vítima, tudo, ou quase tudo, nos faria supor - e a julgar pela encenação criada em torno desta visita oficial - que as preocupações vividas pelos nossos compatriotas tinham sido, qual golpe de magia, resolvidas no último ano graças à acção do Governo PS, do qual o Eng. António Guterres é líder.

Ao centrar, no passado dia 2 de Março, o seu discurso no recente acordo extraparlamentar de revisão constitucional entre o PS e PSD e que tantas divergências está a provocar dentro do seu próprio partido, António Guterres evitou abordar os problemas concretos que afligem a nossa comunidade.

2. O optimismo de conveniência não encontra eco no seio

dos portugueses que, radicados em França, temem o regresso ao seu país, onde engrossa o exército de desempregados, aumenta o custo de vida e os focos de miséria, e surgem novos fenómenos migratórios.

Não encontra eco junto daqueles que, querendo ter acesso à língua e à cultura portuguesas, deparam com a redução de cursos na rede do ensino oficial, ao mesmo tempo que florescem os cursos privados, nalguns casos de qualidade duvidosa e que têm como objectivo transformar o ensino do Português em França num negócio lucrativo.

A prática governativa do Governo PS tem-se pautado pela ausência de uma verdadeira e consequente política cultural. A falta de apoios e incentivos ao movimento associativo; a inoperância do Instituto Camões e dos serviços culturais da

Embaixada; a ausência de apoio e promoção aos novos valores que nas várias áreas de criação artística despontam na nossa comunidade são exemplos flagrantes de que os problemas reais e concretos continuam por resolver.

Não encontra eco junto daqueles que, confrontados com uma estrutura consular obsoleta e desadequada, desprovida dos meios técnicos e humanos, perdem imensas horas de trabalho, deslocam-se em muitos casos centenas de quilómetros e esperam, não raras vezes, meses a fio pela resolução dos seus problemas.

3. No rescaldo da estadia em França do primeiro-ministro do Governo de Portugal, tudo leva a crer que, na agenda dos assuntos prioritários a tratar com as autoridades francesas, não foram incluídas questões que tanto preocupam a comunidade portuguesa, como, por exemplo:

- a situação injusta vivida por muitos emigrantes que atingem a idade da reforma em França e

que se encontram impedidos de receber a sua pensão na totalidade, por falta de acordo entre Portugal e França sobre esta matéria;

- a exigência despropositada de documentos por parte das autoridades francesas, quando da renovação da "carte de séjour", e que, ao abrigo da legislação comunitária, assume aspectos ilegais.

Da agenda também não terá feito parte a indignação da comunidade portuguesa relativa à Lei Debré. Comunidade portuguesa que se associou aos protestos na rua contra a apologia do medo, do racismo e da xenofobia e que, mais cedo do que tarde, poderá, contrariamente ao que alguns apregoam, atingir também a nossa comunidade.

4. A realidade contrasta com o aparato das recepções, com os sorrisos para as câmaras, com o diálogo de surdos, com as promessas da última campanha eleitoral. Estaremos perante a tentativa de procurar fora de portas a popularidade perdida em terras lusitanas?

Carlos Rabaçal cabeça-de-lista em Cascais

Carlos Rabaçal é o candidato, pela CDU, à presidência da Câmara Municipal de Cascais. A apresentação pública do cabeça-de-lista da Coligação Democrática Unitária teve lugar anteontem e contou com a presença do mandatário da candidatura, Dr. Ramon la Féria, de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, e de Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido.

Carlos Alberto Mendonça Rabaçal tem 43 anos, é técnico superior de Desporto, licenciado pelo INEF, lecciona em diversas escolas e desempenha funções de assessor do vereador do pelouro do Desporto na Câmara Municipal de Lisboa, com responsabilidades no acompanhamento do Plano de Desenvolvimento



Carlos Rabaçal

Desportivo de Lisboa. Exerce actualmente o cargo de vereador da CDU em Cascais.

É membro do Comité Central do PCP, da DORL e da sua Comissão Distrital. Foi dirigente da União dos Estudantes Comunistas e da Juventude Comunista Portuguesa e participa, há largos anos, na Comis-

são Nacional de Autarquias do PCP.

Setúbal

Um grupo de militantes socialistas sadinos pronunciou-se, em comunicado referido anteontem pela «Gazeta de Setúbal», contra a decisão da Câmara Municipal de entregar a privados o abastecimento de água, acusando o

executivo chefiado por Mata Cáceres de, para justificar tal opção, utilizar «argumentação de direita».

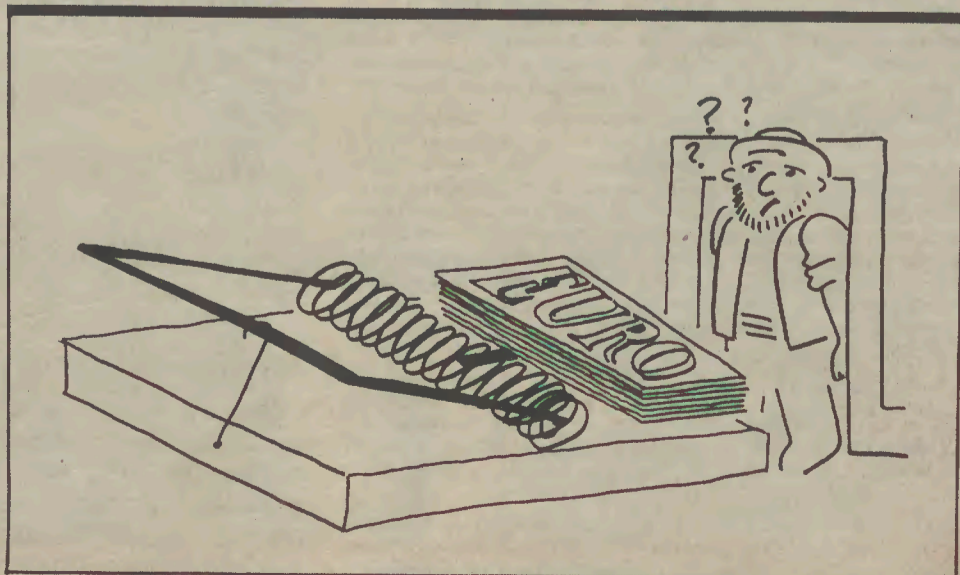
«Os serviços públicos que prestam cuidados fundamentais à população não devem estar sujeitos ao critério do lucro, mas sim ao serviço das populações, controlados pelo Estado ou pelas autarquias», defendem os socialistas contestatários.

Jornada de esclarecimento

Inserida na campanha que o Partido tem vindo a desenvolver, sob o lema «Não à moeda única, sim ao refe-

rendo», o PCP vai realizar, entre 15 e 22 de Março, uma jornada nacional de esclarecimento.

Durante a jornada, além da afixação de um cartaz mupi e de um pendão, as organizações do Partido irão distribuir um folheto que aborda as principais razões da oposição do PCP à moeda única e a necessidade de os portugueses serem ouvidos, através de um referendo, sobre matéria tão importante para o futuro do País.



Desenho de Monginho

